

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**O JOVEM GOETHE E O DIREITO: UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DE *GÖTZ
VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO***

PEDRO ALVES CAVALCANTI

Rio de Janeiro

2022

PEDRO ALVES CAVALCANTI

**O JOVEM GOETHE E O DIREITO: UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DE *GÖTZ
VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO***

Monografia de final de curso elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Fábio Perin Shecaira**.

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

CC376j Cavalcanti, Pedro Alves
O jovem Goethe e o direito: um estudo sobre a criação de Götz von Berlichingen da mão de ferro / Pedro Alves Cavalcanti. -- Rio de Janeiro, 2022. 92 f.

Orientador: Fábio Perin Shecaira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2022.

1. Goethe. 2. Direito. 3. História. 4. Drama. 5. Indivíduo. I. Shecaira, Fábio Perin, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

PEDRO ALVES CAVALCANTI

**O JOVEM GOETHE E O DIREITO: UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DE *GÖTZ*
*VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO***

Monografia de final de curso elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. Fábio Perin Shecaira**.

Data de aprovação 17 / 02 /2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fábio Perin Shecaira
Orientador

Prof. Dr. Luiz Barros Montez
Membro da Banca

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Ao professor Fábio Shecaira, meu orientador, por toda a atenção ao longo do percurso da monografia, por tantos comentários elucidativos e pelas dicas;

Ao professor Luiz Barros Montez, pelos incentivos ao estudo da literatura alemã e por possibilitar vários momentos de debate e diálogo sempre muito frutíferos;

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho, para minha formatura e para tudo aquilo que importa. Em especial:

À Denise, minha mãe, pelo exemplo de resiliência no trabalho e candura na forma de viver;

Ao Paulo, meu pai, por permanecer presente mesmo na distância;

Ao Rogerio, meu pai, por ter me ensinado a pensar. Minha visão-de-mundo crítica é a dele;

À Aurea May e ao Luiz Carlos, meus avós, pelo mais profundo carinho;

Aos amigos da faculdade Igor, Natália e Rayan. Sobretudo ao Rayan, parceiro de todas as horas. E ao Zanda, amigo que me acompanha desde os tempos de escola. Uma alegria me formar junto dele mais uma vez;

Ao Carlos, por me ajudar a desvendar uma série de coisas;

Aos amigos do peito Enzo, Erick, Luísa, Gabriela e Rodrigo, com quem divido os momentos alegres;

À Clara, por sua capacidade de mostrar a beleza da vida;

Ao Mateus, meu grande amigo e parceiro intelectual. Nosso pensamento cresce junto;

Agradeço novamente à Denise, minha mãe, a quem eu sempre retorno.

“... giram à volta de um secreto ponto (que ainda nenhum filósofo descobriu e definiu) em que aquilo que é mais próprio do nosso Eu, a postulada liberdade de nossa vontade, se encontra com o processo necessário do todo”.

Goethe, No dia de Shakespeare.

“Criança, Criança! Chega disso! Como que chicoteados por espíritos invisíveis, os cavalos de sol do tempo sempre disparam à frente do carrocim ligeiro de nosso destino e, a nós, não nos resta mais do que, corajosamente, segurar com firmeza as rédeas, guiando as rodas ora à direita, ora à esquerda, desviando de uma pedra aqui, de um precipício acolá. Para onde vai, quem há de saber? Nem bem ele se lembra de onde veio”.

Goethe, Egmont.

RESUMO

Este trabalho apresenta em seu cerne uma tentativa de compreender a trajetória do jovem Goethe em direção ao seu drama histórico *Götz von Berlichingen da mão de ferro*. Uma das mais importantes obras do movimento *Sturm und Drang*, sua relevância específica para o direito revela-se de maneira plena quando perquiridos tanto o contexto do drama, quanto a trajetória de Goethe. Esta pesquisa tem por objetivo, nesse sentido, analisar como aparece o fenômeno jurídico na obra e como as críticas ao direito feitas por Goethe relacionam-se com sua própria experiência de estudante e com o atrasado desenvolvimento alemão. A monografia divide-se em dois capítulos. O primeiro traz um breve sobrevoo pelo desenvolvimento histórico alemão e de sua *intelligentsia* de classe média no intuito de preparar o terreno para uma análise do percurso do jovem Goethe, que é fortemente perpassado pelo direito. O segundo desenvolve uma análise do *Götz von Berlichingen* dando destaque: (1) para a maneira pela qual o direito e as instituições apareciam no drama histórico e como isso se relacionava com esta forma literária; (2) para como as mudanças histórico-sociais retratadas no drama – marcadas por uma reforma jurídica – impactaram profundamente a individualidade dos personagens Götz von Berlichingen e Weislingen.

Palavras-chave: Goethe; Direito; História; Drama; Indivíduo.

ABSTRACT

This work presents in its core an attempt to understand young Goethe's trajectory towards his historical drama *Götz von Berlichingen of the iron hand*. One of the most important works of the *Sturm und Drang* movement, its specific relevance to law is fully revealed when both the drama's own context and Goethe's trajectory are investigated. This research aims, in this sense, to analyze how the legal phenomenon manifests itself in the drama and how Goethe's critique of law relates to his own experience as a student and to Germany's late development. The dissertation contains two chapters. The first one provides a brief overview of German historical development and of its middle-class *intelligentsia* in order to lay the groundwork for an analysis of young Goethe's path, which is heavily pervaded by law. The second one develops an analysis of *Götz von Berlichingen* highlighting: (1) how law and other institutions appeared in the historical drama and how that was related to this literary form; (2) and how the social-historical changes portrayed in the drama – marked by a juridical reform – profoundly impacted the individuality of the characters Götz von Berlichingen and Weislingen.

Keywords: Goethe; Law; History; Drama; Individual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – SOBRE A TRAJETÓRIA DE GOETHE AO <i>GÖTZ VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO</i>	17
Alguns elementos para se pensar a <i>intelligentsia</i> alemã de classe média	17
Um sobrevoo pelo desenvolvimento histórico alemão	25
Classe média e aristocracia: conflito, dependência, resignação	36
O peculiar de Goethe, um caso menos funesto	40
A experiência jurídica	47
CAPÍTULO 2 – APONTAMENTOS SOBRE <i>GÖTZ VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO</i>	59
Digressão inicial sobre Shakespeare	59
Um drama histórico: dinâmica e necessidade	64
As instituições, o direito e o estado entram em cena	71
Para se pensar a <i>desintegração</i> e a <i>dissolução</i> do indivíduo	77
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

Em sua extensa vida de 82 anos, Johann Wolfgang Goethe (1749-1832) vivenciou as consequências da Guerra de Trinta Anos, a Guerra de Sete Anos, a Revolução Francesa e seus desdobramentos em solo alemão e as Guerras Napoleônicas. O período de sua vida marca, em suas próprias palavras, o alvorecer de um novo tempo histórico:

[...] o nosso tempo é tão rico em fatos, tão decidido em aspirações particulares que a juventude e a idade intermediária para os quais se escreve, quase não têm ideia do que propriamente aconteceu há trinta ou quarenta anos. Tudo o que numa vida humana se escreve de lá para cá ou se equivoca ou tem que ser feito de novo (apud MONTEZ, 2010, p. 210).

O grande evento que nutre os motivos dessas colocações é, naturalmente, a Revolução Francesa. Este verdadeiro abalo às estruturas europeias marca as grandes transformações sociais, políticas e jurídicas em direção às formas de vida e às instituições de nosso tempo, de modo que compreender o processo ideológico e social que permitiu tais transformações mostra-se como uma tarefa no mínimo pertinente. Deve-se estudar e compreender, como propõe Lukács, o “período preparatório da revolução burguesa” (LUKÁCS, 2021, p. 54). Esse “período preparatório” circunscreve o momento a ser percorrido nesta monografia: a juventude de Goethe. Não se trata de um momento qualquer, mas de um cujo legado na literatura alemã é recorrentemente realçado e disputado, tema de longas discussões teórico-literárias. O *Sturm und Drang*, movimento literário que, dentre outros autores, teve Goethe como principal nome, marcou época por trazer à literatura universal anseios e questões dos novos indivíduos que estavam sendo criados em um mundo prestes a se modificar. Como grandes continuadores do Iluminismo, os novos e jovens poetas incrementaram a literatura alemã com formas literárias mais livres, novos temas e uma preocupação mais decidida com a individualidade.

Não haverá espaço, aqui, para esmiuçar as peculiaridades e contradições desse complexo movimento, dessa “renomada época literária, tão famosa quanto infame” (GOETHE, 2017a, p. 623), mas situar as condições da *intelligentsia* alemã nesse período será um objetivo do trabalho. Não enquanto mera contextualização histórica ocupada somente em localizar no espaço e tempo as querelas a serem perquiridas, mas como forma de tornar possível e evidente o aparecimento das questões que busco apresentar em sequência. Desse modo, é trazer o movimento da história para o núcleo dos problemas levantados por Goethe que está em jogo, i.e., demonstrar, ainda que de modo limitado, como o percurso *particular*

de Goethe – na medida em que *singular*, porém parte de um tipo *geral* – o levou a escrever um drama histórico cujas relações com o direito não são poucas. As relações de classe, o papel desempenhado por Goethe e pelos demais membros da *intelligentsia* na sociedade alemã setecentista, tanto os próprios *Stürmer und Dränger* quanto os seus antecessores, são fatores que merecem atenção para que se consiga entender o surgimento das obras do autor no período. No caso específico deste trabalho, trato do drama *Götz von Berlichingen da mão de ferro* (1771/3), a primeira obra publicada pelo autor. Sua potência crítica, bem como seu sucesso de público enquanto drama histórico, mostram-se de maneira plena quando se leva em conta não só o período retratado, a saber, a Alemanha da virada do século XV para o século XVI, mas o próprio momento no qual a obra foi escrita.

A pergunta que surge imediatamente ao anunciar o período histórico retratado no *Götz von Berlichingen* é a que segue: por que um jovem autor alemão, brevemente anunciado acima como continuador do Iluminismo, retorna mais de 200 anos na história da Alemanha para encontrar seu objeto artístico? Ora, deve-se lembrar que se trata ainda de um momento da Idade Média. Os anos narrados na obra, porém, não são de pouca relevância para a história da Alemanha. Retratá-los, pois, constitui um meio de compreender o presente vivido. Nesse sentido, a forma do drama histórico realiza-se enquanto revifica “o passado como pré-história do presente” (LUKÁCS, 2011, p. 73), isto é, enquanto traça as características do passado que tornaram o presente tal como ele é. Para entender esse movimento de Goethe e seu acertado tino histórico, acredito ser necessário iniciar os estudos da seguinte maneira: realizar um breve sobrevoo no processo histórico alemão, que, como será visto, é marcado por uma problemática fragmentação territorial e política – cujas consequências projetam-se no contraditório e atrasado desenvolvimento de seu capitalismo e de sua burguesia – e demonstrar como isso afeta a subjetividade e o ser-no-mundo dessa *intelligentsia*, Goethe incluso. Desse pano de fundo procuro trazer o caráter específico da formação do jovem poeta, que servirá de conector para mostrar o papel do direito no seu singular percurso de vida e na obra que analiso.

A maneira com que o direito influencia o jovem Goethe foi por mim pesquisada, então, na medida em que serviu como subsídio para a construção de *Götz von Berlichingen*. De modo reflexivo, busco aqui demonstrar como o direito aparece na obra, em qual sentido se dão as críticas goethianas ao direito de seu e daquele tempo, e como elas se relacionam no

todo do drama, sem perder de vista o impacto do direito na subjetividade dos personagens, pois, como intento mostrar, a reforma jurídica da época torna praticamente impossível a manifestação social de uma classe inteira. Por se tratar de um drama histórico, no qual as ações são dadas de modo concentrado, os destinos individuais de alguns personagens, notadamente de Götz von Berlichingen e de Weislingen, dão “expressão aos destinos *imediatamente universais*, aos destinos de povos inteiros, de classes inteiras e até de épocas inteiras” (LUKÁCS, 2011, p. 163). É interessante notar que, ao argumento de Lukács que estou seguindo, logo se soma uma citação do próprio Goethe sintetizando o que pretendi mostrar até aqui: “Tomado corretamente, só é teatral aquilo que é, ao mesmo tempo, simbólico para os olhos: *um enredo importante que remete a outro ainda mais importante* [grifo meu, PC]”. Considerações sobre o debate literário-teatral à parte, a última frase de Goethe é decisiva. O enredo construído no drama só se realiza plenamente quando remete “a outro ainda mais importante”, ou seja, quando apresenta algo a dizer sobre o momento em que se está vivendo. O sucesso alcançado por *Götz von Berlichingen* nas terras germânicas se deu precisamente por Goethe ter conseguido encontrar as causas históricas das mazelas sentidas por muitos alemães e plasmá-las artisticamente com eficácia, de tal modo que os leitores tiveram uma reação imediata à obra.

O direito, como se pode perceber pela leitura de sua obra autobiográfica *Poesia e Verdade*, constituiu parte importante da vida do jovem poeta. Filho de um homem que ascendeu socialmente por meio de sua atividade jurídica, seus anos de formação foram perpassados pelos estudos de direito estimulados pelo pai, que lhe proporcionou uma educação liberal bastante rica e variada. Entre 1765 e 1771, com um intervalo em 1768 e 1769 pelo acometimento de uma doença, Goethe realizou seus estudos jurídicos em Leipzig e Estrasburgo, tendo defendido sua tese de doutoramento em agosto de 1771. Logo em seguida, realizou um estágio em Wetzlar, onde se sediava a Suprema Corte Imperial [*Reichskammergericht*]. Goethe, que já não manifestara grande interesse pelo direito, deparou-se com um cenário jurídico complicado e historicamente defasado.¹ Em verdade, a estrutura do “estado imperial hipertrofiado” (MONTEZ, 2010, p. 201) era objeto de crítica do

¹ Em *Poesia e Verdade*, Goethe chega a fazer uma detalhada descrição do Poder Judiciário e da situação da Corte Suprema, estabelecendo uma série de críticas ao funcionamento judiciário de então, com destaque sobretudo à problemática da celeridade dos processos. Após essa exposição, cujos impactos para a presente pesquisa pretendo analisar e ponderar, Goethe faz a seguinte conclusão: “Como eu já havia podido formar antecipadamente uma boa ideia tanto dessas circunstâncias mais antigas quanto das mais recentes, não havia como eu esperar nada de animador da minha passagem por Wetzlar” (GOETHE, 2017a, p. 636).

jovem poeta e estudante de direito, como se verá no decorrer do trabalho. É nesse período, no entanto, que Goethe trava contato com figuras fundamentais para a sua formação. Ao longo de *Poesia e Verdade*, um amplo emaranhado de personalidades é organicamente vinculado às suas experiências, sejam elas especificamente pessoais ou não. O jovem autor encontra, dialoga, lê e estuda esses indivíduos, mostrando-se continuamente bem-disposto a extrair as determinações e ensinamentos apresentados pela realidade, sempre matizando essas influências e nunca aderindo cega e inteiramente a tal ou qual ponto de vista. Apenas para citar, de modo não taxativo, alguns nomes importantes para a construção de sua visão-de-mundo naquele período, tem-se Lessing, Herder, Shakespeare e Möser. E o central para o trabalho: ele toma conhecimento da existência do cavaleiro imperial Gottfried von Berlichingen zu Hornberg, figura que realmente existiu na Alemanha quinhentista, também nesse momento.

O tempo deste personagem marca um ponto de inflexão na história alemã; além de abarcar cronologicamente a Guerra dos Camponeses (1524-1525), é um período de reformas jurídico-políticas fundamentais, como a proibição do chamado *Faustrecht* (ou *Fehderecht*), “uma espécie de direito medieval de se fazer justiça com as próprias mãos” (GOETHE, 2017a, p. 628). Este direito era “a principal instituição a garantir a liberdade da classe [dos cavaleiros, PC] desde o tempo de seus antepassados” (SILVA, 2016, p. 101), de modo que sua reconfiguração os transformou em figuras cada vez mais anacrônicas, efetivamente fadadas ao perecimento. Tanto Götz quanto Weislingen sofrem profundamente com essas transformações. Esmiuçar como Goethe entrelaça a mudança de um regime jurídico com o seu impacto na individualidade desses personagens – lembrando que Weislingen é, por sua vez, um personagem fictício – constitui um foco relevante da pesquisa.

Não é má ideia resumir, com brevidade, o enredo do drama histórico de *Götz von Berlichingen da mão de ferro* – obra pouco conhecida e estudada no Brasil, cuja tradução para o português-brasileiro somente se deu em 2020.² No emaranhado dos acontecimentos e transformações do período relatado – retratados em mais de 50 cenas e com grande quantidade de personagens –, Goethe traz a experiência de vida de Götz após a reforma jurídica que praticamente colocou os cavaleiros na clandestinidade. Enfraquecido, traído por seu grande amigo e cavaleiro Weislingen e vendo-se ameaçado pelas forças da *femme fatale*

² Cf. GOETHE, 2020. Tradução de Felipe Vale da Silva.

Adelheid e do Bispo de Bamberg, o herói não apenas passa a atuar como mercenário e saqueador, mas soma forças – em uma aliança contraditória e problemática – a Metzler e outros camponeses na decisiva Guerra dos Camponeses. Atravessado por circunstâncias históricas que fugiam ao seu controle, Götz acaba por sucumbir, não sem deixar de condenar a era vindoura: “Que comece a era das fraudes, onde elas serão empregadas livremente. Os imprestáveis reinarão com astúcia, e o espírito nobre cairá em suas armadilhas”³.

O retorno à realidade de Götz von Berlichingen também tem como objetivo estabelecer uma crítica à aristocracia dos tempos de Goethe. Constrói-se na obra uma firme distinção quanto aos valores morais de Götz e os de seus demais personagens antagônicos, todos membros de uma nobreza ociosa, interesseira e fútil. A grandeza moral do herói do drama é recorrentemente demonstrada; os mais diversos personagens, de todas as classes sociais, mesmo aqueles que combatem Götz, reconhecem seus valores, a coerência de suas ações, o seu senso de comunidade e de justiça. A crítica goethiana resta explícita, portanto, pois os próprios cavaleiros imperiais eram membros da nobreza. Por meio de uma disposição dual, ainda que mediada por contradições tanto de um lado quanto de outro, entre a baixa nobreza representada pelos cavaleiros e a nobreza que está no lado “progressista” da história – isto é, que aparece enquanto parte das forças propulsoras em direção ao futuro –, mostra-se ao leitor a conformação de uma *outra* nobreza, aquela muito bem conhecida por Goethe e pelos demais membros da *intelligentsia*. Não era, então, uma nobreza autônoma e ativa, mas uma subserviente, burocratizada, ou, para falar em termos dos *Stürmer und Dränger*, *artificial*. A forma do contrato será um motivo recorrente no drama como demonstração dessa artificialidade, e a maneira com a qual Götz lida com esse agente mediador das relações sociais caracteriza a diferença dele para os demais personagens representados. Para o herói, a necessidade de um contrato denotava a emergência de um mundo que dava origem a indivíduos, classes e relações nas quais a retidão moral de quem afirmava cumprir com sua palavra não mais possuía valor, na qual a livre manifestação do indivíduo frente à realidade estava impossibilitada. Em suma, Götz via emergir diante de seus olhos um mundo no qual o homem não mais podia ser senhor de suas ações.⁴ Trato, com detalhes, no segundo capítulo da monografia, como esse e outros fatores do fenômeno jurídico aparecem no *Götz von Berlichingen da mão de ferro*.

³ GOETHE, 2020. Ato 5, cena 2, p. 159.

⁴ Ibid. Ato 3, cena 1, p. 82.

Desse modo, pretendo encarar o direito como parte constituinte das mudanças histórico-sociais, que acompanha e dá *forma* às modificações das forças produtivas, mas que também exerce um papel autônomo, próprio. Isto é, procuro mostrar que o direito, tal como se conforma no drama, não é somente uma dentre as demais formas de manifestação do ser social, mas uma central para o desenrolar da história e para o jogo de movimentos dos personagens enquanto representantes particulares de destinos universais. Com essa perspectiva em mente, acredito ser possível vislumbrar no *Götz von Berlichingen* um importante material para os estudos do direito na literatura, uma obra rica para se pensar temas caros aos tempos de hoje. Curioso pensar, sem dúvida, que um drama histórico dos anos de 1770 sobre a Alemanha quinhentista ainda tenha algo a dizer para nós. Mas acredito que seja exatamente isso. Como alertei no início desta introdução, não se trata de um período histórico qualquer, mas de um cujos impactos são até hoje sentidos. Repito as palavras já citadas de Lukács, trata-se do período preparatório da revolução burguesa, no qual a noção de individualidade recebeu novas abordagens, no qual, desta vez na trilha de Paulo Arantes, a dialética pôde verdadeiramente emergir.⁵

Goethe retrata as classes sociais, as instituições, o funcionamento social, os valores dos personagens etc. de maneira complexa. Apesar de Götz ser o herói da peça, o jovem alemão deixa claro que se trata de um membro de um grupo social em declínio, cujo anacronismo se torna cada vez mais evidente. Não há, dessa forma, uma idealização cega da figura nem uma ode ao passado de ouro que jamais retornará. As contradições das práticas de Götz, inclusive, saltam aos olhos em alguns momentos do drama, notadamente quando saqueia cidades inteiras e mercadores. No entanto, pelo fato de o drama ser tão carregado de historicidade e os conflitos figurados apresentarem um encadeamento dotado de sentido próprio em um mundo próprio, as forças opostas, finamente concentradas em cenas bem amarradas, aparecem em sua necessidade interna. As contradições e os interesses dos variados personagens surgem, então, em sua específica complexidade, de modo que Götz não só não está isento de problemas, como Adelheid, Weislingen e o Bispo de Bamberg – os *antagonistas* do drama – não deixam de ser personagens providos de motivos mais ou menos compreensíveis. Em resumo, o drama representa os desejos, valores e motivos de forma ampla.

⁵ Cf. ARANTES, 1996.

Assim, o valor trazido por esta obra ao direito recai na sua forma complexa de figurar os conflitos sociais, que, nesse caso, são ricamente permeados por fatores e fenômenos jurídicos. Uma leitura atenta de *Götz von Berlichingen* coloca em evidência problemas éticos e individuais que por vezes passam despercebidos; as contradições residem no âmago de alguns personagens, as relações, pessoais ou de classe, são todas plenas de determinações, e seus meandros devem ser perquiridos. Desse modo, está no âmbito das obras relevantes para o campo de “direito e literatura”, que “não oferecem respostas óbvias e definitivas para os problemas que suscitam ou que as oferecem apenas de forma nuançada” (SHECAIRA, 2018, p. 376). Levantar considerações sobre os problemas históricos e jurídicos suscitados pela obra é um dos objetivos do trabalho e, como busco expor, pode ser interessante analisar como questões contraditórias concernentes ao direito aparecem em uma obra alemã da década de 1770.

*

Esta monografia divide-se em dois capítulos. No primeiro capítulo, busco trazer considerações sobre o cenário em que *a intelligentsia alemã* se desenvolvia sob o prisma da “fórmula” da miséria alemã, oriunda de Marx, ampliada por Lukács e discutida por Arantes. Isto é, sob a perspectiva de que o atrasado desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e a consequente fragilidade da burguesia enquanto *a* classe dominante geraram reflexos importantes na construção das ideias da intelectualidade, positivos e negativos. Assim, acredito preparar o terreno para explicitar o específico de Goethe nesse contexto, observando parte da sua trajetória enquanto estudante de direito e alguns dos problemas sentidos por ele até o período da criação de *Götz von Berlichingen da mão de ferro*. Em um segundo capítulo, por sua vez, pretendo oferecer alguns apontamentos sobre esta obra. Levando em conta a forma literária do drama histórico, esclarecer e abordar o modo de aparecimento do direito e das instituições na obra é um dos objetivos. Além disso, procuro abordar como a individualidade dos personagens, notadamente de *Götz von Berlichingen* e *Weislingen*, se desenvolvem e se modificam; como ambos personificam, embora em posições e perspectivas distintas, o destino de uma classe inteira. Tratar disso não é algo fortuito, pois parte das considerações sobre o fenômeno jurídico e suas imbricações no todo social. Procuro expor, então, sempre com essas perspectivas em mente, as críticas de Goethe ao direito.

CAPÍTULO 1 – SOBRE A TRAJETÓRIA DE GOETHE AO *GÖTZ VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO*

Em meio de condições concretas (que não são necessariamente reais), o homem pode tudo que seja materialmente possível, e mais nada.

Roberto Schwarz, *A Sereia e o desconfiado*

Alguns elementos para se pensar a *intelligentsia* alemã de classe média

“É doloroso realizar uma tarefa servil, mesmo a serviço da liberdade, e lutar a golpes de alfinete em lugar de combater a cacetadas. Cansei da hipocrisia, da estupidez, da autoridade brutal e também de minhas reverências obsequiosas...” (apud NETTO, 2020, p. 541). Assim anunciava Karl Marx, em carta a Arnold Ruge datada de 25 de janeiro de 1843, seu completo descontentamento com a censura imposta à *Gazeta Renana*, revista de considerável circulação para seu tempo na qual exercia a função de editor-chefe. A irritação de Marx era dupla, como se pode perceber; por um lado, incomodava-o, por óbvio, o autoritarismo do governo de Frederico Guilherme IV e suas reiteradas censuras; por outro, o fato de sua atuação crítica em solo alemão dar-se somente na pena, como meros “golpes de alfinete” em vez de “a cacetadas”.⁶ A impossibilidade de uma atuação efetiva e radical em seu país naquele momento fez com que, no ano seguinte, optasse por se radicar em Paris: “Já não posso empreender mais nada na Alemanha” (Ibid., p. 66).

No texto marxiano aludido em nota, a contraposição da realidade alemã à francesa é recorrente.⁷ O capitalismo francês avançava com proeminência, as novas forças produtivas estavam se conformando e a nova classe, que nesse momento começará a figurar para Marx como o sujeito revolucionário, já tinha nome e sobrenome no território gaulês. A situação alemã, por sua vez, dava-se de modo distinto; os alemães, segundo Marx, eram somente contemporâneos dos franceses – e dos ingleses – em nível filosófico, não histórico. O regime alemão, portanto, não passaria de um anacronismo, que buscava usufruir dos avanços obtidos pelas demais nações sem realizar em seu território as revoluções propulsoras de tais transformações concretas, materialmente novas. Assim, a classe burguesa que de algum modo libertou-se nos outros países seguia na Alemanha estranhamente interlaçada a uma nobreza ainda sobremaneira influente. Os princípios que apareciam para os franceses e ingleses como

⁶ Já se pode perscrutar, aqui, ainda que de modo simplificado, o que se ouvirá em bom som, alguns meses depois, na famosa *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material” (MARX, 2013, p. 157).

⁷ Cf. MARX, 2013, pp. 155-6 e pp. 161-3.

pressupostos de suas ações práticas adquiriram lá somente sua formulação ideal. A base material em que estes países se escoravam não estava presente, e as ilusões socialmente necessárias para a revolução burguesa realizada por aqueles povos só poderia aparecer em roupagem ainda mais mística na Alemanha. As contradições daí decorrentes colocavam a Alemanha em situação particularmente degradante, na qual, como põe Marx:

eles [os governos alemães, PC] são levados a combinar as *deficiências civilizadas do mundo político moderno*, de cujas vantagens não desfrutamos, com as *deficiências bárbaras do ancien régime*, de que fruímos plenamente [...]. Haverá, por exemplo, algum país no mundo que participe tão ingenuamente de todas as ilusões do regime constitucional sem compartilhar das suas realidades como a chamada Alemanha constitucional? (MARX, 2013, p. 159).

Em um mesmo sentido, as classes alemãs só poderiam assumir feições dilaceradas, impossibilitadas que estavam de cumprir o papel histórico equivalente ao de suas irmãs europeias. O proletariado alemão ainda engatinhante tinha como oposição uma burguesia que nem sequer havia completado sua emancipação da nobreza:

Por conseguinte, cada esfera da sociedade civil sofre uma derrota antes de alcançar sua vitória, cria suas próprias barreiras antes de ter superado as barreiras que ante ela se erguem [...] de modo que, tão logo inicia a luta contra a classe que lhe é superior, enreda-se numa luta contra a classe inferior (Ibid., p. 161).

A divisão interna da biografia de Marx já citada, escrita por José Paulo Netto, assume um caráter particularmente elucidativo para o que busco argumentar nesta seção. O período da vida de Marx aludido é o de conclusão do capítulo intitulado “Adeus à *miséria alemã* (1818-1843)”, em que um Marx de 25 anos rumo para a movimentada Paris e descobre o “grande mundo”^{8,9} Em verdade, *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* foi iniciado na Alemanha e concluído na França. As marcas dos novos ares, segundo Michael Löwy, podem ser percebidas precisamente pela primeira aparição do proletariado como o verdadeiro sujeito revolucionário em um texto de Marx.¹⁰ Se na Alemanha ele não pôde se dar conta disso, a manifestação desta classe na França despertou seu olhar. Em termos gerais, parece-me

⁸ O segundo capítulo da biografia é “Paris: a descoberta do *grande mundo* (1843-1844)”.

⁹ O termo *grande mundo*, com o devido cuidado de não antecipar demais o argumento, também prenuncia um motivo recorrente da problemática do intelectual alemão. Do mesmo modo que Marx não consegue atuar de maneira efetiva no seu país de origem (pois há verdadeiramente uma atuação política autoritária lhe impedindo), a *intelligentsia* alemã dos tempos de Goethe também sofria com as faltas de possibilidade de ação prático-política, salvo raras exceções. A atuação independente era rara e o papel social costumava limitar-se a um de pouca influência. Este tema aparece de modo claro no *Fausto* a partir da participação de Mefistófeles no enredo. Fausto, enclausurado em seu “quarto de trabalho”, somente conseguiu atuar no Estado com auxílio daquele. A distinção de pequeno mundo e grande mundo aparece claramente aí. No primeiro *Fausto*, a atuação do protagonista se dá em âmbito privado. No segundo, ele lidera mudanças econômicas no Império, toma parte em guerras e comanda um processo colonizatório, mas sempre escorado em forças demoníacas, ou seja, forças que não lhe são próprias. Cf. GOETHE, 2016. e GOETHE, 2017b.

¹⁰ Cf. LÖWY, 2012, pp. 89-96. Movimento similar ocorreu em *Sobre a questão judaica*. Cf. MARX, 2010.

possível extrair que esse grande mundo recém explorado por Marx trouxe à sua perspectiva novas determinações. O que ainda não estava posto na Alemanha, já se desenvolvera plenamente na França.

As comparações das experiências de vida na Alemanha com as nação francesa não são uma exclusividade de Marx. O caso exposto por ele é apenas um exemplo das contradições – e frustrações – oriundas do particular desenvolvimento histórico alemão e das suas forças sociais. Existem inúmeras outras que poderiam ser ressaltadas com a mesma legitimidade, manifestando tais ou quais conflitos a partir de outros prismas, desdobrando diferentes consequências e percepções.

Dezesseis anos antes, no dia 3 de maio de 1827, um Goethe quase octogenário dialogava com Eckermann sobre as acertadas críticas feitas pelo jovem J.-J. Ampère às suas obras. Quando este chegou a Weimar, onde Goethe morava, não foi pouca a surpresa dos presentes ao se descobrir a idade do crítico, que ainda contava com seus vinte e poucos anos. Questionava-se como um homem tão jovem teria adquirido a profundidade de vida necessária para uma rica avaliação da obra e de uma vida complexas como as de Goethe. Segundo o poeta, a questão explicava-se como segue:

Nós, da Alemanha Central, só a duras penas conquistamos nosso pouquinho de sabedoria. Pois no fundo nós todos levamos uma vida miserável e isolada. Do povo em si recebemos muito pouca cultura e todos os nossos talentos e boas cabeças estão espalhados pela Alemanha inteira. [...] Agora imagine uma cidade como Paris, onde as cabeças mais privilegiadas de um grande país se encontram reunidas em um único lugar e se instruem e enriquecem mutuamente no contato, na luta e na competição de todos os dias; [...] imagine essa cidade cosmopolita, onde atravessar qualquer ponte ou qualquer praça nos faz recordar um grande passado e onde em qualquer esquina se desenrolou um pedaço da história (GOETHE, 2016, pp. 592-3).

Num ambiente concentrado e de sociabilidade efervescente como o parisiense, podia-se entender como se cultiva e floresce com maior organicidade o espírito de um jovem escritor. E não se tratava somente de um ambiente movimentado, mas um percorrido por figuras fundamentais da literatura universal, apesar de caracteristicamente *francesa*. Goethe cita três nomes: Molière, Voltaire e Diderot. Deste último cabe apontar algo de especial. Em que pese o objeto deste trabalho ser o jovem Goethe, o que proferiu essas palavras – talvez *sentenças* – acerca da condição alemã já estava em seus anos de maturidade. Já havia escrito seu *Meister* e, oportunamente, feito a tradução (1805) de *O Sobrinho de Rameau*, do próprio Diderot. O enredo relativamente simples dessa novela dá o tom do cenário explicitado: a

conversa entre dois homens no *Palais-Royal*, um Filósofo e um vadio, sobrinho do famoso compositor Jean Philippe Rameau. Veem-se aqui presentes os traços anunciados por Goethe: um lugar sem dúvida histórico, reduto das múltiplas forças sociais e políticas que permaneciam em constante contato e troca. Em suma, “um mundo em miniatura”, “epicentro da mundanidade parisiense setecentista” (GARROUX, 2019, p. 13), no qual as interações entre as diferentes classes davam-se de modo espontâneo e amplo. Nesse ponto, não se deve desconsiderar a figura do Filósofo. Se na Alemanha as grandes cabeças mantinham-se solitárias nos mais diversos lugares, o Filósofo parisiense tinha contato direto com a mundanidade, fator que explica em parte a recorrente caracterização da literatura francesa como plena de sociabilidade.¹¹ As ideias fluíam, circulavam e tomavam por vezes expressões inescrupulosas nas palavras de Rameau, nem por isso totalmente desprovidas de significado. E se o Filósofo desenvolvia suas ideias nesse cenário movimentado, prenhe de ideias divergentes e consequentemente possíveis propulsoras de uma formação intelectual mais rica, Goethe colocava no diâmetro oposto o proporcionado pela Alemanha; em seu argumento, usava Schiller como exemplo, mas neste caso quaisquer nomes da *intelligentsia* alemã¹² poderiam aparecer: “A culpa, porém, não é de Schiller e sim da situação cultural de sua nação e da grande dificuldade que todos nós sentimos ao ter de avançar através de caminhos solitários [grifos meus, PC]” (GOETHE, 2016, p. 593).

Não se deve, no entanto, acompanhando a ressalva de Arantes – em cuja base argumentativa me apoio amplamente –, limitar o peculiar da *intelligentsia* alemã a uma simples contraposição entre o desenvolvimento intelectual num centro movimentado e noutro predominantemente disperso. Trata-se, na verdade,

de algo mais entranhado no dia-a-dia ideológico de uma nação “retardatária”, difícil de definir pois abarca um pouco de tudo. Essa solidão é em parte a do recém-chegado que se vê na contingência de recomeçar, sem pressupostos, do marco zero: é a do autor que padece da falta de continuidade da literatura alemã – o caráter fragmentário de sua evolução de conjunto – como mostrou Lukács, explicando o fenômeno pela anomalia do caminho alemão para o capitalismo (ARANTES, 1996, p. 126).

¹¹ Cf. BRUFORD, 1968, pp. 300-2.

¹² Com este termo, sigo a caracterização de Norbert Elias. São membros de uma vanguarda burguesa que abrange “numerosos indivíduos na mesma situação e de origens sociais semelhantes espalhados por todo o país, pessoas que se compreendiam porque estavam na mesma situação [...] Quase sempre viviam isolados ou sós formando uma elite aos olhos do povo, mas de segunda classe aos olhos da aristocracia cortesã” (ELIAS, 1994, p. 36).

A anomalia aparece antes, então, no atrasado desenvolvimento do capitalismo alemão, na dificuldade da burguesia alemã de assumir o papel de classe diretiva. Recuperando uma colocação de Norbert Elias, Arantes cita as “barreiras ‘naturais’” existentes entre nobreza e burguesia alemãs, que impediam possibilidades significativas de “mobilidade social” e, não por acaso, de os membros da *intelligentsia* desenvolverem-se organicamente com o todo social, restritos que estavam aos estamentos e às limitadas funções sociais disponíveis para intervenção na realidade. Desse modo, não se integravam prosperamente às cortes¹³, onde potencialmente poderiam exercer funções políticas de classe dirigente e, como o capitalismo não se desenvolvia com a mesma força de suas versões inglesa e francesa, a burguesia nem sequer tinha poder econômico próprio para aportar esses intelectuais e artistas. Havia, assim, uma carência de vínculos inclusive com a sua própria classe: “Nem mesmo a burguesia, haja visto sua debilidade congênita, poderia oferecer-lhes um respaldo social de alguma importância” (ARANTES, 1996, p. 127). Essa *intelligentsia* alemã, no entanto, não queria ser percebida como *povo*, pois também apresentava uma atitude autocomplacente – certa “consciência de classe média”, seguindo Elias – com sua condição: não queria ser povo, mas não conseguia agir politicamente (embora conseguisse *pensar* politicamente). Nas palavras de Elias glosando a famosa desilusão de Werther em sua experiência com a aristocracia, que Arantes, com leves modificações, também menciona:

Coisa alguma caracteriza melhor a consciência de classe média do que essa declaração [de Werther, sobre a distinção entre classes, PC]. As portas debaixo devem permanecer fechadas. As que ficam acima têm que estar abertas. E como todas as classes médias, esta estava aprisionada de uma maneira peculiar: não podia pensar em derrubar as paredes que bloqueavam a ascensão por medo de que as que a separavam dos estratos mais baixos pudessem ceder ao ataque. (ELIAS, 1994, p. 37).

A passagem traz grande semelhança com o que Marx desenvolveu na *Introdução*; o leitor atento decerto percebeu como as “barreiras naturais” (“portas” ou “paredes”) situadas entre as classes curiosamente retomam, não sei se por intenção do autor, a declaração marxiana das “barreiras que ante ela [cada esfera da sociedade civil, PC] se erguem”. Não por acaso, essa burguesia enfraquecida não consegue tomar as rédeas do movimento histórico para “derrubar as paredes que bloqueavam a ascensão”. O contexto de Marx decerto é distinto do contexto do velho Goethe, mais ainda deste em sua juventude, mas a crítica remete a um

¹³ Nesse sentido, Goethe é uma rara e sortuda exceção, tendo sido um dos poucos que conseguiu não só vincular-se a uma Corte, mas exercer, desde seus 26 anos, papel preponderante e variado ao lado de Karl August, duque de Weimar. Tratarei, em tempo, do percurso singular e, em certo sentido, menos funesto, de Goethe.

problema que, como se está vendo na argumentação de Elias e Arantes, percorre todo o século XVIII. Diz Marx:

Na Alemanha, porém, faltam a todas as classes particulares não apenas a consistência, a penetração, a coragem e a intransigência que delas fariam o representante negativo da sociedade. A todos os estamentos faltam, ainda, aquela grandeza de alma popular, aquela genialidade que anima a força material a tornar-se poder político, aquela audácia revolucionária que lança ao adversário a frase desafiadora: *não sou nada e teria de ser tudo* (MARX, 2013, pp. 160-61).

Há, como se sabe, um pressuposto histórico para essa incapacidade – que em breve será visto com mais detalhes –, mas Marx menciona a falta de um imperativo moral, uma certa ausência de “grandeza de alma” que impossibilita a criação de “poder político”. De acordo com Lukács, a literatura alemã “traz em si *muitas marcas de nascença da mesquinhez da vida na Alemanha não desenvolvida e fragmentada* [grifo meu, PC]” (LUKÁCS, 2021, p. 47), o que pode explicar a tensão recorrente que se retroalimenta na experiência da *intelligentsia* alemã. A título de exemplo: apesar da nítida intenção goethiana em defender a integridade humana de Werther e de questionar as problemáticas convenções sociais do período ao longo de toda obra, permanecem traços filistinos no personagem e inexistem qualquer possibilidade efetiva de transformação política em aberto ou ao menos abrindo-se, como se pode extrair de sua fala e de seu trágico fim auto impingido, respectivamente. É nesse sentido que Lukács faz coro à colocação engelsiana de que mesmo Goethe, o maior dos alemães, não consegue superar a miséria alemã “a partir de dentro”: “Seu temperamento, suas energias, *toda* a sua orientação intelectual o direcionaram para a vida prática, e a vida prática que encontrou era miserável” (apud LUKÁCS, 2016, p. 78).¹⁴ E essa fraqueza é permanentemente sentida pelo próprio Goethe, que reclamava da pouca cultura advinda do povo alemão.¹⁵ Da mesma forma, porém com o sinal trocado, a influência dessa *intelligentsia* na realidade era pequena, permanecendo encasulada em pequenos círculos intelectualizados,

¹⁴ Essa ideia engelsiana é mais desenvolvida em seu escrito *German Socialism in Verse and Prose. Karl Grün, Über Goethe vom menschlichen Standpunkte. Darmstadt*. Cf. ENGELS, 1976, pp. 249-73

¹⁵ Goethe, comentando o contexto por trás de seu *Werther* em *Poesia e Verdade*, chega a fazer ponderações sobre o que levaria um indivíduo a cometer suicídio na Alemanha (GOETHE, 2017a, pp. 689-700). No entanto, a figura do que seria o intelectual wertheriano é objeto de profunda crítica sua, na medida em que se prende à pura interioridade, despertando idiosincrasias nocivas e pouco relevantes para uma participação frutífera no todo social. A própria biografia de Goethe revela essa orientação para a vida prática mencionada por Engels. A figura do Werther, assim, é, para Goethe, problemática e limitada, apesar de os valores anunciados por Werther também serem os seus.

que liam para si mesmos suas obras e com máxima autocomplacência regozijavam-se de uma suposta superioridade aos demais.¹⁶ Assim, explica Lukács:

A literatura, na vida da nação alemã, é muito mais débil, menos estreita e intimamente ligada ao processo real do que em outros povos onde o processo de formação nacional desenvolveu-se em conexão com a participação ativa das massas populares (apud ARANTES, 1996, p. 126).

Ainda que sob outro prisma, reaparece a contraposição do desenvolvimento filosófico-literário francês ao alemão. A sociabilidade da literatura e a relação mais próxima da *intelligentsia* francesa com seu público eram frutíferas, pois se vinculavam de maneira estreita aos eventos históricos por eles mesmos postos em prática. Não à toa, Goethe menciona como em qualquer esquina “se desenrolou um pedaço da história” nas terras francesas, relembro-lhes sempre o “grande passado” que possuíam. Dessa atmosfera portentosa, nada mais natural que surgissem grandes nomes, enquanto, na Alemanha, *somente muito esforço poderia compensar o prejuízo desta ausência*. A experiência do literato alemão, por não ter em aberto as necessidades práticas próprias da literatura francesa, que se ocupava também em interferir de modo mais direto no processo histórico, foi marcada por um campo mais amplo e livre de exploração intelectual. O achado de Lukács – e, antes, de Marx – foi perceber que o atraso histórico-econômico alemão, dentre outros motivos, não desaguou somente em desvantagens, mas permitiu a esses indivíduos, mediante tal *esforço*, um campo de pensamento distinto, onde se mostrou possível entender os conflitos e contradições do desenvolvimento burguês de maneira mais ampla, *universal*:

À primeira vista, não parece tão claro por que a abordagem dos grandes problemas da época a partir do aspecto puramente ideológico, o que se encontra em relação muito estreita com essas circunstâncias mesquinhas e filísticas, também pôde ser significativamente vantajosa para a formulação ousada das questões e para a *reflexão ousada até as últimas consequências* das respostas encontradas para elas. Justamente porque, dessa maneira, os fundamentos e as consequências sociais de certas questões teóricas ou literárias não ficam visíveis de imediato na vida prática; surge para o espírito, para a concepção e para a exposição dessas questões um espaço de manobra considerável relativamente ilimitado, que os contemporâneos das sociedades ocidentais mais desenvolvidas não tinham como conceber [grifos meus, PC] (LUKÁCS, 2021, p. 37).

A contradição entre as potencialidades da literatura alemã – e da filosofia alemã – do século XVIII e “os estigmas de sua origem” (ARANTES, 1996, p. 170) aparece de maneira mais sutil e menos esquemática do que até agora pode ter aparentado. Arantes, na trilha de Lukács, situa essa questão detidamente na experiência da classe média, que estava pensando e

¹⁶ Deve-se observar, no entanto, que houve, sobretudo na segunda metade do século XVIII, um aumento do público leitor alemão, acompanhado de uma ampliação do mercado editorial. Mas a população alfabetizada na década de 1770, por exemplo, mal passava de 15% do total. Cf. BEUTIN et al., 2005, pp. 137-142.

escrevendo sobre os novos tempos emergentes. As funções de pouca influência e de certo descrédito social ocupadas por eles, ao passo que os impediam de propor efetivamente alternativas políticas – o que “acirra e imobiliza a luta de classes” –, levava-os “ao extremo de ‘pensar por completo, até o fim’” (ARANTES, 1996, p. 132). Isto é, nas palavras de Lukács:

Os grandes poetas alemães tiveram que conquistar e purificar o tema atual no sentido histórico-social mediante uma elaboração complicada e profunda de suas vivências, graças a mediações intelectuais; por isso tiveram que sublimar sua experiência vital e poética até o conscientemente estético: para conseguir as formas adequadas a essa atualidade e aos aspectos nacionais e humanos nela implícitos (apud ARANTES, 1996, p. 135).

Em contrapartida, diz Lukács, “quando a vida nacional se desenvolve felizmente”, as possibilidades artísticas encontram-se como que “no ar” (Ibid.). Interessante notar que, ao contrapor este cenário ideal ao alemão, Lukács enfatiza como a vida nacional não oferece “temas tão diretamente asidos” (LUKÁCS, 1968, p. 12), e, mesmo no *Götz von Berlichingen*, no qual há a aparência de um vínculo orgânico entre a criação poética e a história, restaria presente ainda uma série de “preconceitos reacionários”, resquícios da experiência prática imediata atravessada pela necessidade de decoro e modos.

Em seu estudo sobre a correspondência entre Goethe e Schiller, Lukács dá destaque ao escrito goethiano *Sansculotismo Literário*, de 1795. Arantes nota, com argúcia, como esse escrito ressoa e se compatibiliza com todo o argumento lukácsiano anterior. As palavras de Goethe dizem respeito, inclusive, às críticas marxianas acerca da ausência de “grandeza de alma popular” dos alemães. Pergunta o poeta:

Quando e onde surge um autor clássico nacional? Quando ele encontra já dados, na história de sua nação, *grandes eventos e suas consequências em feliz e significativa unidade; quando não sente falta de grandeza nas mentalidades de seus contemporâneos*, profundidade em seus sentimentos, força e coerência em suas ações; quando ele próprio, imbuído no espírito nacional, sente-se capacitado por um gênio interior a *simpatizar tanto com o passado quanto com o presente*; quando encontra sua nação em um grau elevado de cultura, de modo que sua formação lhe é facilitada [grifos meus, PC] (apud LUKÁCS, 2021, p. 96).

As condições elencadas por Goethe em seu contexto específico decerto estavam bem delimitadas; com o monumental evento francês no retrovisor, o poeta tinha consciência de que, para o surgimento dessas obras clássicas, era necessária a completa superação do feudalismo mediante uma revolução burguesa. É evidente, no entanto, que Goethe, como lembra Lukács, também possuía clareza do caráter nocivo do capitalismo para o desenvolvimento das artes, mas permanece problemático que, no mesmo texto, o poeta seja

tão explícito em não desejar para Alemanha tais revoluções.¹⁷ Cabe destaque, também, a “facilidade” da formação num passado histórico feliz em oposição às “duras penas” (GOETHE, 2016, p. 592) necessárias para a obtenção de sabedoria na Alemanha. Como visto – e os exemplos poderiam ser ainda mais numerosos se citadas as experiências, por exemplo, de Lessing, Herder, Winckelmann, Schiller, Hegel etc. –, essas *dificuldades* aparecem repetidas vezes. Resta, agora, situar, de maneira mais precisa, as bases históricas e os pressupostos materiais desses conflitos, com foco sobretudo nos traços de maior impacto para a experiência do jovem Goethe.

Um sobrevoou pelo desenvolvimento histórico alemão

Tratando do obstáculo, relatado por Goethe, da busca por um público nacional, Arantes localiza essa complicação como uma “sequela do caruncho regionalista e paroquial da *Kleinstaaterei*” (ARANTES, 1996, p. 170). *Kleinstaaterei* denota a fragmentação territorial característica da história alemã, marcada pelo desenvolvimento de “uma coleção de estados praticamente independentes”¹⁸ (BRUFORD, 1968, p. 1). Nesta longa citação de Marx, ressoa boa parte do que argumentei até o momento – majoritariamente na esteira de Arantes –, dando, porém, margem para novas e importantes considerações históricas:

Essa boa vontade de Kant [Marx estava contrapondo a força e os movimentos das burguesias francesas e inglesas aos da alemã, que se limitava a ter “boa vontade”, PC] corresponde totalmente à impotência, ao abatimento e à miséria dos burgueses alemães, cujos interesses mesquinhos *nunca foram capazes de evoluir para interesses nacionais e coletivos* de uma classe, e que, por isso mesmo, foram continuamente explorados pelos burgueses de todas as outras nações. A esses mesquinhos interesses locais correspondiam, por um lado, a real estreiteza local e provinciana, por outro lado a presunção cosmopolita dos burgueses alemães. De modo geral, o desenvolvimento alemão assumira, desde a Reforma, um caráter inteiramente pequeno-burguês. Grande parte da velha nobreza feudal havia sido destruída nas *guerras camponesas*; o que restou foram ou *os príncipes de minúsculos Estados Imperiais*, que aos poucos foram conquistando uma considerável independência e que imitavam a monarquia absoluta em proporções minúsculas e próprias de cidade pequena [...]. *À fragmentação dos interesses correspondia a fragmentação da organização política, os pequenos principados e as cidades-reino* [grifos meus, PC] (MARX, 2007, p. 193-4).

¹⁷ Como ressalva, deve-se destacar que *Sansculotismo Literário* é um texto de um Goethe do chamado “Classicismo Alemão”. Apesar da existência de continuidades em suas obras, há diferenças importantes com relação às de juventude. Além disso, o acontecimento da Revolução Francesa, evento cujas forças jamais devem ser negligenciadas, estava na ordem do dia quando da escrita do texto – e de todas as obras de Goethe posteriores, diga-se. Suas intenções no período eram, portanto, outras, mas é certo que o descompasso com o tempo histórico foi objeto de ressentimento também do jovem Goethe, esse é o ponto.

¹⁸ “a collection of virtually independent states”.

A formação nacional, como sabido, é uma questão importante para história da Alemanha e constantemente rememorada tendo em conta os acontecimentos por ela protagonizados ao longo do século XX. Somente unificada enquanto Estado-nação em 1871, isto é, quase 40 anos após a morte de Goethe, a Alemanha realmente desempenhou um papel retardatário na passagem da Idade Média para a Modernidade e para o capitalismo. Isso sem dúvida é reflexo de peculiaridades de seu desenvolvimento e causou sequelas que não deixaram de ser sentidas por seu povo. Encontram-se de maneira resumida na passagem marxiana, os mais relevantes conflitos e consequências desse complexo processo histórico, seja no campo material, seja no ideológico.

As gerações da segunda metade do século XVIII são possivelmente as que mais profundamente sentiram as frustrações advindas da incapacidade de constituição dos “interesses nacionais”, nas palavras de Marx. Pois foi somente nesse período que houve certa retomada da economia, decisiva para um inicial “fortalecimento econômico e cultural da classe burguesa”, a ponto de lhe despertar intenções e desejos tipicamente iluministas, mas ainda assim insuficientes para “afastar os obstáculos que interditam a unidade nacional” e até mesmo para desenvolverem consciência explícita dessa necessidade (LUKÁCS, 2021, p. 41). Unidade nacional, não custa lembrar, é um traço fundamental da transição bem-sucedida do feudalismo para o capitalismo realizada pelos demais povos europeus, notadamente da França, da Inglaterra e inclusive da Holanda.¹⁹ Esses povos, diferentemente do alemão, “constituíram-se como nação no início da era moderna” e possuíram, nesse período transitório, justamente uma “monarquia absolutista como órgão dessa unificação”²⁰ (Ibid., p. 40). A Alemanha, diante do maior desenvolvimento das potências vizinhas, encontrava-se em situação delicada, uma vez que, mesmo não compartilhando das condições favoráveis das outras nações, “não poderia subtrair-se a todas as necessidades impostas pelo desenvolvimento geral da Europa capitalista” (Ibid., p. 37-8). Reaparece, aqui, com mais determinações, a crítica do jovem Marx; combinavam-se na Alemanha desgraçadamente as “deficiências civilizadas do mundo político moderno”, de cujas vantagens não se desfrutava, às “deficiências bárbaras do *ancien régime*”. Com uma transição parcamente consumada,

¹⁹ É interessante notar como, no estudo de Lesaffer sobre o desenvolvimento jurídico-político europeu, lê-se que o Sacro Império Romano-Germânico “forms the great exception to the move towards centralisation in western Europe in the Early Modern Age” (LESAFFER, 2009, p. 333).

²⁰ A Holanda, apesar de possuir um processo histórico distinto e próprio, desenvolveu-se economicamente com prosperidade, figurando também entre os países com um rápido progresso “na mineração, na indústria e nos transportes” (LUKÁCS, 2021, p. 38).

manifesta-se como sintoma “a transformação dos maiores domínios feudais em absolutismo em miniatura (sem seu aspecto progressista, de auxiliar o nascimento e o fortalecimento da burguesia)” (LUKÁCS, 2021, p. 38), diz Lukács fazendo eco à constatação anterior de Marx. Não é por acaso, portanto, a declaração de Goethe, referindo-se aos séculos XVI e XVII, de que o alemão foi “embrutecido por quase dois séculos de uma situação tumultuosa e desafortunada” (GOETHE, 2017a, p. 312). O desfortúnio remetia à incapacidade de acompanhar a ascensão econômica das demais potências nesses dois séculos, que, na Alemanha, foram marcados por um sem-número de guerras, a mais grave seguramente a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).²¹

Se no início da Guerra a população contida no território do império contava com 17 milhões de habitantes, em seu término restavam somente 10 milhões, um decréscimo de 40% da população. Com efeito, somente cem anos depois a população atingiu o coeficiente anterior à Guerra, que, para fins de comparação, havia reduzido seu contingente ao dos anos de 1500.²² As consequências de tamanhas perdas não são facilmente contornadas e, a despeito dos estímulos estatais voltados à produção industrial em massa, “o setor do fabrico na Alemanha durante os séculos XVII e XVIII continuou a ter uma importância secundária em termos globais”. Nesse período, ainda “80% dos trabalhadores ganhavam sua vida na agricultura” (GESTRICH, 2015, p. 169).

Marx, com o intuito de demonstrar traços exemplificativos do desenvolvimento da burguesia alemã, retorna para o que considera alguns “momentos significativos”. Com menos destaque, enuncia como a “indústria baseada na roda de fiar e no tear manual” (MARX, 2007, p. 193) somente calçou alguma importância quando, na Inglaterra, já ocorria a substituição daqueles aparatos antiquados por máquinas. Mais interessante e ilustrativo, porém, é o exemplo sobre a relação econômica entre a Alemanha e a Holanda. Esta “cortou o acesso da Alemanha ao comércio mundial, deixando-a apenas com dois portos (Hamburgo e Bremen) e, a partir de então, dominou todo o comércio alemão”. Enquanto a burguesia da Holanda possuía força e “interesses de classe desenvolvidos”, a Alemanha, por conta de sua fragmentação, não conseguia “impor barreiras à sua exploração pelos holandeses” (Ibid., pp.

²¹ Característica é, nesse sentido, a colocação de Frederico, O Grande: “Não é ao espírito ou ao gênio da nação que devemos atribuir o pequeno progresso que fizemos, mas pôr a culpa em uma sucessão de fatos tristes, uma guerra após a outra que nos deixou arruinados e pobres não só em dinheiro, mas em homens, também” (apud ELIAS, 1994, p. 31).

²² Cf. GESTRICH, 2015, p 167.

193-4). Nesses termos, questiona Marx: “De onde viria a concentração política num país ao qual faltavam todas as condições econômicas para ela?”.

A concentração política e a conformação do Estado²³ são recorrentemente tratadas como problemáticas pela historiografia. Andreas Gestrich, em sua análise da constituição política alemã pós Paz de Vestfália, que pôs termo à Guerra de Trinta Anos, relembra o famoso dito de Samuel Pufendorf sobre como o império havia se transformado em “um corpo irregular semelhante a um monstro” (apud GESTRICH, 2015, p. 169). Apesar de esse império possuir “elementos “monárquicos, aristocráticos e (nos estados imperiais) democráticos²⁴”, nada disso era suficiente para classificá-lo seja como um “Estado federal”, seja como uma “federação de Estados”, na medida em que, respectivamente, para “ser um Estado federal, seria necessário que as instituições imperiais possuísem competências superiores” e “para ser uma união estatal faltava-lhe dar plena soberania aos Estados” (GESTRICH, 2015, p. 169). Os impasses referidos por Gestrich são frutos das múltiplas forças que, desde o século XV, buscavam garantir sua preponderância. Na virada do século XV para o XVI, o imperador Maximiliano I, por meio da reunião de uma cúpula imperial, a *Dieta de Worms*, deu início a uma série de reformas com o fim de centralizar o poder político em sua figura. Nesse contexto, mais especificamente em 1495, criou a Suprema Corte Imperial (*Reichskammergericht*) sob os termos da então proclamada Paz Perpétua (*Ewiger Landfriede*), cujo principal objetivo era buscar “soluções pacíficas para as disputas entre os estados”²⁵ (LESAFFER, 2009, p. 334). Para tanto, o instituto jurídico, oriundo do antigo direito germânico – *Faustrecht*, “direito do punho” em tradução literal –, que garantia aos cavaleiros o direito a perpetrar guerras privadas (*Fehde*), foi suprimido. Como se verá ao longo do trabalho, essas reformas jurídico-políticas foram decisivas tanto para as classes dos cavaleiros, cuja manifestação social tornou-se anacrônica e problemática²⁶, quanto para o próprio

²³ Ressalvo que, no tempo de Marx, já não se tratava do Sacro Império Romano-Germânico, existente até 1806 (ano do aniversário de 57 anos de Goethe, para fins de contextualização).

²⁴ A percepção dos estados imperiais como democráticos não é inteiramente compartilhada pelos estudiosos. Ressalto, como exemplo, a colocação de Wilson: “However, the absence of a prince, court, or powerful nobility should not lead us to associate such cities with democratic or even proto-democratic states. They were controlled by another kind of elite, prominent burghers from a few long-established families – and Goethe’s was one such family in Frankfurt” (WILSON, 2002, p. 208). O trecho anuncia, também, algo que será em breve discutido: a situação específica de Goethe na Alemanha de seu tempo. Foi visto até aqui o papel de pouca dominância da burguesia alemã. Em algumas Cidades Imperiais Livres, porém, a burguesia desempenhava um papel um tanto distinto, de mais notoriedade. Isso, como se verá, foi de particular importância para a trajetória do jovem Goethe.

²⁵ “peaceful resolution of disputes among the estates”.

²⁶ Serão vistos com mais detalhe os impactos da reforma jurídica no destino da classe dos cavaleiros e de sua individualidade no segundo capítulo do trabalho. Apenas para adiantar, o caminho tomado pela Alemanha foi

prossequimento da história alemã. De acordo com Goethe, “a história desse tribunal [a Suprema Corte Imperial, PC] poderia valer como um fio condutor significativo em meio ao emaranhado de acontecimentos da história alemã” (GOETHE, 2017a, p. 628). A adoção de um código jurídico romano em detrimento do direito germânico anterior marca uma importante virada no desenvolvimento da Alemanha: é “a substituição completa, orgânica e de acordo com leis, de uma época histórica particular por outra” (MONTEZ, 2010, p. 201). E não por qualquer outra época, mas a vivida precisamente pelo jovem Goethe, que sentia no florescimento de sua personalidade os conflitos e frustrações advindas dessa transformação.

Pode parecer, por meio da movimentação feita pelo imperador, que se conseguiria emplacar a centralização territorial e política. Houve, no entanto, sobretudo após a morte de Maximiliano I – “mas Maximiliano morreu em 1519, e as reformas que planejava morreram com ele”²⁷ (SCHULZE, 1998, p. 45) –, um fortalecimento dos estados e dos príncipes.²⁸ Bruford chega a dizer que o imperador nem sequer teve controle da Suprema Corte Imperial.²⁹ Apenas para aclarar o cenário; eram os príncipes os responsáveis por nomear – de maneira vitalícia – e remunerar os membros do Tribunal; e algumas das forças militares substitutas das remanescentes dos tempos feudais eram também providenciadas e custeadas por eles (BRUFORD, 1968, pp. 6-7).

Dessa forma, se no século XVIII já “havia aparentemente se alcançado uma certa medida de unidade na justiça, nas questões militares e nas finanças”, representando inclusive um caminho em direção a “uma constituição federal”, tais iniciativas eram não do imperador, mas de alguns príncipes eleitores de grande influência, cujos interesses não necessariamente eram convergentes, amplos e nacionais. A construção de uma “confederação”, assim,

foi impedida, primeiro pelo excessivo número e variedade de autoridades políticas que envolvia, e segundo pela natureza de muitas das instituições existentes do Império, que ainda eram as de um estado feudal. A confederação teria que incluir, no século XVIII, reis de importância europeia como os da Áustria e da Prússia, os

aquele da burocratização das cortes, das formas de vida mediadas pelo direito que, de algum modo, suprimiam a autodeterminação e a liberdade do indivíduo características dos cavaleiros.

²⁷ “But Maximilian died in 1519, and the reforms he had envisioned died with him”.

²⁸ Este acontecimento definitivamente não passou despercebido por Goethe. A morte do imperador é anunciada no final de *Götz von Berlichingen* pelo próprio Götz, o que demonstra a coincidência entre a vitória do Bispo de Bamberg – representante dos pequenos estados principescos – e a derrota do imperador. Cf. GOETHE, 2020. Ato 5, cena 2, p. 156.

²⁹ Esta passagem de Bruford ilustra como o conflito prosseguia: “The emperors strove to maintain their authority. Shortly after the establishment of the Reichskammergericht the emperor set up, for instance, a rival institution, the Reichshofrat in Vienna, and endless disputes followed as to the limits of their respective competency” (BRUFORD, 1968, p. 8).

príncipes eleitores, 94 príncipes eclesiásticos e seculares, 103 condes, 40 prelados, 51 Cidades Livres, em 300 “Territórios” separados, cada qual com inveja de seus privilégios consagrados por tradição e pouco comovidos por quaisquer memórias de uma herança comum. Essa multiplicidade de interesses impediu até os mais modestos começos da constituição federal esboçada acima de funcionar satisfatoriamente³⁰ na prática³¹ (BRUFORD, 1968, p. 7).

Os exemplos historicamente delimitados aqui trazidos cumprem o papel de demonstrar, com mais precisão, a síntese apresentada por Marx n’*A Ideologia Alemã*. O caráter autônomo do Estado conforma-se por conta da dificuldade característica da Alemanha de integrar os diversos interesses necessários para seguir o fluxo histórico capitalista na única classe capaz de liderar essa transformação. A especificidade de sua fragmentação territorial e política, ao mesmo tempo em que é o sintoma de uma conformação histórica de longa data, é a pedra de toque do desenvolvimento material e ideológico da burguesia alemã e, por tabela, de sua *intelligentsia*. Pois a persistência dos traços feudais e, conseqüentemente, do poder social da classe que a representa de maneira mais decidida – isto é, da aristocracia –, travam o processo da emancipação burguesa. Como observado, o período transitório garantidor dos pressupostos históricos cruciais para a emancipação das burguesias inglesa e francesa foram as monarquias. A consciência nacional foi, portanto, decisiva para um desenvolvimento econômico próspero capaz de lançar as bases para a criação de uma forte burguesia nacional, uma vez que, independentemente das distinções de classe, formava-se uma “cultura nacional unificada” (LUKÁCS, 2020, p. 37), um chão comum partilhado por todos. Tal perspectiva não foi desenvolvida com significativa lucidez somente por Marx, Engels e Lukács. O velho Goethe, em uma de suas conversas com Eckermann, é explícito: “nossa pré-história é envolta em trevas demasiado espessas, e a história posterior, por falta de uma dinastia única, não oferece um interesse nacional comum [grifo meu, PC]” (GOETHE, 2016, p. 179).

Cabe perguntar, no entanto, qual foi o momento da história da Alemanha em que a conhecida fragmentação se firmou definitivamente, ou seja, quando se deu o ponto de inflexão. De acordo com Lukács, na trilha de Marx e Engels, foi na Guerra dos Camponeses (1524-1525) – acontecimento retratado por Goethe em seu *Götz von Berlichingen*. E adiante: a proximidade deste evento com as reformas mencionadas não é casual.

³⁰ Recordo o comentário de Marx sobre a constituição alemã. Ver p. 18.

³¹ Respectivamente: “In justice, military affairs, and finance a certain measure of unity had thus apparently been achieved” e “The confederation would have had to include, in the eighteenth century, kings of European importance like those of Austria and Prussia, the electoral princes, 94 spiritual and lay princes, 103 counts, 40 prelates, 51 Free Towns, in all some 300 separate 'Territories', each jealous of its time-honoured privileges and little affected by any memories of a common inheritance. This multiplicity of interests prevented even the modest beginnings of a federal constitution outlined above from working satisfactorily in practice”.

Um breve panorama se faz necessário. Insurreições e revoltas camponesas ocorreram ao longo da Idade Média tanto no território germânico quanto em outros Estados – como Holanda, Hungria e Suíça. Esses fenômenos tornaram-se ainda mais frequentes já no final do século XV e início do XVI, sobretudo quando se pensa na insurreição camponesa na Alsácia, em 1493, e na ocorrida em Espira e suas proximidades, em 1502.³² Reivindicações claras e decididas já podiam ser encontradas nesta última:

Exigiam que não se pagasse o censo nem o dízimo, nem tributo nem peagem aos príncipes, nobre e clero; que se suprimisse a servidão; que se confiscassem os conventos e outros bens eclesiásticos para reparti-los entre o povo e que só se reconhecesse como senhor o imperador (ENGELS, 2010, p. 94).

Tais levantes, por sua vez, costumavam ser estritamente locais. Foram somente nos anos de 1524 e 1525 que as revoltas tomaram um caráter *geral e sistemático*³³, do sudoeste ao norte, passando pela Suábia, Francônia, Turíngia e Alsácia.³⁴ Não custa enfatizar o quão penosa era a condição dos camponeses.³⁵ A forma de se rebelar não podia ser senão as insurgências armadas e violentas.

Nos termos de Lukács, duas são as características cabais das revoltas camponesas do fim da Idade Média; são, por um lado, marcadas por um traço “defensivo”, representativo do interesse de manutenção de alguns privilégios em vias de extinção por conta da ascensão do capitalismo; e, por outro, “são confrontos de vanguarda mais ou menos prematuros da futura revolução democrático-burguesa” (LUKÁCS, 2020, p. 39). Por conta da especificidade do desenvolvimento comercial alemão e das variadas classes que se chocavam naquele período, tais características em certo sentido contraditórias manifestavam-se mais pronunciadamente e, precisamente por isso, os efeitos da supressão das revoltas seriam ainda mais sentidos. Engels, em um escrito de 1850 que glosarei daqui em diante, remonta à já existente e nociva fragmentação política anterior à Guerra dos Camponeses. Em um jogo de forças complexo e intrincado, distintas classes sociais operavam e buscavam, cada qual a partir de seus interesses próprios, perpetuar sua dominância. Havia, nesse sentido, o poder imperial, o clero, a nobreza, os patrícios, uma burguesia nascente, os plebeus e, com maior relevo, os príncipes. Todas

³² Cf. ENGELS, 2010, pp 89-110.

³³ Há um interessante mapa na edição brasileira do *Götz von Berlichingen da mão de ferro* que mostra a impressionante dimensão dos levantes. Cf. GOETHE, 2020.

³⁴ Cf. HINRICHS, 2015, pp. 117-139.

³⁵ Engels ressalta como, para além da obrigação de pagar incontáveis e variados tributos, os camponeses eram submetidos a uma enorme carga de trabalho e à arbitrariedade de nobres que não raras vezes os submetiam a torturas. Cf. ENGELS, 2010, p. 68.

digladiavam entre si, tendo possivelmente como um dos traços comuns – à exceção dos plebeus – a incessante exploração dos camponeses, correspondentes à maior porção da população. Para os objetivos específicos deste trabalho, acredito ser mais relevante, agora, um enfoque em três classes: nobreza, campesinato e principado.

Já foi adiantado por Marx que “a velha nobreza feudal foi destruída na guerra dos camponeses” e que seu declínio tinha direta relação com o fortalecimento dos príncipes. Os adjetivos “velha” e “feudal” não devem passar despercebidos. Como se pode facilmente constatar, a nobreza inglesa permaneceu no poder mesmo sendo o país com a burguesia mais exemplar e fortemente desenvolvida. A peculiaridade da Inglaterra se dá pelo fato de a pequena nobreza – cavaleiros inclusos – ter conseguido estabelecer alianças com as cidades que se desenvolviam, favorecendo uma “transformação da monarquia feudal hierárquica em uma monarquia burguesa constitucional” (ENGELS, 2010, p. 107). Assim, enquanto na Inglaterra a nobreza foi tendencialmente se aburguesando, a nobreza alemã continuava dependendo exclusivamente das fontes de origem feudal, pautadas na servidão. Com efeito, antes mesmo dos eventos de 1524-1525 já se desenhava a decadência das pequena e média nobrezas, sobretudo dos cavaleiros. No geral, seu destino era servir aos príncipes tanto “como funcionários civis ou militares”, quanto como vassalos; “só uma minoria dependia diretamente do poder imperial” ou conseguia atuar independentemente.³⁶ O declínio manifesto dessa pequena nobreza traz implicações diretas aos camponeses, que passam a ser explorados em graus cada vez mais significativos e de maneiras novas:

[...] o aperfeiçoamento das armas de fogo aniquilou o seu poder guerreiro, reduzindo a eficácia da cavalaria pesada e acabando com a fortaleza inexpugnável de seus castelos. O progresso da indústria tornava os cavaleiros inúteis [...]. As suas pretensões e necessidades econômicas contribuía para a sua ruína. O luxo que reinava no seu castelo, a suntuosidade dos torneios e festas, o preço das armas e cavalos *aumentavam com os progressos da civilização*, enquanto as receitas dos cavaleiros e barões pouco variavam [...]. As contribuições e serviços dos súditos não rendiam mais do que anteriormente. [grifos meus, PC] (Ibid., p. 61).

A nobreza sobrevivente da Guerra dos Camponeses era, pois, aquela profundamente associada aos interesses mesquinhos dos principados e que, por conta de seus títulos, ainda possuía privilégios e conseguia exercer funções de relevo na corte, diferentemente da burguesia.³⁷ A participação histórica da nobreza, no entanto, não foi homogênea, sobretudo

³⁶ No primeiro caso, há a figura de Weislingen; no segundo, de Götz von Berlichingen.

³⁷ Engels mostra, nesse sentido, como as reivindicações da classe burguesa de então tinham por objetivo a possibilidade do exercício de “controle da administração municipal e uma representação no poder legislativo” (ENGELS, 2010, p. 65).

quando se considera a atuação e a perspectiva da minoritária parcela que manteve sua independência dos principados enquanto buscava permanecer fiel ao imperador. É essa a nobreza pintada por Goethe como moralmente superior em seu *Götz von Berlichingen*³⁸, constantemente contrastada com a que oportunamente cedeu às baixezas fúteis da corte.³⁹ Engels, em um capítulo de *As guerras camponesas na Alemanha* dedicado à “sublevação da nobreza”, relembra como a força dos nobres estava diretamente vinculada à do império. Tal vínculo explica, em certa medida, o fato de a nobreza – notadamente da nobreza independente – possuir, dentre todas as classes, o “maior espírito nacional” (ENGELS, 2010, p. 106). Emergia diante de seus olhos, então, um cenário bastante desfavorável, objeto de indignação, além do mais, por conta da fraqueza sentida pelo império nos confrontos com os povos estrangeiros.⁴⁰

A sublevação mencionada compreendia reivindicações de reformas no império que sacrificassem tanto os príncipes, quanto o alto clero, outra classe com a qual a nobreza conflitava. Como mostra Engels, duas foram as lideranças desse movimento, sendo a segunda relevante personagem no *Götz von Berlichingen*; Ulrich von Hutten⁴¹, responsável por liderar teoricamente a nobreza e importante nome no contexto da Reforma; e Franz von Sickingen, “representante militar e político” (Ibid., p. 107). Assim sintetiza Engels os objetivos do movimento:

Hutten e Sickingen acreditavam que o governo da nobreza, a classe eminentemente militar, o afastamento dos príncipes, representantes da divisão, o aniquilamento do poder sacerdotal e a libertação da Alemanha do jugo espiritual de Roma devolveriam ao país a sua unidade, a sua liberdade e a sua força (Ibid.).

Sickingen, na obra do jovem Goethe, é um leal amigo de Götz. Apesar de suas participações históricas concretas serem relativamente distintas, ambos se envolveram com os camponeses

³⁸ Não importa, nesse momento, se houve, por parte de Goethe, certa idealização na figuração de Götz e de seus valores morais. Por exemplo, Hegel refere-se a Götz como “herói”, Marx, como “sujeito miserável”. A questão decisiva, no entanto, é que, politicamente, Goethe não abriu mão de tratá-lo como representante de uma classe em declínio. Assim, tanto Hegel quanto Marx concordam que grande parte da “significação poética” da obra provém precisamente da capacidade goethiana de situar tal conflito universal na figura do personagem. Sigo, nessa nota, um argumento de Lukács. Cf. LUKÁCS, 2016, pp. 34-5.

³⁹ O conflito Götz-Weislingen centra-se nessa questão, mas não é somente partilhado por eles. Adelheid, por exemplo, pode ser vista como a grande representante da futilidade das cortes. O fascínio despertado por essa personagem remonta precisamente à sua capacidade de, por um lado, seduzir Weislingen a esse mundo e de, por outro, fazer oposição a Götz.

⁴⁰ Na sequência do trabalho, ver-se-á as reiteradas preocupações do Götz von Berlichingen goethiano com as investidas de forças estrangeiras ao império, nomeadamente a dos franceses e dos turcos (Império Otomano). O modo como Goethe vincula tais preocupações com a relação de Götz com o imperador se, por um lado, contribui para trazer o valor moral do personagem, revela, por outro, seu acertado tino histórico.

⁴¹ Goethe chega a reproduzir uma carta inteira dele em sua autobiografia, algo incomum no livro. Cf. GOETHE, 2017a, pp. 859-861.

no período das revoltas. Em verdade, como o próprio Goethe retrata em seu drama, Götz chega a liderar alguns levantes, mas sempre sob a desconfiança dos camponeses, que o chantagearam para o exercício de tal tarefa. Ora, há pouco foi dito como a nobreza era vil ao explorar os camponeses. Qual seria, então, a explicação dessa “união”? Mais: como seria possível que ela fosse sequer produtiva para qualquer uma das partes? Em algumas circunstâncias pontuais, o principado representava, para os camponeses, a maior das ameaças. Nesse contexto, tendo em conta o inimigo comum, optaram por estabelecer alianças momentâneas, mesmo que permeadas por incertezas e suspeitas.⁴² A fala de Metzler, líder camponês figurado no *Götz*, é característica nesse sentido: mesmo tendo anteriormente manifestado respeito pelos valores de Götz, quando este decide não mais liderar os levantes, xinga-o de “Sujeito covarde! Servo de príncipes!”⁴³. O ponto – representativo da intrincada e contraditória conformação das classes e de seus interesses – é que, ao fim e ao cabo, qualquer aliança nesses termos estaria fadada ao fracasso, pois a posição ocupada por cada parte na luta de classes constituía interesses conflitantes, verdadeiramente antagônicos. Não à toa, se a nobreza chegou a fazer concessões mais explícitas aos burgueses, não “pensava que fosse necessário renunciar aos seus privilégios políticos, aos seus foros feudais e à sua jurisdição sobre os camponeses” (ENGELS, 2010, p. 109). Como poderia o campesinato sentir-se seguro em uma aliança estabelecida nessas condições? Do outro lado, como poderia a nobreza efetivamente existir sem a exploração dos camponeses? A aliança era materialmente impossível, historicamente problemática.

Em resumo, a nobreza feudal estava ilhada. Não conseguia se aliar propriamente nem à burguesia, nem às cidades nem aos camponeses. Sucessivas eram as derrotas contra os príncipes, a derradeira era questão de tempo. A “destruição” referida por Marx era, assim, a da nobreza autônoma, independente; após a Guerra dos Camponeses, ela “só aparece a serviço e sob direção” dos príncipes (Ibid., p. 110). E tanto pior para o campesinato, que permaneceu sendo explorado.

A condição dos camponeses já foi minimamente exposta. Importa, agora, não contar as específicas formas de exploração, os diferentes tipos de tributos e as injustiças recorrentes, mas demonstrar como sua derrota nesse grande evento histórico provocou severas

⁴² Será visto com mais detalhes, no capítulo de análise do *Götz von Berlichingen*, como se situa historicamente o conflito retratado na obra. Uma análise histórica detida desse momento se encontra em ERWIN, 2013, pp. 179-197.

⁴³ Ato V, Cena 1. Cf. GOETHE, 2020, p. 142.

consequências.⁴⁴ É preciso mencionar, de relance, que, em termos de perdas e danos para o campesinato, a Guerra dos Camponeses foi somente a antessala de outro evento significativamente mais deletério, a referida Guerra dos Trinta Anos, essa sim a motivadora exponencial da miséria camponesa. Os números devastadores já foram colocados e fazem parecer – espantosamente! – as baixas de camponeses nas revoltas um número pouco expressivo. O motivo determinante para pôr as revoltas camponesas em destaque é, contudo, seu potencial revolucionário-popular, que poderia trazer nova feição ao desenvolvimento alemão caso vitorioso. Como afirma Lukács, os camponeses “pretendiam realizar” não só a “unificação da Alemanha”, mas a “liquidação das tendências centrífugas, feudal-absolutistas” (LUKÁCS, 2020, p. 40), retidas precipuamente nos príncipes. Representava, desse modo, um momento de atuação e organização popular nunca antes visto nas terras germânicas: uma alternativa entreaberta. Com a vitória da Guerra dos Camponeses, seria desferido um duro golpe não só à nobreza, mas – e mais importante – aos principados, representantes maiores da fragmentação política que maculou toda a transição alemã em direção ao capitalismo.

O argumento norteador de toda a obra engelsiana na qual me apoio revela como o estado de desenvolvimento das forças produtivas do período – “a agricultura, a indústria, as vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas, o comércio, a circulação do dinheiro” (ENGELS, 2010, p. 40) – é a base da fragmentação política alemã. Para o autor, o desfecho desfavorável das lutas camponesas é simultaneamente tributário da existente fragmentação e propulsor desta em efeito ainda mais elevado, já que a acirra e a potencializa.

É elucidativa, nesse sentido, a descrição, feita no início de sua obra, das dificuldades de mobilização conjunta dos próprios camponeses:

[...] a divisão local e provincial e o conseqüente particularismo levaram à derrota de todo o movimento; viu-se como nem os burgueses, nem os camponeses nem os plebeus atingiram a unidade de ação na nação inteira; como em cada província os camponeses atuavam por sua própria conta negando-se a ajudarem os seus vizinhos e como desse modo foram aniquilados isoladamente em sucessivas batalhas e por exércitos que nem sequer somavam a décima parte da totalidade dos insurgentes (Ibid., p. 157).

⁴⁴ Apenas para listar algumas consequências para as demais classes; o clero perdeu muito de seu poder com as guerras: “Os seus conventos e fundações tinham sido queimados, os seus tesouros roubados e vendidos ao estrangeiro ou fundidos e as suas provisões tinham se esgotado”, além da secularização dos bens eclesiais ter se popularizado (ENGELS, 2010, p. 154). As cidades e, junto com elas, os patricios, como mostra Engels, não foram tão afetadas, mas também “não tiraram grande proveito”.

A pretensão de unidade referida por Lukács não foi consumada. A única chance efetiva de vitória dos camponeses, qual seja, sua união com alguma outra classe, era impossível, pois todas dependiam, cada qual a seu modo, de sua exploração. Havia, no cenário de então, tamanha confusão de “interesses, opiniões e tendências” (ENGELS, 2010, p. 69), que a sublevação conjunta não só da classe dos explorados, mas de todas as classes de oposição, foi impedida.

A derrota dos camponeses, que não possuíram os meios necessários para resolver as contradições decisivas de seu tempo, redundou na vitória dos príncipes e na “centralização dentro da divisão” (Ibid., p. 155), isto é, na manutenção de pequenos estados provincianos e desconexos dotados de interesses estritamente particulares. A conclusão do movimento nesses termos marcou todo o ulterior desenvolvimento alemão.

Classe média e aristocracia: conflito, dependência, resignação

O panorama histórico esboçado pode ter parecido, em alguns momentos, dotado de detalhes excessivos, mas eles não foram fortuitos. A distância que nos separa, temporal e espacialmente, não só dos tempos de Goethe, mas, e especialmente, do longínquo século XVI alemão, exige, nesta pesquisa, um delineamento das forças então postas em conflito. Prosseguindo dessa maneira, o retorno do jovem Goethe ao período, bem como a distribuição das classes e dos valores contidos no *Götz von Berlichingen*, ganham verdadeiramente sentido e potência. Com a clareza de que o período histórico retratado por Goethe é a pré-história de seu presente vivido, isto é, que aquele passado diz diretamente sobre as mazelas de sua época, ficará claro porque sua obra de estreia marcou época e firmou-se como uma das mais relevantes do movimento *Sturm und Drang*.

Feita a advertência de percurso, retomo a questão da *intelligentsia*. “O lugar do intelectual alemão no século XVIII que tinha algum tipo de consciência política e social”, diz Wilson, “era difícil” (WILSON, 2003, p. 188). De fato, já foi apresentado o impacto proveniente do retardatário desenvolvimento do capitalismo alemão no modo de existência da classe média intelectualizada. Mas ainda é necessário tornar explícito como se dava sua relação com a aristocracia, *a força política que prosperou historicamente*.

Foi especialmente a partir de Gottsched, na primeira metade do século XVIII, que a perspectiva iluminista começou a dar passos na literatura alemã. Ainda que sob termos um tanto mecânicos, as categorias de “razão, utilidade e humanidade” (BEUTIN et al., 2005, p. 142), permeadas por um ímpeto pedagógico e moralizante, tomaram conta das bibliotecas e dos teatros. A literatura alemã começou, assim, a se deslocar das cortes em direção à classe média. No entanto, Gottsched, no intento de criar um drama propriamente alemão, tomou como modelo a *tragédie classique* francesa, trazendo a reboque maneirismos aristocráticos cortesãos incompatíveis com um cenário no qual o mercado de livros se expandia e apresentava como público leitor majoritário a classe média (BRUFORD, 1968, pp. 312-14). Os estilos literários passaram a representar cada vez mais seus modos de vida, valores e anseios, tornando os conceitos estéticos e o método de Gottsched, portanto, “objeto de crítica de seus contemporâneos”, sobretudo de Lessing, que os percebia como insuficientes para “a tematização da emergente subjetividade burguesa” (MONTEZ, 2010, p. 202). Se em Gottsched ainda se via uma “postura de classe média que ainda não havia se libertado de concessões ao universo intelectual feudal”, Lessing “adotou uma progressiva posição de classe média que, em última instância, decididamente prevaleceu sobre as prática e a teoria literárias feudais na Alemanha”⁴⁵ (BEUTIN et al., 2005, p. 143). Com efeito, os jovens poetas do *Sturm und Drang*, que, como lembra Bruford, eram “do mesmo estrato social de seus colegas mais velhos”, atribuíram, a partir da década de 1770, mais “consciência de classe” a seus escritos:

[...] Eles frequentemente apresentam o conflito entre classes, e quase sempre tomam o partido da classe média. Eles estão longes de serem objetivos em seus retratos da sociedade contemporânea, pintando sua própria classe como infeliz, mas virtuosa, e a nobreza como corrupta e arrogante favorita da sorte. Eles veem defeitos na classe média, estreiteza de perspectiva, servilidade aos superiores em alguns, descortesia grosseira em outros, mas sempre os explicam como conseqüências de condições sociais desfavoráveis (BRUFORD, 1968, p. 217)⁴⁶.

E eram verdadeiramente desfavoráveis. Direito autoral ainda não era algo bem estabelecido a ponto de garantir um sustento efetivo para os escritores, tornando sua

⁴⁵ Respectivamente, “object of criticism from his contemporaries”, “middle class stance that had not yet freed itself from concessions to the feudal intellectual universe” e “adopted a progressive middle-class position that was ultimately to prevail conclusively over feudal literary theory and practice”.

⁴⁶ Respectivamente, “of the same social stratum as their older colleagues” e “they frequently present the conflict between classes, and almost always take sides for the middle class. They are far from objective in their pictures of contemporary society, painting their own class as unhappy but virtuous and the nobility as corrupt and arrogant favourites of fortune. They see defects in the middle class, narrowness of outlook, servility to superiors in some, boorish incivility in others, but they explain them as due to unfavourable social conditions”.

independência material – e, por vezes, ideológica – bastante difícil.⁴⁷ Restava-lhes, tendo em conta sua condição de homens burgueses, isto é, desprovidos de quaisquer privilégios advindos de nascimento em berço nobre, ocupar “posições que dependiam do estado de uma forma ou de outra⁴⁸” (WILSON, 2003, p. 188). Por “estado”, leia-se os inúmeros principados existentes na Alemanha de então, cada qual altamente burocratizado e perpassado por valores cortesãos antagônicos aos da classe média, basta lembrar das “monarquias em miniatura” mencionadas por Lukács e Marx, ou, para seguir com Wilson, “das cortes desenhadas para imitar Versailles” (Ibid.).

Ao artificial e fútil modo de vida das cortes, os *Stürmer und Dränger* contrapõem o livre e natural desenvolvimento da individualidade e da subjetividade, sempre carregadas de fortes sentimentos e emoções; à superficialidade das cortes, a profundidade e intelectualidade do *gênio*; às relações mediatizadas e corruptas aristocráticas, as relações mais próximas à natureza. A literatura aparecia como o único campo possível para a formulação de críticas ao status quo do período. Por conta do desenvolvimento alemão já aclarado e da imbricada e problemática relação da classe média com a aristocracia, as possibilidades de organização política mostravam-se cerradas, as condições objetivas de mobilização, restritas.

As duas grandes obras de juventude de Goethe, o *Götz* e o *Werther*, mostram como ele era um arquétipo desse movimento. As condições expostas tanto em seu drama histórico, quanto em seu romance epistolar, traziam com perfeição as angústias do indivíduo de classe média – pense-se, aqui, na dificuldade do Werther de interagir socialmente e participar da vida comum de maneira humanamente bem-sucedida – e os embaraçosos e moralmente inferiores traços da corte principesca – pense-se, aqui, na aristocracia mesquinha retratada no *Götz*. O tino histórico de Goethe de retornar ao século XVI o permitiu expor as origens históricas das mazelas que assolavam não só a *intelligentsia*, mas todo o povo alemão. A “subjetividade ferida” de *Götz*, correlata à incapacidade wertheriana de adequação social, demonstra o conflito do indivíduo com o “necessário desenvolvimento do todo” (MONTEZ, 2010, p. 202). Trata-se de um conflito historicamente *universal*, mas, por ter sido exposto nos

⁴⁷ Lessing é uma das poucas exceções nesse sentido.

⁴⁸ Wilson lista alguma das profissões comuns: “bureaucrat, pastor, professor, teacher, officer and so on” (WILSON, 2003, p. 188). Elias escreve no mesmo sentido: “Compõe-se predominantemente de administradores, de servidores civis no sentido mais amplo da palavra – isto é de pessoas que direta ou indiretamente obtém sua renda da corte, mas que, com poucas exceções, não pertencem à ‘boa sociedade’ cortesã, à classe alta aristocrática” (ELIAS, 1994, p. 43).

termos *particulares* do tempo de Goethe, pôde comunicar diretamente a toda uma geração de leitores, que assimilava perfeitamente os alvos da crítica e sentia-se acolhida na medida em que os fins trágicos de Werther e Götz expurgavam seus desalentos.

A congênita insuficiência política da classe média alemã pode ser distinguida em boa parte das obras do período, inclusive nas de Goethe. As amarras estabelecidas pela incapacidade de independência levavam os escritores a fazerem certas concessões. O *Götz* é novamente um excelente termômetro para compreender isso. Goethe expõe amplamente as divisões de classe do período, delimita tanto as classes que estão acompanhando o fluxo histórico, quanto as que se mostram fadadas ao perecimento, estabelece os conflitos sociais e deixa explícito quem carrega a superioridade moral na obra. Goethe efetivamente constrói o cenário que enseja o movimento revolucionário dos camponeses – na primeira e não publicada versão do drama, diga-se, chega a tornar seus motivos compreensíveis e justificáveis –, mas, por *questões de tato*⁴⁹, de decoro (MONTEZ, 2010, pp. 202-3), esmorece o potencial crítico da obra ao pintar os revoltosos como bárbaros.

Pode soar como um contrassenso, mas Goethe chega a dizer que, logo após a publicação do *Götz von Berlichingen*, sua “relação com as classes elevadas lhes era bastante favorável” (GOETHE, 2017a, p. 857). A inexistência de uma ameaça política organizada por parte da classe média fazia com que não fosse raro o restabelecimento das pazes com a corte (BRUFORD, 1968, p. 320). Havia um custo nisso, obviamente; e a recompensa, na maioria dos casos, não era das melhores, haja visto as condições de vida assumidas. Fala-se, nesse sentido, de certa “resignação⁵⁰ de classe média⁵¹” (BEUTIN et al., 2005, p. 155). Como diz Bruford, o *Götz* “começa com uma nota de protesto e termina em uma de resignação^{52,53}” (BRUFORD, 1968, p. 319), e este modelo se repete naquele período.

As condições da *intelligentsia* eram a de “indivíduos isolados, carentes de influência” (LUKÁCS, 1970, p. 351). Arantes, após longo excuro sobre a filosofia e literatura alemãs, chega a denominá-los “homens supérfluos”. A grande maioria deles não conseguiu, de fato,

⁴⁹ Cf. ARANTES, 1994, pp. 177-210.

⁵⁰ Boyle, tratando de Lessing, fala em “compromise” (BOYLE, 1991, p. 28).

⁵¹ “Middle-class resignation”.

⁵² Walter Benjamin não poupa críticas, nesse sentido, ao dizer que todos os dramas de Goethe seguem um movimento semelhante: “como dramaturgo, ele sempre cede à tentação dos temas revolucionários, para depois se esquivar deles ou abandoná-los em forma de fragmento” (BENJAMIN, 2018, p. 129).

⁵³ “begin on a note of protest and end on one of resignation”.

estabelecer conexões e galgar posições de relevo, sendo Goethe a mais relevante das exceções. Mencionei anteriormente, de passagem, a citação engelsiana acerca da orientação prática de Goethe. A constatação de Engels constitui importante chave interpretativa tanto para o específico de Goethe, quanto para o dos demais membros da *intelligentsia*. Pois mesmo tendo um destino de vida, por assim dizer, menos funesto, encontra-se na obra de Goethe uma série de capitulações problemáticas estritamente ligadas à forma de vida a que teve de se adequar. Goethe, em 1775, aos 26 anos, rumou em direção a Weimar para assumir importante função na corte do jovem duque Karl August. Ele chegou a figurar por muitos anos no mais relevante órgão de governo, o *Konseil*, constituído pelo duque e mais três ministros. Suas atividades eram as mais variadas em um vasto campo de atuação; Goethe liderou empenhos mineralógicos, dirigiu o teatro de Weimar, foi reitor universitário e comissário de guerra, não nessa ordem. O objetivo deste trabalho não envolve analisar sua atuação jurídico-política ou cultural em Weimar, mas, olhando retrospectivamente para seu percurso de vida, consegue-se depreender, em parte, como a especificidade de sua origem e de sua formação contribuíram para este desenrolar.⁵⁴ Importa, agora, para esta monografia, analisar o pano de fundo familiar e geográfico de Goethe para que se possa, finalmente, perceber como deste cenário emergiram as questões de direito decisivas contidas no *Götz von Berlichingen*. Desse modo, desenvolverei, nas duas próximas seções, o específico da formação de Goethe e de seus estudos jurídicos universitários, de onde “soube extrair [...] os elementos históricos [e mesmo jurídicos, PC] que iriam embasar a sua versão literária da luta de Gottfried von Berlichingen (1480-1562) contra a investida dos príncipes alemães” (MONTEZ, 2010, p. 201).

O peculiar de Goethe, um caso menos funesto

Antes de analisar os estudos jurídicos do jovem Goethe e demais influências decisivas para a escrita de *Götz von Berlichingen*, creio ser necessário um breve delineamento do que considero o mais específico de Goethe, isto é, suas condições de vida em âmbito próprio. Já foram vistos os traços gerais do desenvolvimento alemão e até mesmo algumas particularidades de Goethe, mas ainda resta localizar as determinações mais pessoais de sua vida para que se consiga desvendar alguns dos motivos por trás de *Götz* e o desfecho conferido pelo jovem poeta. A origem de Goethe bem como a condição de vida proporcionada por sua família foram, quando comparadas às da maioria dos demais membros da

⁵⁴ Para uma interessante análise de Goethe nos anos de Weimar, Cf. WILSON, 2005.

intelligentsia alemã, bastante favoráveis. Seu percurso de vida e suas conquistas, apesar de permeados por evidentes méritos próprios, associam-se a essa base social e familiar.

Goethe nasceu no dia 28 de agosto de 1749, na cidade imperial livre de Frankfurt. Diferentemente do que se viu na maior parte dos territórios alemães, Frankfurt teve um passado histórico próspero. Funcionou durante séculos como um importante centro de trocas comerciais, ligando “não menos que vinte e seis estradas principais”⁵⁵ (BOYLE, 1991, p. 43). Sua localização geográfica servia como um “conveniente lugar de encontros para comerciantes da Alemanha do norte, da Alemanha do Sul e da França”^{56,57} (BRUFORD, 1968, p.145), o que proporcionou um florescimento positivo da região e o adensamento de banqueiros e comerciantes, os quais, por sua vez, passaram a formar famílias ricas e influentes.

A descrição da cidade feita pelo próprio Goethe, além de reforçar argumento, traz algumas propriedades ainda mais positivas de Frankfurt:

[...] minha cidade natal tinha uma posição toda particular, embora poucos atentassem para esse fato. Enquanto as cidades imperiais livres do norte fundavam-se em uma ampla atividade comercial e as do sul, com a retração do comércio, passaram a se concentrar nas atividades ligadas às artes e à técnica, em Frankfurt podia-se notar uma rede de sustentação mais complexa, em que se entrelaçavam atividades do ramo comercial, financeiro, imobiliário, bem como o gosto pelas ciências e pelas coleções (GOETHE, 2017a, p. 861).

Por ser este ponto de comércio movimentado, desenvolveu-se em Frankfurt certo cosmopolitismo, uma variedade de interesses que convergia com os interesses materiais dos mercadores. Não era, nesse sentido, uma cidade indiferente às outras línguas europeias, sendo muito comum, entre as famílias abastadas, o aprendizado de latim, francês, inglês e italiano⁵⁸, apesar de possuírem um característico e “robusto” dialeto (BOYLE, 1991, p. 44). O menino Goethe, apenas para servir de exemplo, foi introduzido, além das línguas citadas, a hebraico.

As cidades imperiais livres tinham por principal característica o fato de submeterem-se diretamente ao imperador. Não havia nelas as figuras “do príncipe, da corte ou da nobreza

⁵⁵ “no fewer than twenty-six major roads”.

⁵⁶ Boyle ainda menciona uma “great north-south route that ran from Italy through Switzerland to the Low Countries, and the sea, taking up on its way major western tributaries from Lyons, Paris and Lorraine” (BOYLE, 1991, p. 43).

⁵⁷ “convenient meeting place for traders from northern Germany, southern Germany and France”.

⁵⁸ Boyle destaca, a título de exemplo, inclusive, que a primeira língua ensinada ao menino Goethe e sua irmã foi a italiana (BOYLE, 1991, p. 44).

poderosa” (WILSON, 2002, p. 208) como autoridades. Em Frankfurt – bem como em Nuremberg e Augsburg, para citar outras – a classe dominante estava centrada nos patrícios, isto é, nos burgueses de famílias tradicionais abastadas. Apesar de Boyle discutir em que medida a família de Goethe era ou não patrícia⁵⁹, tendo em conta a origem relativamente comum tanto do avô materno de Goethe quanto de seu pai, não resta dúvidas de que, desde seu nascimento, o poeta fez parte de uma das famílias mais relevantes da cidade.

Apesar de Frankfurt se orgulhar de suas liberdades (BOYLE, 1991, p. 45) – sobretudo quando comparada ao autoritarismo dos pequenos estados – e de “sua tradição de auto governança”⁶⁰ (SAINÉ, 2002, p. 8), não podia ser considerada como um regime democrático ou proto-democrático (WILSON, 2002, p. 8). Sua estrutura jurídico-política era particularmente restritiva. Do mesmo modo que boa parte dos habitantes não possuía o direito de ser dona de terras, somente os cidadãos assumidamente luteranos – e a cidadania, diga-se, era cara de se obter – podiam compor o Conselho ou assumir cargos oficiais. Em resumo, como aponta Thomas P. Sainé, os membros do Conselho eram quase exclusivamente os homens das famílias já mencionadas, o que tornava sua assembleia nada representativa (SAINÉ, 2002, p. 8). O Conselho era formado – acompanhando a descrição de Boyle – por três bancadas de catorze membros; a terceira e menos relevante era composta por representantes das guildas⁶¹; a primeira e a segunda, por sua vez, ficavam à disposição de cidadãos dotados de diplomas universitários (integrantes do “*College of Graduates*”), de seletos e ricos mercadores e de membros das famílias mais tradicionais. A primeira bancada desempenhava a função de Suprema Corte da cidade e seus membros eram escolhidos entre os mais consagrados da segunda. Havia, ainda, “um quadragésimo-terceiro membro do Conselho”, que “era seu secretário, o *Schultheiss*, ou chefe de justiça, o oficial supremo da cidade e representante do Imperador”⁶² (BOYLE, 1991, p. 46). Esse cargo, comparável ao de prefeito, foi ocupado durante mais de duas décadas por ninguém menos que o avô materno de

⁵⁹ Cf. BOYLE, 1991, p. 49.

⁶⁰ “their tradition of self-governance”.

⁶¹ Sobre a formação do Conselho, estas são as palavras de Goethe: “Até mesmo aqueles artesãos que haviam se atido à ordem em tempos mais conturbados eram elegíveis para o Conselho, embora não lhes fosse dado progredir em sua hierarquia interna. Os outros contrapesos constitucionais, bem como as formalizações institucionais e todos os procedimentos diretamente relacionados à constituição garantiam, a muitas pessoas, um espaço para exercícios de suas atividades” (GOETHE, 2017a, p. 862). Destaco, nessa passagem, certa complacência de Goethe com relação à ordem das coisas. Em outro momento do livro, apenas para ilustrar, ele mesmo menciona a exposição, em Frankfurt, de um crânio de um artesão que se revoltou contra os privilégios dos patrícios. Em que pese demonstrar compaixão ao caso, sua postura ainda assim tende aos privilégios. Cf. GOETHE, 2017a, pp. 183-84.

⁶² “The forty-third member of the Council” e “was its secretary, the *Schultheiss*, or chief justice, the supreme official of the city and the Emperor’s representative”.

Goethe, Johann Wolfgang Textor.⁶³ Não é exagero dizer, então, que Goethe cresceu em um ambiente profundamente privilegiado, rodeado pelas figuras mais influentes e bem-afortunadas de Frankfurt. E o poeta estava ciente disso desde sua mais tenra idade, na medida em que revela, ainda criança, não se envaidecer pouco “ao ver nosso avô ocupando cargo tão honorável” (GOETHE, 2017a, p. 42).

É interessante notar como Goethe, ao descrever alguns eventos oficiais da cidade presididos por seu avô, atesta, mais de uma vez, a presença “dos séculos passados”. As solenidades prestadas em algumas festividades remetiam profundamente às “priscas eras” nas quais as cidades efetivamente buscavam conquistar do imperador a liberação das “taxas alfandegárias”. No século XVIII, tais solenidades não passavam de formalidades e ritos vazios, mas servem para nos mostrar a permanência de alguns traços antigos no presente do menino Goethe. Este tipo de passagem goethiana pode ajudar a decifrar, inclusive, suas relações com a própria História⁶⁴, objeto de certa importância para esta pesquisa:

Quando nos explicavam aquelas cerimônias simbólicas, que, como num passe de mágica, reviviam os ares dos velhos tempos, transportávamo-nos novamente para os séculos passados e tomávamos conhecimento dos costumes, dos usos e da mentalidade de nossos antepassados, que ali se presentificavam de modo tão particular na figura de pífanos e delegados redivivos, bem como na concretude daqueles presentes, que não apenas podíamos pegar com nossas próprias mãos, mas que, por fim, também se tornavam nossos (Ibid.).

A família de Goethe vivia em excelente condição financeira, como se pode esperar tendo em conta o cargo do avô. De fato, seu salário era o mais alto de todos os oficiais de Frankfurt. Mas o rendimento anual do pai de Goethe, o conselheiro imperial Johann Caspar Goethe, também era bastante significativo, sendo sua renda mensal a metade da recebida por Textor. Para pôr em perspectiva, isso representava cerca de 225 florins *mensais*, o que correspondia a pouco mais da metade da quantia recebida por Schiller *anualmente*, em 1790, como professor na Universidade de Jena.⁶⁵ Johann Caspar é, nesse sentido, o perfeito exemplo de ascensão social por meio da atividade jurídica, e cabe um olhar mais detido à sua carreira tanto para ilustrar esse tipo social, quanto para mostrar seus impactos no percurso de Goethe.

⁶³ Maurício Mendonça Cardozo explica a eleição do seguinte modo: “O processo de eleição se dava em duas etapas. Na primeira, havia uma votação simples nos candidatos de predileção. Na segunda e decisiva, chamada de *Kuglung* (do termo *Kugel*, esfera, bola) e restrita apenas aos três candidatos mais votados, seria eleito aquele candidato que, dentre as três bolas – uma de ouro e duas de prata – que eram colocadas num saco, fosse contemplada com a bola dourada” (apud GOETHE, 2017a, p. 59).

⁶⁴ Um belo artigo sobre a relação de Goethe com a história é “Sob a ética do olhar, do tempo e da escrita. Goethe e a história”, de Luiz Barros Montez. Cf. MONTEZ, 2010, pp. 191-216.

⁶⁵ Faço uma dedução a partir dos dados financeiros fornecidos por Boyle. Para mais detalhes, Cf. BOYLE, 1991, pp. 49-50.

À época, conseguir realizar um curso universitário já colocava o indivíduo em um rol de poucos. Medicina – cursada por Schiller –, por exemplo, costumava proporcionar uma vida sólida, porquanto o número de médicos ainda era relativamente escasso no período.⁶⁶ Era no direito, porém, onde se encontravam os estudantes com a maior possibilidade de ascensão social, com a maior possibilidade de figurar entre a mais alta camada da sociedade. A grande quantidade de cargos disponíveis⁶⁷ – lembro, aqui, do “estado imperial hipertrofiado” aludido por Montez – fazia com que os estudantes tivessem bastante oportunidades de atuação tanto nas cidades imperiais livres quanto nos pequenos estados principescos. Wilson atesta ser esse inclusive o caso de Goethe, que, em determinados momentos de *Poesia e Verdade*, chega a mencionar algumas de suas perspectivas de carreira em Frankfurt (GOETHE, 2017a, p. 852).

Este bem era o desejo de Johann Caspar para seu filho. Em verdade, a maior parte da trajetória do jovem Goethe foi, quando não exatamente decidida por seu pai, muito vinculada ao que este queria. Há um sem-número de passagens em sua autobiografia nas quais Goethe relata os desejos e anseios que seu pai nutria por ele. O poeta, apesar de muitas vezes não compartilhar dessas vontades – e o direito era uma delas –, percebia como elas derivavam do afeto de seu pai, mas não deixava de pontuar suas pertinentes angústias. Em um trecho, ao narrar como sua proximidade com a prefeitura de seu avô o colocou a par dos “problemas mais secretos da república”, relata:

Meu pai, que se envolvia nos negócios da cidade apenas na condição particular de cidadão, expressava energeticamente sua irritação com muitos desses malogros. E aquilo que eu via nele, como o poderia desejar para mim? Depois de tanto estudo, de tanta perseverança e aplicação, de tantas viagens e de uma formação tão ampla e variada, meu pai acabou levando uma vida solitária, restrita aos quatro muros de sua propriedade. Essas coisas todas juntas atormentavam-me de forma desesperadora e a única forma que eu vislumbrava para me livrar de tamanho desânimo era imaginar um plano de vida completamente diferente daquele que me havia sido prescrito (Ibid., p. 288).

Pergunta-se: qual havia sido o plano prescrito para Goethe? Os mesmos passos de seu pai, com exceção do grande equívoco profissional de sua vida. Segundo Boyle, foi precisamente a possibilidade de fazer parte do “*College of Graduates*” que concedeu a posição de destaque de Johann Caspar. Ele estudou direito “nas universidades de Leipzig,

⁶⁶ Cf. BRUFORD, 1968, pp. 259-60.

⁶⁷ Esta passagem de Bruford dá o tom: “The Reichsritter needed a few officials to collect revenues, dispense justice and maintain order, the Reichsgraf, a stage higher, required a 'Privy Council', a Free Town had to have its Senate and a whole series of committees served by permanent officials, and a ruling Prince, finally, had the Council, Treasury, Department of Justice, Consistory and so forth” (BRUFORD, 1968, p. 261).

Estrasburgo e Giessen, onde se doutorou em 1738”⁶⁸, e ainda atuou na Suprema Corte Imperial em Wetzlar (BOYLE, 1991, p. 50). Após realizar longa viagem à Itália⁶⁹ – acontecimento profundamente marcante em sua personalidade e seus interesses –, buscou, como mostra Goethe, “assumir algum cargo mais modesto na administração e exercer suas funções sem emolumentos” (GOETHE, 2017a, pp. 96-7). Mas foi surpreendido e abalado por não conseguir a colocação, decidindo, portanto, por intermédio das boas relações que possuía, obter a condecoração de conselheiro imperial ainda durante o período de governo de Carlos VII. E esse foi seu grande erro:

Com a morte de Carlos em 1745 [Caspar havia se tornado conselheiro imperial em 1742, PC] e a eleição do marido de Maria Teresa, Francisco I, para sucedê-lo, Caspar Goethe se encontrou sem expectativas na administração imperial e marcado com uma posição muito alta para conseguir cargos, ou grande amor, em Frankfurt⁷⁰ (BOYLE, 1991, p. 51).

Como também se casou com a filha do prefeito, e havia severas regras proibindo qualquer espécie de nepotismo, não podia atuar no Conselho. Sua única possibilidade efetiva de seguir carreira seria fora de Frankfurt, opção descartada após o nascimento de Goethe. Desse modo, passou a viver uma vida sem grande ocupação profissional, “dedicado a administrar sua fortuna, construindo sua coleção de livros e pinturas contemporâneas, encontrando-se com os seus amigos membros do *College of Graduates*, e cuidando de sua família, particularmente de sua educação”⁷¹ (Ibid., p. 51). É nesse ponto que a vida do menino Goethe foi especialmente afetada. Johann Caspar tomava conta da educação de seus filhos meticulosamente, proporcionando um ensino amplo e “expondo-os a um conjunto de influências tão variado quanto o que a cosmopolita Frankfurt poderia proporcionar”⁷² (Ibid., p. 54). Seu interesse por artes, nutrido sobretudo em sua viagem à Itália, permitiu um entorno cultural rico, já que transformou sua casa em um ambiente recorrentemente frequentado por pintores contemporâneos, dos quais Goethe não deixou de dialogar e aprender.

⁶⁸ “at the universities of Leipzig, Strasbourg, and Giessen, where he had acquired a doctorate in 1738”.

⁶⁹ Com mais detalhes, o percurso de vida de Johann Caspar foi o seguinte, nas palavras de Cardozo: “estudou em Leipzig entre 1730 e 1733; nos anos seguintes, trabalhou em Wetzlar, faria seu doutorado em Giessen e, entre 1738 e 1739, morou em Regensburg e em Viena. Por fim, entre 1739 e 1741, realizou sua grande viagem à Itália” (apud GOETHE, 2017a, pp. 96-7).

⁷⁰ “With the death of Charles in 1745 and the election of Maria Theresa’s husband, as Francis I, Caspar Goethe found himself without prospects in the Imperial administration and burdened with a rank too high to bring him office, or much love, in Frankfurt”.

⁷¹ “devoted to managing his fortune, building up his collection of books and contemporary paintings, meeting with fellow members of the College of Graduates, and caring for his family, particularly their education”.

⁷² “exposing them to as varied a set of influences as internationally-minded Frankfurt could provide”.

A primeira e segunda partes de *Poesia e Verdade* dão conta da miríade de assuntos, temas, interesses e leituras que envolviam a atenção da primeira juventude de Goethe. É possível perceber que ele teve um ambiente propício para um desenvolvimento e uma formação suficientemente diversos. Mesmo não tendo recebido, como ele próprio reclama, um ensino sistemático, certamente a multiplicidade de questões a que foi introduzido cumpriu papel importante na sua forma de pensar e entender o mundo. Detalhar brevemente a estrutura jurídico-política de Frankfurt e o modo como alguns membros de sua família relacionavam-se nela permite uma compreensão do lugar específico no qual Goethe pôde movimentar-se, bem como perceber quais eram os pressupostos que tinha de acatar e seguir no percurso inicial de sua vida. Como visto, desde cedo seus passos haviam sido traçados por seu pai, e este se sentiu ainda mais inclinado a garanti-los quando percebeu o verdadeiro talento do filho. Goethe realmente se mostrou ser uma criança acima da média e relata sua significativa capacidade de memorização, sua facilidade de assimilação de novas línguas e, obviamente, seu pendor para a poesia e a escrita como um todo. Com isso em vista, Johann Caspar não perdeu tempo; mesmo antes da ida de Goethe à universidade, já o estimulava aos estudos do direito: “meu pai nunca perdia de vista seu grande objetivo: direcionar, para o campo jurídico, tanto minhas habilidades de memória quanto meu talento para compreender e relacionar as coisas” (GOETHE, 2017a, p. 179).

Boyle resume com clareza como se estruturava o plano:

Estudo do direito em Leipzig, um doutorado em alguma das outras universidades que o pai frequentou, treinamento prático em uma das instituições imperiais, como em Wetzlar, e em algum momento a grande viagem à Itália...⁷³ (BOYLE, 1991, p. 61).

E foi desse modo que o filho, em larga medida, seguiu seu caminho.⁷⁴ No final de setembro de 1765, Goethe ruma para Leipzig: “Parti indiferente, deixando para trás aquela valorosa cidade, que me dera a luz e me educara” (GOETHE, 2017a, p. 290). Cabe, agora, ver como seus estudos e suas experiências jurídicas constituíram um arcabouço rico para seu *Götz von Berlichingen da mão de ferro*.

⁷³ “study of law in Leipzig, a doctorate at one of the other universities the father had attended, practical training at one of the Imperial institutions, such as Wetzlar, and at some point the grand tour to Italy”.

⁷⁴ É preciso fazer a ressalva de que, entre o estágio em Wetzlar e a viagem à Itália, Goethe, além de outras coisas, transferiu-se para a corte de Weimar. Esta, como já dito, foi a mais relevante decisão da vida de Goethe, na medida em que Weimar passou a ser sua morada até sua morte. Seu pai via as cortes principescas com muita desconfiança e não deixou de alertar Goethe sobre possíveis atitudes nocivas daquele meio. Cf. GOETHE, 2017a, p. 778.

A experiência jurídica

Não se pode falar do Goethe dos anos de Leipzig como um aluno exemplar. Com efeito, nem mesmo as duas biografias mais consultadas neste trabalho dão grandes atenções para este período no que concerne ao específico do direito em sua formação.⁷⁵ Digna de nota é, portanto, uma breve menção de Rüdiger Safranski a uma carta de Goethe enviada à irmã, Cornélia, na qual afirma que o “Direito civil romano tem atormentado minha memória por essa última metade de ano e, sinceramente, eu não retive muito”⁷⁶ (SAFRANSKI, 2017). Um comentário como esse dá coro aos relatos de Goethe em *Poesia e Verdade*. Em uma passagem de tom anedótico e jocoso, ele relata seu hábito de não escrever o que lhe era ditado nas aulas de direito do Estado, preferindo passar o tempo desenhando “as personalidades que eram discutidas no curso”, o que “acabava causando riso e distraíndo meus colegas tão atentos” (GOETHE, 2017a, p. 348).

Apesar de todas as expectativas depositadas pelo pai, as intenções de Goethe caminhavam em direção oposta e já possuíam um caráter bastante resoluto, ainda que nuançadas por um pensamento adolescente característico. Já mesmo antes de partir para Leipzig, o jovem, no alto dos seus 16 anos, tinha claro para si: “Pensando comigo, imaginava-me então deixando de lado o direito e dedicando-me exclusivamente ao estudo das línguas, da Antiguidade, da História e de tudo o que decorre disso” (Ibid., p. 288). Ao chegar na cidade, tinha como certo que assim o faria. Bastou, porém, uma reprimenda de um conhecido de confiança do pai para que ele se contentasse em prestar o curso. Embora não tenha dado concretude ao plano – focando em aulas de história do direito e sobre as *institutas*⁷⁷ –, não deixou de frequentar preleções de filosofia e até mesmo de história da literatura com Christian Gellert, figura bastante conhecida na época e que lhe causou alguma influência.⁷⁸

Sendo bastante claro: o direito de fato não parece ter ocupado espaço significativo na cabeça de Goethe nos dois anos de Leipzig. Neles, os dois principais acontecimentos seguramente foram o encontro e a amizade com Ernst Wolfgang Behrlich, à época preceptor

⁷⁵ Cf. BOYLE, pp. 62-71 e SAFRANSKI, capítulo 2.

⁷⁶ “Roman civil law has plagued my memory for the last half year and truly, I haven’t retained much”.

⁷⁷ Primeira parte do *Corpus Juris Civilis*, Cf. MENDONÇA apud GOETHE, 2017a, p. 179.

⁷⁸ Cf. GOETHE, 2017a, p. 296.

do conde de Lindenau⁷⁹, e sua grande paixão pela moça Kätchen. Foi um momento tomado por inseguranças, especialmente em relação aos seus escritos literários, e teve como conclusão uma grave doença, que o obrigou a retornar à cidade natal. Goethe passou um ano e meio se recuperando. Não há lugar, nesta pesquisa, para tratar dos estudos e dos assuntos que permeavam a mente do poeta nesse espaço de tempo, mas decerto foi um de importância para sua formação. Além de leituras que caminhavam da religião à alquimia, sua aproximação à Sussane von Klettenberg, pietista próxima ao seu círculo familiar, foi peculiarmente notável. Menciono, nesse sentido, que, muitos anos mais tarde, a *bela alma* presente n’*Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*⁸⁰ a teve como inspiração direta.

Passados os momentos difíceis da recuperação e com a saúde devidamente restabelecida, Goethe retoma os planos de seu pai e parte para Estrasburgo, onde viria a obter o título de doutor em direito. Seu objetivo, como explicita em um trecho de sua obra autobiográfica, era terminar sua formação “o mais rápido possível” (GOETHE, 2017a, p. 432). Chega a chamar a atenção como tal objetivo se assemelha, no conteúdo e na forma, ao de um aluno comum de direito de 2021 no Brasil: “passar nos exames, colar grau e, quem sabe, partir para a prática” (Ibid., p. 433). Mais curioso, porém, é o relato trazido por Goethe de um “instrutor” seu sobre dicas de estudos para as provas. Por mais bem-intencionado que tenha sido o homem, o trecho não deixa de sintomaticamente apontar para um caminho – problemático, diga-se – que o direito, enquanto campo de estudo e de prática profissional, seguiu:

Ninguém há de perguntar onde e como uma lei surgiu, quais as motivações externas e internas que lhe deram origem; ninguém há de inquirir quanto às transformações da lei por força da passagem do tempo ou da mudança dos costumes; tampouco hão de querer saber em que medida as leis se alteram em função de interpretações equivocadas ou mesmo por uso impróprio por parte dos tribunais. Há eruditos que dedicam toda sua vida à pesquisa de questões como essas. Quanto a nós, o que interessa é saber o que vale atualmente (Ibid.).

O próprio Goethe, a despeito de não ter sido declaradamente crítico quanto à colocação, constata como essa forma cerceava “praticamente toda a possibilidade de um empenho mais pessoal nos estudos”, e acrescenta: “afinal, eu não me interessava apenas pela factualidade das questões; ao contrário, queria entendê-las, senão lógica, ao menos historicamente” (Ibid., p. 433-4). E esse foi o modo por qual procedeu seus estudos de direito

⁷⁹ De acordo com Boyle, é nesse contexto, por influência das relações com Behrisch, que Goethe experimenta pela primeira vez as “seduções da cultura cortesã” (BOYLE, 1999, p.66).

⁸⁰ Cf. GOETHE, 2009. Confissões de uma bela alma.

para além dos exames: sempre *historicamente*. Em chave retrospectiva, Goethe, antes de dar início a uma longa exposição sobre o Poder Judiciário alemão – que em breve será perquirida – explica: “Os séculos sombrios da história alemã desde sempre ocuparam minha imaginação e curiosidade [...]. Li aplicadamente os principais autores que escreveram sobre aqueles tempos, dedicando toda atenção à obra *De pace publica*, de Johann Datt” (GOETHE, 2017a, p. 627). Tal obra é uma das mais importantes sobre a outrora mencionada *Dieta de Worms*, acontecimento mediador, por trás das cortinas, do enredo de *Götz von Berlichingen*.

Esse notório interesse pela Idade Média provém em grande medida de algumas de suas experiências e influências vividas em Estrasburgo. Basta pensar na relação estabelecida com a própria catedral da cidade, que resultou no célebre texto *Sobre a arquitetura alemã*⁸¹, e na amizade com Herder, iniciada naquele período. O vínculo desses estudos com o *Götz* são tornados explícitos por Goethe:

O *Fausto* já ia bem adiantado, o *Götz von Berlichingen* ia se construindo aos poucos em meu espírito. Concentrava-me, então, no estudo do século XV e XVI, e a catedral de Estrasburgo havia deixado em mim uma impressão tão profunda que esta bem poderia servir de pano de fundo para minhas criações poéticas (Ibid., p. 608).

Não à toa, *Sobre a arquitetura alemã* veio a ser incluída no livro *Do estilo e da arte alemã*, organizado por Herder. Esse sim que, segundo Montez, verdadeiramente levou Goethe “à reflexão sobre o passado histórico alemão”. Destaco o raciocínio de Herder:

Os aspectos obscuros desse lapso de tempo [o período medieval] encontram-se em todos os livros: qualquer belo espírito de tendências clássicas, convencido de que o estado policiado do nosso século é o *non plus ultra* da humanidade, encontra motivos para lançar impropérios sobre séculos inteiros daquilo a que chamará barbárie, direito público infame, estupidez, imoralidade e falta de gosto, [...] e para lançar gritos de júbilo a propósito das luzes de nosso século, ou seja, a propósito da frivolidade e da exuberância, do calor das ideias e do frio que regula as ações, do vigor e da liberdade aparentes e da verdadeira franqueza, do verdadeiro cansaço mortal que resulta da submissão deste nosso século à descrença, ao despotismo e à opulência. [...] Vê bem! Ridicularizas a servidão desses tempos, a rudeza da moradia rural dos nobres, os inúmeros enclaves e subdivisões e o que daí decorria... Nada valorizas mais do que a dissolução desses laços, e não conheces bem maior do que aquilo que aconteceu à Europa quando se tornou livre, e com ela o mundo inteiro. Livre? Meu doce sonhador! Se ao menos isso, e só isso, fosse verdade! (apud MONTEZ, 2010, pp. 200-1).

Os argumentos – ou pelo menos a lógica por trás deles – assemelham-se sobremaneira à crítica contida no *Götz von Berlichingen*. O retorno ao passado alemão, nomeadamente ao tempo das guerras camponesas e do contexto da Reforma – no qual se recupera a figura

⁸¹ Cf. GOETHE, 2008, pp 39-49.

histórica e, em certo sentido, *popular* do Götz – retoma uma “aspiração à liberdade nacional e política”, a qual somente foi possível graças ao que Lukács chama de um “despertar espiritual da Alemanha burguesa” (LUKÁCS, 1970, p. 348). Trata-se de um pensamento iluminista que se desenvolvia com bastante fôlego e que, mesmo com as idiosincrasias de sua roupagem alemã – atravessada pelo já discutido atraso e suas consequências – jamais deixa de ter como alvo de sua crítica as opressões recorrentes do contexto vivido. Opressões que, não por acaso, são postas em alusões não tão escondidas no *Götz von Berlichingen*, sobretudo quando se pensa na nobreza ociosa e nas figuras dos príncipes. Herder é enfático: “Livre? [...] Se ao menos isso, e só isso, fosse verdade!”. Não há liberdade em um mundo “despótico” no qual a liberdade é somente “aparente” e permeada pelas “frivolidades” das cortes. A ação incansável de Götz move-se de modo a dar um exemplo de como um indivíduo, mesmo em uma realidade “selvagemmente anárquica” (GOETHE, 2017a, p. 495), deve-se portar. É, em suma, um exemplo a ser seguido no *presente* – não custa lembrar as últimas palavras do drama: “ai da posteridade que te desconhecer!”.⁸² Mas uma ressalva deve ser posta. Como lembra Lukács – e Montez seguindo sua trilha – a perspectiva goethiana não é a de clamar por um retorno à Idade Média à moda dos românticos alemães posteriores. Pelo contrário. A questão era buscar na história alemã momentos que criaram palcos propícios para grandes personagens circularem e decidirem eventos relevantes. O retorno de Goethe àqueles séculos denota não mero interesse historiográfico, mas a vontade de buscar naquele período *o seu passado*, o passado da Alemanha. Faz todo sentido, então, que o argumento central mobilizado em *Sobre a arquitetura alemã* seja o de “insistir que essa expressão artística fosse chamada de alemã e não de gótica, para que ela não fosse vista como estrangeira, mas, sim, nacional” (GOETHE, 2017a, p. 608).⁸³

Lukács argumenta, em verdade, que o interesse de Goethe pela catedral não se dá sequer como expressão de um entusiasmo pela Idade Média, mas pelo último momento no qual a Alemanha lutou *para libertar-se dela*, isto é, “na Reforma, no Renascimento alemão, na luta entre os pequenos principados e a nobreza e na Guerra Camponesa” (LUKÁCS, 1970 p. 347). De maneira que “sua vivificação literária há de ideologicamente levar a um nova

⁸² Cf. GOETHE, 2020. Ato V, Cena 2, p. 159.

⁸³ E explica, em outra oportunidade, de forma mais enérgica: “Como eu entendesse que aquela construção havia lançado suas bases sobre antigas terras alemãs, que havia brotado e florescido em tempos verdadeiramente alemães, e que até mesmo o nome de seu mestre-construtor, inscrito em lápide tão humilde, reverberava uma origem igualmente germânica [...] propus então a mudança da até então infame designação de arquitetura gótica, reivindicando-a como obra de nossa nação, como obra da arquitetura alemã” (GOETHE, 2017a, p. 462).

amarração do fio da história. O retorno a este passado não é, na realidade, senão uma necessária incitação ao novo, uma reflexão sobre a herança histórica”⁸⁴ (LUKÁCS, 1970, p. 348).

O destaque a esse movimento histórico-nacional de Goethe muito provavelmente foi motivado, dentre outras coisas, pelo ambiente peculiar da Universidade de Estrasburgo. “A Universidade de Estrasburgo, cidade transferida aos franceses em 1681, cultivava diligentemente o estudo das tradições jurídicas e literárias alemãs”, lembra Montez, que logo em seguida traz, como exemplo, a influência de Johann Daniel Schöpflin⁸⁵, professor de Goethe que o incentivou a ler “poesia heroica medieval” (MONTEZ, 2010, p. 200). Alguns alunos desse professor possuíam vínculos mais estreitos com Goethe e levavam-no para conhecer nos museus as peças apresentadas por Schöpflin em sua influente obra, a *Alsatia Illustrata*. Do mesmo modo, buscavam lhe chamar a atenção para os “monumentos da Idade Média” e suas “várias ruínas e restos que ainda resistiam ao tempo” e podiam ser contempladas (GOETHE, 2017a, p. 572). Foi precisamente no contexto desse influxo proporcionado por Schöpflin que os amigos ventilaram a ideia de encaminhar a carreira de Goethe “para as áreas da história, do direito estatal e da retórica”, enfatizando como Estrasburgo seria um lugar propício para tanto.

A partir desses exemplos de influências e de aprendizados, começa a se delinear com maior precisão o caminho de Goethe até seu *Götz*. Existem, realmente, nuances e relações ainda não perquiridas, mas as já expostas ajudam a demonstrar como o estudo de direito em Estrasburgo auxiliou a compor seu imaginário, bem como o instigou a se debruçar de maneira mais rica sobre a Alemanha da Idade Média. Faz-se necessário agora, entretanto, ver como Goethe lidou com a escrita de sua tese de doutorado, afinal esta era sua finalidade principal, ao menos formalmente.

Um assunto relativamente negligenciado nesta pesquisa sobre Goethe foi a religião. Seja por conta do papel que cumpriu nas Guerras Camponesas, seja pelo seu peso no desenvolvimento intelectual e subjetivo de Goethe, o fenômeno religioso integrou o rol dos

⁸⁴ “a la Reforma, Renacimiento alemán, a la lucha entre los pequeños principados y la nobleza y a la Guerra de los Campesinos” e “Su vivificación literaria ha de llevar ideológicamente a un nuevo anudamiento del hilo de la historia. El retorno a este pasado no es, en realidad, sino una necesaria incitación frente a lo nuevo, una reflexión sobre la herencia histórica”.

⁸⁵ Professor de história, de retórica e um grande estudioso do direito estatal.

mais relevantes temas. Desde seus anos de menino, Goethe estudou aplicadamente a Bíblia e se interessou por vários de seus personagens. Tendo em conta o seu contexto, a figura de Lutero não passou despercebida e causou-lhe notável impacto, a ponto de fazê-lo revelar como “a vida e os feitos de Lutero, que tão magnificamente brilharam no século XVI, sempre me levavam de volta às Escrituras Sagradas e às reflexões a propósito de minhas convicções e de meus sentimentos religiosos”⁸⁶ (GOETHE, 2017a, p. 609). Sua atenção a respeito dessas questões já era bastante significativa e ele afirmava conhecer “a história da igreja quase melhor do que a própria história do mundo”, o que acabou por balizar, em seu pensamento, a escolha de um tema para a tese de doutorado versado na relação da Igreja com o Estado. Especificamente, o tema circulava entre os seguintes pontos:

[...] desde sempre tivera grande interesse por aquela espécie de conflito duplo em que se encontra, e sempre há de se encontrar, a igreja – como forma publicamente reconhecida de culto: por um lado, um conflito eterno com o Estado, em relação ao qual ela pretende ocupar uma posição de superioridade; por outro um conflito com os indivíduos, que ela quer ver reunidos todos num só corpo. O Estado não se dispõe a reconhecer essa pressuposta superioridade da igreja, enquanto os indivíduos resistem a sua força de constrição. Ao Estado interessa o público, o universal, enquanto o indivíduo tem em vista o doméstico, o familiar, o particular (Ibid., p. 566).

Não resistiu ao tempo versão alguma do trabalho – intitulado *De legislatoribus* –, restando para interpretação somente o narrado por Goethe em *Poesia e Verdade*. Seu posicionamento quanto à querela, de acordo com o exposto, era de que o Estado teria o direito, “na condição de legislador”, de estabelecer a forma de culto pela qual todos deveriam “orientar sua vida publicamente. Quanto ao resto, não deveria haver o que se questionar sobre o que cada um pensa, sente e acredita” (Ibid., pp. 566-7). Como ressalta Boyle, tal ideia vincula-se a “um princípio luterano nem um pouco ingênuo”, característico de uma “obra deliberadamente escandalosa – mas não necessariamente original – de desmitologização iluminista”⁸⁷ (BOYLE, 1999, p. 103). O curioso disso tudo é que, logo após narrar com detalhes os argumentos⁸⁸ escritos em seu trabalho, Goethe declara não desejar “nada mais intensamente no mundo do que vê-lo reprovado pela faculdade”. Ainda persistia nele uma

⁸⁶ Importante mencionar, logo de antemão, que Lutero aparece no início de *Götz*, e com ele mantém um diálogo relativamente longo.

⁸⁷ “far from ingenuously Lutheran principle” e “[...] deliberately outrageous – but not necessarily original – piece of Enlightened demythologization”.

⁸⁸ Um desses argumentos é interessante de se trazer, visto que dá relevo à direta relação entre religião e poder: “Dissertei sobre esse tema em parte numa perspectiva histórica, em parte de modo mais argumentativo, mostrando que todas as religiões públicas haviam sido introduzidas por conquistadores, reis e outros homens poderosos – e que, por sinal, este também era o caso do cristianismo” (GOETHE, 2017a, p. 567). Karl Otto Conrady, biógrafo de Goethe, sustenta, após trazer relatos de pessoas presentes durante a defesa do jovem, que sua tese criou mais polêmica do que ele dá a entender em *Poesia e Verdade*. Cf. CONRADY, 1984, p. 140.

grande insegurança quanto a ser publicado, mostrando-se genuinamente aliviado quando sua tese é, de fato, reprovada pela Universidade de Estrasburgo. Alguns de seus méritos, entretanto, foram levados em consideração, na medida em que Goethe teria se provado capaz de demonstrar sua capacidade argumentativa, mas o conteúdo teria sido, segundo Boyle, “muito heterodoxo” para ser publicado em nome da universidade.

Após esse fracasso bem-sucedido – um novo capítulo no conflito de interesses entre o filho e seu pai, cujo desejo era ver o trabalho publicado⁸⁹ –, foi permitida a Goethe a confecção de uma série de proposições em latim, suficientes para sua titulação de doutor. O peso e o significado do novo trabalho são relativamente difíceis de serem aferidos. Goethe parece conferir pouquíssimo relevo ao escrito, dando a compreender que o fez com facilidade e sem grande preocupação: “Meu antigo exercício de folhear o *Corpus Juris* acabaria vindo muito bem a calhar nessa ocasião e, com isso, eu ainda passaria a impressão de ser um homem de grande instrução”. E a descrição de sua sessão de defesa avança nessa direção: “tendo na banca alguns de meus colegas de pensão, transcorreu de modo muito divertido, para não dizer leviano” (GOETHE, 2017a, pp. 568-69). É instigante perceber o distinto valor dado por seus biógrafos a estas 56 teses sobre uma variedade de assuntos do campo do direito. Safranski sequer se ocupa de seu conteúdo, trazendo-as como algo menor: “Goethe precisava somente propor e defender algumas simples teses – brincadeira de criança para ele”⁹⁰ (SAFRANSKI, 2017). Karl Otto Conrady e Boyle, por outro lado, transcrevem algumas das proposições e debatem como e onde elas se situam no pensamento da época, tanto da Alemanha quanto de demais Estados. Vem de Boyle, todavia, a mais importante observação. De acordo com ele, “é difícil saber quão a sério se deve levar as teses como um guia para o pensamento jurídico e político de Goethe naquele período”⁹¹ (BOYLE, 1999, p. 103). O autor apoia-se tanto no relato goethiano do caráter “leviano” da defesa, quanto no posicionamento *Fritzian*⁹² contido naquelas teses, que não seria condizente com o de Goethe. A passagem é interessante por diversos motivos, mas especialmente por trazer algumas das proposições:

Muitas das teses relacionam-se a questões técnicas que permitiram uma séria amostra da competência do candidato, mas também há inúmeros princípios jurídicos fundamentais levantados de modo que exigiriam a defesa de um extremo absolutista

⁸⁹ Goethe relata que vira, anos depois, sua antiga tese ainda devidamente guardada entre os papéis de seu pai. A expectativa deste era de que a publicação da tese conferiria a Goethe boa reputação em Frankfurt.

⁹⁰ “Goethe needed only to propose and defend a few simple theses —child’s play for him”.

⁹¹ “It is difficult to know how seriously to take the theses as a guide to Goethe’s legal and political thinking at the time”.

⁹² Isto é, de um ferrenho defensor de Frederico, o Grande.

Frtizian: ‘O bem do Estado é a lei suprema’; ‘Não a tradição, mas o interesse de cada nação é a base do direito das nações’; ‘O príncipe é o único legislador e o único intérprete das leis’. Ainda assim, a tendência predominante de todas as proposições [...] é de reduzir as pretensões da atividade jurídica (ou da Igreja), sob a aparência de um serviço mais leal ao Estado, e com uma intenção tão maliciosa elas podem somente ser compreendidas como uma representação parcial das posições de Goethe⁹³ (BOYLE, 1999, p. 104).

Se Boyle busca ponderar que tais posicionamentos constituiriam algo circunstancial e não serviriam como uma base sólida para entender o posicionamento goethiano, Wilson, em contrapartida, irá precisamente usar a proposição do príncipe como “único legislador” e “único intérprete” enquanto um exemplo da aderência de Goethe a uma compreensão absolutista e indiferente a “tendências democráticas” (WILSON, 2003, p. 196). Como se pode perceber, o legado do maior escritor alemão está em constante disputa, e as interpretações variam. O argumento central de Wilson – longamente desenvolvido na primeira metade de seu artigo *Young Goethe’s political fantasies* – é de que Goethe “frequentemente expressava em cartas, diários e outros textos *não publicados* – incluindo trabalhos literários – uma crítica política e social cujo tom ele diminuía em trabalhos *publicados*”⁹⁴ (WILSON, 2003, p. 188). Nesse sentido, não se trata de simplesmente pintar o jovem Goethe como um conservador – o que seria em grande medida problemático –, mas de pôr em cena as tensões e contradições que cercavam o indivíduo burguês daquele período. Ainda que a crítica genérica a príncipes estivesse se tornando um tema recorrente da literatura iluminista alemã da segunda metade do século XVIII, torná-la mais explícita e enfática poderia representar um sério problema para a *intelligentsia* de classe média, pois, querendo ou não, a maior parte de seus postos profissionais estava direta ou indiretamente associada aos estados. E Wilson é bastante explícito quanto a isso: “ele [Goethe, PC] tomava cuidado para não ofender príncipes alemães, seus potenciais futuros empregadores”⁹⁵ (Ibid., p. 191). Para consubstanciar o argumento, contrasta as duas versões escritas do *Götz von Berlichingen*; a primeira e não publicada era significativamente mais solidária às causas camponesas, as quais, como relembra Wilson, “persistiam ao longo do século XVIII e eram a mais temida ameaça ao

⁹³ “Many of the theses relate to technical issues which would have permitted to a serious show of the candidate’s competence, but there are also several fundamental principles of jurisprudence raised in a form which requires him to defend the position of an extreme ‘Fritzian’ absolutist: ‘The good of the State should be the supreme law’; ‘Not tradition, but the interest of each nation is the basis of the law of nations’; ‘The Prince is the sole legislator, and sole interpreter of the laws’. Yet the prevailing tendency of all those propositions [...] is to reduce the pretensions of the legal profession (or of the Church), under an appearance of the most loyal service of the State, and with such a half-mischievous intention they can be taken as only a partial representation of Goethe’s view”.

⁹⁴ “Quite often Goethe voiced in letters, diaries, and other *unpublished* texts – including literary works – a political or social critique that he toned down in *published* works”.

⁹⁵ “he was careful not to offend Germany’s princes, his potential futures employers”.

poder absolutista e ao privilégio aristocrático”. Era, portanto, “de fato, um escrito ousado”⁹⁶ (WILSON, 2003, p. 192). A segunda versão – com os camponeses expostos como excessivamente violentos e inconsequentes – tinha seu potencial crítico relativamente dirimido, demonstrando que, em aparições públicas, Goethe, tal como em suas teses de talhe absolutista⁹⁷, tendia a uma posição mais morna, isto é, menos avessa à ordem.

Deve-se dar continuidade ao percurso de vida do poeta. Goethe, já devidamente doutor em direito, retorna a Frankfurt e, logo em seguida, rumo a Wetzlar⁹⁸ para fazer uma espécie de estágio na Suprema Corte Imperial, cuja sede lá se encontrava desde 1693. Como exposto em um momento anterior deste trabalho, Goethe via a Suprema Corte Imperial como um “fio condutor” entre os eventos da história da Alemanha. Esta compreensão muito provavelmente se firmou naquele período, tendo em conta o específico cenário por ele encontrado. Acompanharei, aqui, a longa digressão de Goethe, em *Poesia e Verdade*, a respeito do desenvolvimento histórico dessa Corte. Acredito que, dessa forma, aparecerá, com maior clareza, o vínculo entre a experiência jurídica de Goethe e o *Götz von Berlichingen da mão de ferro*.

Em 1767, deu-se início, a mando do imperador José II, uma inspeção à Corte Suprema. Como conta Goethe, havia 166 anos que algo do tipo não era realizado, de modo que o cenário se encontrava da seguinte forma:

Uma pilha monstruosa de processos havia se amontoado e só fazia se avolumar a cada ano, já que os dezessete juízes adjuntos não tinham condições de analisar nem mesmo a demanda corrente. Vinte mil processos haviam se acumulado; e a cada ano, se sessenta podiam ser resolvidos, o dobro destes vinha se somar ao monte. Havia também um número nada desprezível de revisões à espera do visitante: falava-se em algo na ordem de 50 mil processos. Como se isso não bastasse, vários tipos de abuso obstruíam o curso da justiça; mas o pior mesmo era que, por trás daquilo tudo, podiam-se entrever as contravenções dos próprios juízes adjuntos (GOETHE, 2017a, p. 635).

Quando chegou em Wetzlar, no ano de 1772, a inspeção ainda estava em curso, e Goethe retrata o ambiente como particularmente desanimador. Como aponta Boyle, cerca de

⁹⁶ “continued throughout the eighteenth century and were the most feared threat to absolutist power and aristocratic privilege” e “a bold piece of writing, indeed”.

⁹⁷ Para não perder a oportunidade, parece-me importante chamar a atenção para algumas teses verdadeiramente problemáticas. Mesmo estando situadas em um contexto histórico específico, “A pena de morte não deve ser abolida” e, sobretudo, “Escravidão é uma parte do direito natural” não deixam de ressoar como posições, no mínimo, infelizes.

⁹⁸ Goethe esteve em Wetzlar de maio a setembro de 1772, onde conheceu Charlotte Buff, inspiração da personagem por quem Werther se apaixonou perdidamente.

trezentos oficiais chegaram à cidade – cuja população girava em torno de seis mil habitantes⁹⁹ –, o que ocasionava, segundo o poeta, “um mundo duplo”: “inicialmente aquela velha e tradicional cidade local; em seguida, uma sociedade nova, forasteira e encarregada de colocar a primeira rigorosamente à prova – ou seja, um tribunal que julgava e ao mesmo tempo era julgado” (GOETHE, 2017a, p. 636). Com as investigações se assomando e figuras então respeitadas sendo punidas por contravenções, formou-se uma “sociedade azeda e amargurada” cada vez mais incomodada com essas degradantes revelações. Reflexo desse imaginário está presente, portanto, na passagem de Goethe na qual ele constata caber aos magistrados “a figura de vilão de primeira grandeza” nas representações literárias e teatrais (Ibid., p. 682). Ora, nem mesmo em Frankfurt, sua cidade natal, os magistrados e membros de cargos oficiais ostentavam grande reputação (SAFRANSKI, 2017). É precisamente nesse sentido que Goethe põe estas palavras na boca de Olearius, personagem de menor importância do *Götz* doutor em direito civil: “Quando estive lá [em Frankfurt, PC] para recolher a herança de meu pai, o populacho quase me apedrejou ao ouvir que sou um jurista”¹⁰⁰. Da exata mesma forma aparece, em um outro momento da peça, a ideia do operador do direito como contraventor: o assessor Sapupi, outra figura irrelevante para o enredo e somente citada, é caracterizado como alguém da pior espécie por enriquecer indevidamente.¹⁰¹

As considerações feitas por Goethe, apesar de não demonstrarem entusiasmo algum pelo cenário – muito pelo contrário¹⁰² –, concedem bastante boa vontade à categoria daqueles que exerciam atividades jurídicas. Todos os principais problemas pareciam, de acordo com seu ponto de vista, ter sua origem definitiva na insuficiente quantidade de juízes.¹⁰³ Goethe afirma ter sido esse o grande equívoco logo na criação da Suprema Corte, em 1495: “deveriam ser em número de 24, mas, a princípio, satisfizeram-se com doze”, ao que conclui de modo mais geral: “Um erro bastante comum que os homens costumam cometer em seus empreendimentos foi também o primeiro e o mais decisivo defeito da Corte Suprema: para alcançar grandes fins, lançaram mão de meios insuficientes” (GOETHE, 2017a, pp. 629-30).

⁹⁹ Dentre os quais não menos que 900 já eram oficiais vinculados à Corte. Cf. BOYLE, 1999, p. 130.

¹⁰⁰ Cf. GOETHE, 2020. Ato 1, cena 3, p. 34.

¹⁰¹ Ibid. Ato 2, cena 2, p. 71.

¹⁰² “Tudo isso somado formava um quadro triste e não era capaz de motivar ninguém a mergulhar mais fundo em um assunto que, suficientemente complexo por si mesmo, parecia então ainda mais confuso depois de tantas improbidades” (GOETHE, 2017a, p. 636).

¹⁰³ Goethe é explícito quanto a isso e até repetitivo. Cf. GOETHE, 2017a, p. 630, p. 632, p. 633 e p. 634.

Já foi alertado como o procedimento de estudos de Goethe dava-se sempre de maneira histórica. Nada mais natural, então, que ele explicita os motivos e antecedentes de um evento tão determinante quanto a própria instituição da Suprema Corte Imperial, marco crucial em direção à supressão das formas de direito germânicas tradicionais. Estas, enquanto verdadeiras formas de regulamentação social, legitimavam amplamente as práticas cavaleirescas de “fazer justiça com as próprias mãos”. Segundo Goethe,

Por causa das disputas internas, das campanhas militares em terras estrangeiras – especialmente as Cruzadas – e também de algumas práticas instituídas em certos tribunais, esse modo belicoso de judicção foi provocado, alimentado e acabou se arraigando como um costume entre os alemães (GOETHE, 2017a, p. 629).

Com amplo enraizamento social, embora mesclado a uma crescente perda de poder econômico e político, os cavaleiros haviam se tornado um extraordinário incômodo tanto para o imperador quanto para os príncipes: “os pequenos viviam intimidando seus iguais e, quando associados, também se tornavam um fardo para os grandes. E se, com isso, a ordem interna se abalava, também o poder de ação exterior ficava paralisado” (Ibid.). Descrição bastante precisa, ainda que sintética e sem maiores modulações, da base das desavenças do *Götz*. Em suma, aqueles que puxavam a marcha da história rumo a um novo modelo de organização social e de resolução de conflitos tinham como obstáculo um resistente grupo de cavaleiros, representantes de uma era em decomposição que não por isso deixaria de se fazer sentida. O desejo principal dessas classes sociais era precisamente a implantação de um código jurídico romano, cujos princípios possibilitariam uma nova ordem social. Esse movimento aparece de modo particularmente claro em uma passagem do drama: o Bispo de Bamberg, personagem representante das forças principescas na peça, logo após ouvir um elogio de Olearius ao *Corpus Juris* – “o livro de todos os livros” –, declara: “Mas o melhor de tudo é vós dizendo-me que um império pode viver na maior segurança e paz caso esse livro seja introduzido e devidamente aplicado”¹⁰⁴.

Goethe, preocupado em descrever o cenário da época extensamente, não deixa de mencionar, além do mais, um outro mecanismo judicial característico da Idade Média: os tribunais vêmicos (*Femgericht*). Nas palavras explicativas de Cardozo, “uma espécie de tribunal secreto” no qual os “membros da Corte Vêmica, que se mantinham sempre anônimos, viam-se no direito de julgar e decretar a sentença de morte” (apud GOETHE, 2017a, p. 629).

¹⁰⁴ Cf. GOETHE, 2020. Ato 1, cena 3, p. 34.

A personagem Adelheid será sentenciada à morte por adultério justamente em um tribunal desse tipo.¹⁰⁵

Os estudos de Goethe sobre aquele tempo, como se pode perceber, foram intensos e bastante completos, mantendo uma fidelidade histórica resistente até mesmo à historiografia rigorosa mais recente.¹⁰⁶ Assim sendo, *Götz von Berlichingen da mão de ferro* traz, para além dos méritos literários característicos das obras de Goethe, um material rico para exploração da história da Alemanha e do direito alemão. Acredito ser fundamental ressaltar, no entanto, que, enquanto um drama histórico escrito num contexto de renovação estético-literária, no qual aspectos da individualidade foram abordados sob novas perspectivas, a vivificação da subjetividade dos personagens pode trazer reflexões bastante interessantes acerca das influências das mudanças jurídicas no ser-no-mundo dos indivíduos. Por conta disso, faz-se necessário, em um outro capítulo, uma análise detida da obra em si, abordando sua lógica interna e investigando parte dos meandros do enredo e dos personagens.

¹⁰⁵ Cf. GOETHE, 2020. Ato 5, cena 2, pp. 153-5.

¹⁰⁶ Nesse sentido, Cf. ERWIN, 2013 e LANGE, 2011.

CAPÍTULO 2 – APONTAMENTOS SOBRE *GÖTZ VON BERLICHINGEN DA MÃO DE FERRO*

O que resta? A poesia: sim, a poesia. Pois, no fim das contas, o que nos dá a história? Acontecimentos, que nos são apresentados, por assim dizer, apenas exteriormente. Mas o que os homens fizeram, o que pensaram, os sentimentos que acompanham suas cogitações e seus planos, seus sucessos e suas catástrofes, as palavras com as quais eles tentaram afirmar suas paixões e seus desejos diante das paixões e desejos de outros homens, com as quais eles expressaram seu ódio e deixaram fluir sua tristeza, com as quais, em suma, *revelaram sua individualidade*: por tudo isso a história passa quase em completo silêncio. E é precisamente esse o terreno da poesia.

Alessandro Manzoni

Digressão inicial sobre Shakespeare

Não está errado aquele que localiza em Herder uma das principais influências de Goethe em seu *Götz von Berlichingen*. Apesar de a recepção um tanto negativa dele quanto à obra, traços comuns de pensamento, sobretudo relativos ao trato da Idade Média e da história alemã, fazem-se presentes em toda visão-de-mundo contida no drama. Visão-de-mundo essa que enfeixa, em maior ou menor grau, as características constitutivas do emergente movimento literário que transformaria a literatura alemã para sempre, o já referido *Sturm und Drang*. Do seleto rol de escritores relevantes para os jovens autores deste movimento, Shakespeare ocupa uma posição de destaque, principalmente para Herder e Goethe, o que sem dúvida não é pouca coisa, ainda mais quando se leva em conta o fato de o primeiro encontro dos dois em Estrasburgo, no ano de 1770, ser “indicado como a hora de nascimento do *Sturm und Drang*”¹⁰⁷ (VEDDA, 2015, p. 47).

O impacto de Shakespeare em Goethe é conhecido e reiterado pelo autor ao longo de toda a sua vida. Tanto em passagens de *Poesia e Verdade* como nas menções em suas conversações com Eckermann, Shakespeare aparece sempre como figura incontornável da literatura universal e decisiva para qualquer escritor interessado em fazer algo significativo.¹⁰⁸ Dois momentos chamam particular atenção para se avaliar os efeitos da leitura do bardo no jovem poeta, cada um deles posto em formas estético-literárias distintas. O primeiro, a ser

¹⁰⁷ “señalado como la hora de nacimiento del *Sturm und Drang*”.

¹⁰⁸ A recepção de Shakespeare no período foi particularmente fervorosa entre inúmeros autores alemães: Lessing, Herder, Goethe, Lenz, Schiller, Wieland...

aludido de forma extremamente breve, é o relato de Wilhelm Meister ao se deparar pela primeira vez com o universo shakespeariano:

Parecem obra de um gênio celestial, que se aproxima dos homens para lhes dar a conhecer a si mesmos da maneira mais natural. Não são composições poéticas! Acreditamos encontrar-nos diante dos colossais livros do destino em que, uma vez abertos, sibila o vento impetuoso da mais agitada vida... (GOETHE, 2009, p. 194).

Fundamental apontar, aqui, para o detalhe de que *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* foi publicado em 1795, isto é, mais de duas décadas após *Götz von Berlichingen*. A distância entre as duas obras, como se pode ver, não apagou a lembrança goethiana da força da leitura de Shakespeare causada em seu íntimo, e, ao imprimir algumas características autobiográficas em Wilhelm, Goethe consegue inculcar no leitor atento de sua obra a continuidade de sua admiração pelo dramaturgo inglês, passada a nós, dessa vez, em chave retrospectiva. Em miúdos, o êxtase de Wilhelm é o mesmo do jovem Goethe. Daí o sentido retrospectivo: um Goethe de mais de 40 anos demonstra, ao construir os anos de formação de seu personagem, o estrondoso impacto da leitura de *Hamlet* em um jovem sensível às artes.

Passo, agora, para o segundo momento, que imagino ser suficiente para dar liga ao que estou tentando dizer: o ensaio *No dia de Shakespeare*, de 1771 (época da primeira versão do *Götz*, lembre-se). Nesse ano, Goethe decidiu organizar uma celebração de Shakespeare em sua casa de Frankfurt¹⁰⁹, onde fez uma leitura do ensaio. A simples organização de um evento como esse já comunica com clareza como sua admiração “chegava à beira da adoração” (Idem, 2017a, p. 779), e alguns trechos do escrito de fato transparecem isso, uma vez que dotados de grande afetação.¹¹⁰ O grande valor inerente ao ensaio se dá, todavia, por motivos outros. Apesar de ser destinado a Shakespeare, é um rico mapa para o pensamento de Goethe e para as suas obras, porquanto indica uma série de questões caras a ele e ao contexto. Miguel Vedda faz um excelente resumo do triplo significado contido nesse curto texto:

O ensaio *No dia de Shakespeare* pode ser lido não só como uma interpretação do escritor isabelino, mas também como uma espécie de manifesto pessoal. Em terceira instância, é também produtivo estudá-lo em relação a uma perspectiva ensaística que estabelece uma linha de continuidade com os escritos de Hamann e Herder. Tal como neles, o ensaísmo não remete em Goethe a um gênero específico, mas a toda

¹⁰⁹ Cf. BRUFORD, 1999, p.105 e SAFRANSKI, 2017. No dia 14 de outubro de 1771, Goethe reuniu alguns amigos em sua casa para celebrar Shakespeare.

¹¹⁰ A título de exemplo: “A primeira página que dele li aproximou-me dele para toda a vida, e ao terminar a primeira peça era como um cego de nascença a quem uma mão miraculosa tivesse dado a vista num instante” (apud BARRENTO, 1989, p. 147).

uma visão-de-mundo, dentro da qual se encontra também incluída sua autocompreensão como escritor¹¹¹ (VEDDA, 2015, p. 48).

O texto, portanto, põe *pari passu* o impacto de Shakespeare e o caminho que Goethe agora pretende percorrer enquanto um escritor sumamente preocupado com a subjetividade do indivíduo, com a capacidade de livre atuação deste e com os meios estéticos capazes de dar conta dessa nova forma de ser. O argumento de Erika Fischer-Lichte dá o tom:

O encontro com Shakespeare é experienciado como a restauração de si mesmo, como uma libertação para o Eu. A confrontação com Shakespeare, assim, leva a uma nova compreensão de si mesmo e, dessa forma, à demanda por um novo tipo de drama¹¹² (FISCHER-LICHTE, 2002, p. 170).

Esse movimento, todavia, não foi exclusivo de Goethe, mas compartilhado pelos demais *Stürmer und Dränger*, que – ainda de acordo com Fischer-Lichte – viam em Shakespeare a marca do *gênio*: uma figura sempre capaz de retirar de si mesmo, a partir de sua “habilidade criativa”, seus trabalhos e temas. Desse modo, ele não meramente “imitaria a natureza”¹¹³, mas trabalharia suas peças *tal como a natureza*, que se cria a si mesma (FISCHER-LICHTE, 2002, p. 170). A autora associa as palavras goethianas “Natureza! Natureza! Nada é mais natureza que as figuras humanas de Shakespeare!” (apud BARRENTO, 1989, p. 149) justamente a essa perspectiva, destacando a capacidade de Shakespeare de criar personagens individuais próprios, isto é, “cada quais aparecendo em sua própria e bem específica singularidade”¹¹⁴ (FISCHER-LICHTE, 2002, p. 171). Com tal forma de figuração, “a história do mundo perpassa diante dos nossos olhos” (apud BARRENTO, 1989, p. 148) no palco shakespeariano, já que, de acordo com Goethe e os poetas do *Sturm und Drang*, há nele a preferência por dar espaço – formal, inclusive – às complexidades humanas individuais, sem limitá-las à “conformação de uma estrutura abstrata e constrictiva”¹¹⁵ (VEDDA, 2015, p. 47). Há, então, um decidido distanciamento da *tragédie classique*, cujas formas rigorosas acabariam por dilacerar tal individualidade, tão cara aos jovens poetas. Em um mesmo sentido caminha a defesa de Shakespeare feita por Lessing.

¹¹¹ “el ensayo *En el día de Shakespeare* puede ser leído, no solo como una interpretación del escritor isabelino, sino también como una suerte de manifiesto personal. En tercera instancia, es también productivo estudiarlo en relación con una perspectiva ensayística que establece una línea de continuidad con los escritos de Hamann y Herder. Tal como en estos, el ensayismo no remite en Goethe a un género específico, sino a oda una visión del mundo, dentro de la cual se halla también incluida su autocompreensión como escritor”.

¹¹² “The encounter with Shakespeare is experienced as the restoration of the own self, as a liberation towards the self. The confrontation with Shakespeare, thus, leads to the formulation of a new self-understanding and thereby to the demand for a new kind of drama”.

¹¹³ Respectivamente, “creative ability” e “imitate nature”.

¹¹⁴ “each of whom appears in his own, quite specific uniqueness”. Fiz uma leve alteração na conjugação do verbo para melhor adequar à frase.

¹¹⁵ “conformación de una estructura abstracta y constrictiva”.

Seguindo a construção lukácsiana do argumento, os princípios dramáticos de Shakespeare seriam os mesmos dos gregos, mas, por conta das mudanças “sócio-históricas”, “a estrutura do conflito na própria realidade torna-se mais emaranhada e multifacetada”, o que também clama por uma forma mais ampla e uma distinta “composição dramática” (LUKÁCS, 2011, p. 123). Somado a isso o “afã de individualidade”, só pode prevalecer “a preferência por um drama aberto”¹¹⁶, como enfatiza Vedda (VEDDA, 2015, p. 46).

A digressão feita aqui acerca do posicionamento de Goethe sobre Shakespeare é dotada de importância, pois o *Götz von Berlichingen* corresponde ao definitivo exemplo de um drama com inspirações shakespearianas.¹¹⁷ No parágrafo anterior, a categoria da individualidade pode ter parecido distante da conformação histórica, como se aquela não estivesse significativamente atrelada a esta. Trata-se, no entanto, exatamente do caso oposto. Nos dramas históricos shakespearianos, a complexidade característica dos personagens, o *ser-precisamente-assim* de cada um deles bem como sua configuração moral dão-se na medida em que se vinculam às grandes contendas históricas de seu tempo; a história é verdadeiramente narrada por meio da figuração desses conflitos humanos. Lukács, analisando brevemente alguns dos dramas históricos do bardo passados no período de “declínio do feudalismo”, afirma o seguinte:

[...] Shakespeare sempre eleva os conflitos à altura das grandes oposições humanas. E estas só são históricas na medida em que Shakespeare, *na figuração imediata do indivíduo, apreende* de modo genial, em cada um dos tipos que se apresentam, *os traços mais característicos e centrais das crises sociais...* [grifos meus, PC] (LUKÁCS, 2011, p. 191).

Importava menos, portanto, “a causalidade histórica” real do declínio do que “os conflitos humanos que surgiam necessária e tipicamente das contradições desse declínio” (Ibid., p. 190).

A título de ponderação, é fato que o drama histórico do *Götz* também apresenta diferenças quando comparadas aos de Shakespeare, afinal a forma de experienciar a história se transformou significativamente nos tempos de Goethe – algo que fica mais nítido, por exemplo, quando se atenta para a paulatina substituição dos dramas históricos pelos romances

¹¹⁶ “afã de individualidad” e “preferencia por un drama abierto”.

¹¹⁷ Felipe Vale da Silva, em sua análise do *Götz von Berlichingen*, faz alguns comentários específicos sobre a composição teatral. Uma das práticas shakespearianas usadas por Goethe são as chamadas *window scenes*. Nelas, há “uma interrupção da trama principal” e a construção de uma espécie de “panorama do povo comum”. Goethe usa isso logo na abertura do drama, ao apresentar Götz ao leitor através de colocações e da ótica de camponeses, algo bastante inusitado. Cf. SILVA, 2016, pp. 98-100.

históricos ao longo do século XIX. Mas o ponto central, aqui, consiste em perceber o quanto Goethe bebeu da fonte shakespeariana, pois a capacidade dele de figurar de maneira ampla os embates históricos dos séculos XV e XVI advém, dentre outros motivos já vistos neste trabalho, sobretudo daí. Sem esse grau de atenção à história, as questões jurídicas evidenciadas no drama simplesmente não poderiam ter aparecido. Lembro novamente: a transformação temporal narrada no *Götz* é caracterizada pela substituição do direito tradicional germânico pelos paradigmas do direito romano. Sem a disposição profunda de personagens como Götz e Weislingen, afetados nos seus âmagos por tal mudança, o grande impacto dessa transformação na história alemã não se manifestaria com a devida justiça – com o perdão do trocadilho. Para arrematar, retorno uma vez mais a Goethe, em trecho no qual constata a influência de Shakespeare e reflete sobre a maior parte do que foi discutido até aqui:

O envolvimento contínuo com a obra de Shakespeare ampliara tanto meu espírito que o espaço estreito de um palco e o curto intervalo de tempo necessário a uma apresentação não mais me pareciam suficientes para a exposição de qualquer coisa significativa. A vida do valoroso Götz von Berlichingen, escrita por ele mesmo, fazia com que eu tendesse para um estilo mais histórico da matéria; minha imaginação se expandia de tal modo que também a forma dramática que encontrei, como procurasse aproximar-se mais e mais dos acontecimentos reais, acabou ultrapassando todos os limites da dramaturgia (GOETHE, 2017a, p. 682).

E tanto ultrapassou esses limites que a encenação da peça sempre constituiu algo problemático para Goethe (principalmente quando em sua maturidade, época em que fez reiteradas modificações na peça para permitir sua adequação aos palcos).¹¹⁸ Como ele mesmo disse, porém, foi exigência do próprio objeto esse nível de variedade de cenas e personagens. Foi somente com tal forma de procedimento que conseguiu meios suficientes para retratar fidedignamente as forças em luta fundamentais do período. As diferentes instituições, as diferentes classes, o modo como elas relacionaram-se entre si e as múltiplas conexões estabelecidas entre os personagens, cada qual representando em seu indivíduo destinos de classes inteiras, são *conditio sine qua non* para o êxito de um drama histórico que também busca comportar a emergente subjetividade burguesa.¹¹⁹

¹¹⁸ Quanto ao debate da encenação do *Götz von Berlichingen*, ver o interessante artigo de Steffan Davis, onde, além de tratar das várias versões da obra, relaciona as mudanças ao crescente conservadorismo de Goethe. Ao longo das versões, o potencial revolucionário da peça era cada vez mais esmorecido, e a necessidade de decoro parecia falar cada vez mais alto para o poeta. Cf. DAVIES, Steffan. Goethe, Theatre and Politics: Götz von Berlichingen from 1771 to 1804.

¹¹⁹ Um resumo do vínculo entre emergente subjetividade burguesa, necessidade de renovada composição dramática e retorno ao passado alemão encontra-se em Montez. Cf. MONTEZ, 2004, p. 178.

Acredito não ser despropositado, dessa forma, uma análise breve porém detida no *Götz von Berlichingen* enquanto drama histórico. Ao entender sua dinâmica e as necessidades internas do drama, será possível verdadeiramente compreender duas questões caras a este trabalho; como aparecem as instituições, o fenômeno jurídico e o direito na obra; e como o impacto destes transparece através da representação ativa dos personagens, notadamente Götz e Weislingen. Urge, então, entender como Goethe conseguiu pôr todas essas forças em cena.

Um drama histórico: dinâmica e necessidade

Para este tópico, seguirei sem grandes advertências a exposição de Lukács presente no segundo capítulo de sua obra *O romance histórico*.¹²⁰ Desse modo, acredito ser possível, por meio da explicação fornecida pelo húngaro acerca dos fatores distintivos de um drama histórico, compreender certas características do *Götz von Berlichingen*.

Sempre atento à Estética hegeliana, Lukács traz algumas considerações iniciais de Hegel a respeito dos dramas. Para o filósofo, é característica constitutiva dessa forma literária a concentração em torno de um *conflito*; as posições particulares dos indivíduos, as diferentes aspirações e desejos etc. têm de revolver ao seu redor e somente devem ser figuradas enquanto representam as manifestações da vida determinantes para a sua apresentação, delimitação e resolução. Nos termos de Hegel, o drama somente adquire unidade quando “fundamentado no movimento total” ou na “totalidade do movimento”, isto é, quando “o conflito, segundo a determinidade das circunstâncias, personagens e objetivos particulares, tanto se expõe em conformidade com os objetivos e personagens quanto suprassume sua contradição” (apud LUKÁCS, 2011, p. 120). O autor do drama deve, assim, buscar na multiplicidade do conteúdo social e da vida humana aquilo *necessário* para a devida configuração do conflito dramático. Resume Lukács:

A figuração é reduzida à representação típica dos posicionamentos mais importantes e característicos dos homens, àquilo que é indispensável para a configuração dinâmica e ativa do conflito, portanto àqueles movimentos morais e psicológicos nos homens que provocam o conflito e sua resolução (LUKÁCS, 2011, p. 122).

Tendo em conta essa centralidade, é certo que existe uma preferência por buscar os momentos da história nos quais as tensões manifestam-se com maior calor e energia. Ora, como lembra Lukács, tais momentos são sobretudo os permeados por “convulsões sociais”,

¹²⁰ Cf. LUKÁCS, 2011, pp.115-210.

ou seja, em uma palavra, os momentos *revolucionários* (LUKÁCS, 2011, p. 125). Apesar de as contradições sociais essenciais não estarem postas apenas neles, existindo obviamente uma série de outras lutas e combates decisivos em períodos históricos de agitação menos explícita¹²¹, os períodos de substituição de formas sociais levam a vantagem de carregar marcas de contradições intensas e eminentemente *trágicas*. Segundo Lukács, agora parcialmente apoiado na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, de Marx, essa tragicidade é própria da força social representativa de um “mundo existente” que ainda luta contra a força portadora do inevitável novo.¹²² Olhando com um pouco de atenção, trata-se precisamente da experiência retratada em *Götz von Berlichingen*; o destino do personagem principal é em todos os sentidos trágico, o que definitivamente não decorre de um “erro pessoal” de Götz, mas da consequência de transformações que não mais concediam espaço ao seu modo de vida – e de todos os demais cavaleiros, sempre importante frisar. De Weislingen a Franz von Sickingen, passando por Georg e Lerse, todos acabam mortos ou com os dias claramente contados. Nas palavras de Hegel, essa classe social “encontra sua decadência por causa de uma ordem e legalidade objetivas em vias de nascer”, algo compreendido com primor pelo jovem poeta: “A escolha *deste contato e desta colisão entre a época heroica medieval e a vida moderna legal*, enquanto primeiro tema, testemunha a grande sensibilidade [Sinn] de Goethe” [grifos meus, PC] (HEGEL, 2015, p. 204).

Não faz sentido, no entanto, achar que tamanha clareza histórica esteja a todo momento posta de maneira explícita no drama e que isso seja o único fator determinante.¹²³ A percepção e o tino históricos de Goethe recém elogiados por Hegel apenas indicam como ele trabalhou seu objeto de maneira correta, dando ao personagem escolhido um fim condizente com as forças sociais em movimento na época. Isso, sem dúvidas, é imprescindível para o sucesso de um drama histórico e é algo a ser levado em consideração, mas, como ressalva Lukács,

[...] a fidelidade à vida da forma dramática não pode, por assim dizer, ser “localizada” de modo estreito e mecânico nas grandes revoluções da história da humanidade. Pois, se é verdade que o conflito realmente dramático reúne os traços

¹²¹ Lukács enfatiza energicamente o quão mecanicista seria limitar a figuração dramática aos momentos revolucionários. Cf. LUKÁCS, 2011, p. 126-7.

¹²² Assim se lê no texto: “Na medida em que o *anciên régime*, como ordem do mundo existente, luta contra um mundo que estava então a emergir, ocorreu de sua parte um erro histórico-mundial, mas não um erro pessoal. Seu declínio, portanto, foi trágico” (MARX, 2013, p. 154).

¹²³ Como explica Lukács em outro momento, basta que o leitor consiga experienciar o conflito de maneira imediata e instantânea. Não há sempre a necessidade de “maiores esclarecimentos”. Cf. LUKÁCS, 2011, p. 162-3.

humanos e morais de uma grande revolução social, é pelo fato de a figuração deter-se sobre o humanamente essencial que o conflito concreto não é obrigado a revelar, em seu sentido imediato de manifestação, uma convulsão social que se encontra em seu fundamento. Essa convulsão constitui o solo geral do conflito, mas a ligação dessa base com a forma concreta do conflito pode ser muito complexa e mediada (LUKÁCS, 2011, p. 127).

No caso específico do *Götz von Berlichingen*, Goethe lança mão de alguns recursos para explicar, até mesmo com bastante precisão, a quantas andava a situação histórica. Basta pensar, por exemplo, na *window scene* recentemente mencionada¹²⁴ (nota 117) e, também, no jantar entre o Bispo de Bamberg, o Abade, Liebetraut e Olearius.¹²⁵ Na cena há uma verdadeira contextualização do que está ocorrendo atrás das cortinas. Veja-se a seguinte sequência de falas:

BISPO: O imperador não tem nada mais importante em mente do que restaurar a paz no império, dar um fim aos duelos de cavaleiros e assegurar a devida administração da justiça. [...] a região norte ao Reno e terras ao redor estão sendo devastadas por cavaleiros presunçosos e temerários [...] Mas isso não vai durar muito tempo, assim espero. O imperador agora está com sua corte em Augsburg. Tomamos nossas medidas e não tardaremos em obter sucesso.

Para um leitor alemão culto da época de Goethe, não seria tão difícil perceber a alusão dessas referências à criação da Suprema Corte Imperial e às reformas do imperador Maximiliano I, ambas já perquiridas no primeiro capítulo desta pesquisa (ver pp. 28-9). Passados dois séculos e lidas em outro país, entretanto, tais alusões naturalmente tendem a passar despercebidas, mas o cenário atravessado por potências opostas já está devidamente desenhado, e o centro das atenções – o nosso valoroso Götz –, bem enfeixado.

Mas não apenas ele; com essa cena, permeada que estava por alusões ao direito romano e às novidades por vir, Goethe confere um pouco mais de demarcação aos personagens representantes do movimento “progressista”, isto é, aqueles que impelem a história rumo ao futuro. Em resumo, o conflito mostra-se, mesmo para um leitor acidental da obra, minimamente delineado logo nas primeiras páginas. O alto grau de substância e vivacidade a serem adicionados ao longo do drama somente irão, agora, trazer a necessária concretude aos personagens, cujas falas e situações passarão a ganhar forma em contextos cada vez mais orgânicos e dotados de necessidade interna. Para esclarecer esse ponto, tratarei de duas outras características analisadas por Lukács: *a ligação do indivíduo com sua obra* e, em especial, o conceito hegeliano de *indivíduo histórico-mundial*.

¹²⁴ Cf. GOETHE, 2020. Ato I, cena 1, pp. 3-6.

¹²⁵ Ibid. Ato 1, cena 3, pp. 32-39.

De acordo com Lukács, “a obra de uma vida” simboliza “o centro de todos os esforços de um homem” (LUKÁCS, 2011, p. 131). Em alguns casos, a ligação da vida de um indivíduo com a obra que busca empreender pode se dar de maneira sumamente profunda; a busca constante por lhe dar concreção e a “devoção” com que determinado indivíduo se entrega a esse particular empreendimento tende a ampliar seu grau de “autenticidade” e a garantir construções significativas de “laços” “numerosos e íntimos” com a vida (Ibid.). Estando essas peculiaridades presentes, isto é, havendo um flagrante vínculo do indivíduo com a “vida da sociedade”, torna-se mais factível e artisticamente interessante sua figuração como herói de um drama. Pois, em miúdos, uma vida de tal tipo já é, em si mesma, plena de dramaticidade. Explica Lukács:

Na vida também, essa unidade pessoal e essencial entre o indivíduo, sua obra e o conteúdo social dela torna mais aguda a concentração daquele círculo vital em que emerge o “indivíduo histórico-mundial”, a concisão dos conflitos materialmente vinculados à realização dessa obra. O “indivíduo histórico mundial” tem um caráter dramático. Ele é definido como herói, como figura central do drama, por obra da própria vida (Ibid., p. 132).

Os *indivíduos histórico-mundiais*, já adiantados aqui por Lukács, são, nas palavras de Hegel, os “grandes homens da história cujos próprios fins contêm o substancial” (apud LUKÁCS, 2011, p. 132). Ou seja, eles carregam nas suas próprias “paixões pessoais” um vínculo estreito com o “conteúdo social do conflito”, o qual, por sua vez, como visto, é essencial para o drama. A relação desse conceito com a *ligação do indivíduo com sua obra* resta bem clara justamente quando se salienta o caráter social da já mencionada devoção. Com o ímpeto relativo à sua obra, esses indivíduos estruturam um emaranhado de laços com a vida social e, através deles, centralizam de modo *imediato* tensões histórico-sociais fundamentais de um determinado período. Não se trata, portanto, de meramente especificar e/ou descrever o tempo histórico escolhido como pano de fundo do drama, mas de figurá-lo através de situações concretas que, por estarem perpassadas por personagens que dão vida aos diferentes lados de uma disputa, permitem retratos plenos de realidade e facticidade.

O autor do drama deve, assim, saber colher na história da humanidade personagens cujas obras de vida possibilitem essa rica e vívida figuração. Como sintetiza Lukács, “é nos fatos históricos que ele encontra os princípios norteadores [...]: quanto mais fundo penetra na história, mais os encontra” (Ibid., p. 141). Não por acaso, Lukács analisava logo antes dessa passagem o *Götz von Berlichingen*. Já foi ouvido do próprio Goethe o tanto que ele se

“aproximou mais e mais dos acontecimentos reais” (ver p. 63). Tamanha profundidade – tanto intensiva quanto extensiva – da pesquisa histórica de Goethe o permitiu, além de selecionar Götz como o herói, cercá-lo de personagens igualmente relevantes para a luta histórico-social retratada.

Lukács chama atenção, todavia, para a existência da chamada *hierarquia dramática*. Na própria compreensão da existência de um indivíduo histórico-mundial e de uma figura central do drama encontra-se embutida a perspectiva de que alguns personagens serão inevitavelmente mais ou menos importantes para o enredo. O herói do drama, por conta de sua “conexão íntima” com o conflito e, conseqüentemente, com o próprio movimento da história, acaba por se destacar (LUKÁCS, 2011, p. 159). E não poderia ser de outra maneira. Como o herói carrega em si mesmo de modo imediato o destino de sua classe, tomando parte nas lutas a partir de anseios e aspirações que lhe são caras, sua figuração “supera seu ambiente” (Ibid.). Disso não se extrai, como pondera Lukács, que o herói seja “o maior dos homens”. Utilizando Götz como exemplo, pode-se até afirmar ter existido certa idealização por parte de Goethe. São inúmeras as passagens nas quais diferentes personagens, das mais variadas classes, enfatizam a retidão moral de Götz, sua coragem e seus valores. Mas esse procedimento acaba por ser, em certa medida, a contraparte da representação de um herói que a todo momento busca atuar de maneira autônoma ou, como ele mesmo põe, de ser – ou tentar ser – “senhor de suas ações”.¹²⁶ Voltamos, aqui, para a questão do trágico. Diz Lukács:

Todo drama verdadeiramente grandioso expressa ao mesmo tempo, em meio ao terror da perda inevitável dos melhores indivíduos da sociedade humana, em meio à destruição mútua, aparentemente inexorável, dos homens, uma *afirmação da vida*. Ele figura uma *glorificação da grandeza humana* que, na luta com as mais fortes potências objetivas do mundo social, na extrema tensão de todas as suas forças nesse combate desigual, revela qualidades importantes... (Ibid., p. 153).

Pouco importa, agora, se a avaliação feita por Goethe a respeito da posição ocupada por Götz na luta de classes do seu tempo estava acertada ou não, se seu julgamento acerca da Guerra dos Camponeses realmente percebia o potencial democrático dela ou não;¹²⁷ o principal, aqui, é a defesa incansável encampada por ele pela integridade do indivíduo. Goethe sabe que o destino de Götz só pode ser absolutamente trágico, mas, vendo nele a representação de um tipo humano ativo e com grande senso de justiça, defende-o como moral e humanamente digno. Hegel mesmo valoriza, em sua *Estética*, a personalidade de Götz, “sua

¹²⁶ Cf. GOETHE, 2020. Ato 3, cena 1, p. 82.

¹²⁷ Sobre a posição de Goethe acerca da Guerra dos Camponeses, Cf. LUKÁCS, 1970, pp. 349-50

coragem e sentido justo e reto” (HEGEL, 2015, p. 204). Em verdade, Hegel até congratula os jovens Goethe e Schiller por “tentarem reconquistar a autonomia perdida das figuras” (Ibid., p. 203) que, como é sabido, não mais podem existir nos tempos da modernidade.

Os impactos proporcionados por essa transformação sócio-histórica devem ser perquiridos com mais detalhes, especialmente no que concerne à relação entre a autonomia individual e o Estado. O modo como os indivíduos se portam, os desejos que manifestam, as renúncias pessoais necessárias à manutenção de determinada dinâmica social etc., tudo isso apresenta um vínculo profundo com a forma de regulação social historicamente determinada. Em resumo, o Estado e o direito contribuem para a formação subjetiva e ideológica de cada indivíduo, sendo campos de grande relevância para a composição do imaginário moral. Conforme Hegel demonstra, há, na racionalidade do Estado Moderno, uma espécie de subsunção do singular ao universal, e essa peculiaridade implica na criação de novas perspectivas de justiça e na exigência de outros tipos de comportamento. Tais modificações reverberam na arte e na poesia, e o filósofo, percebendo isso com clareza, faz algumas considerações estéticas a respeito.

Hegel traz, em seus *Cursos de Estética*, uma seção denominada “O Estado Universal do Mundo”, que se divide – como já é de se esperar – em três partes: “A Autonomia Individual: A Época dos Heróis”, “Os Atuais Estados Prosaicos” e “A Reconstrução da Autonomia Individual”.¹²⁸ Não há espaço para um mergulho profundo na argumentação de Hegel, mas me parece importante citar os nomes das subseções, pois elas descortinam algumas noções já implícitas ao longo da pesquisa e do próprio *Götz von Berlichingen*. Ora, a “Época dos Heróis” é obviamente a de Götz, Weislingen e dos demais cavaleiros; “Os Atuais Estados Prosaicos”, por sua vez, são os vividos por Goethe, Hegel e por nós mesmos (em potência ainda mais elevada); e a “Reconstrução da Autonomia Individual” pode ser encontrada precisamente nas empreitadas de Goethe e Schiller na tentativa de retornar a alguns momentos da história para apontar a autonomia e, conseqüentemente, a grandeza das figuras de outrora. É uma forma de resguardar e defender os indivíduos de leis que dilaceram sua integridade humana individual – ou que *dissolvem* o indivíduo em seu anacronismo, como buscarei demonstrar em seção posterior. Nesse sentido, é uma defesa relevante no próprio tempo vivido por eles, daí a noção de “reconstrução” ou, até mesmo, de *resgate*.

¹²⁸ Cf. HEGEL, 2015, pp. 189-205.

Duas passagens de Hegel apontam a imbricada relação entre Estado e indivíduo, demonstrando com bastante clareza o específico do Estado Moderno – para Hegel o verdadeiro e ideal Estado mesmo pondo na balança o caráter em certo sentido valoroso – para não dizer poético – dos heróis do passado. A citação é longa, mas bastante instrutiva:

[...] os *individuos singulares* mantêm no Estado a posição de deverem aderir e se subordinar a esta ordem e à sua firmeza existente, já que não são mais, com seu caráter e ânimo, a única existência das potências éticas, e sim, pelo contrário, segundo o que acontece no verdadeiro Estado, devem deixar regular sua inteira particularidade do modo de pensar, a opinião subjetiva e o sentimento, por esta normatividade e conduzi-los em uma sintonia com ela. Esta adesão à racionalidade objetiva do Estado independente do arbítrio subjetivo, pode constituir ou uma mera submissão – porque os direitos, as leis, e as instituições, enquanto o poder e a validade, detém a violência da coação – ou pode surgir do livre reconhecimento e conhecimento da racionalidade do existente, de tal modo que o sujeito novamente se reencontra a si mesmo no objetivo (HEGEL, 2015, p. 192).

Trazendo para o *Götz von Berlichingen*, é possível distinguir como Götz e Weislingen, cada qual a seu modo, postam-se frente à nova racionalidade de Estado que ameaça emergir. Se, por um lado, Götz resiste incansavelmente a todo momento, Weislingen procura se adequar a este novo modelo, o que denota algo significativo: ele tinha uma compreensão histórica e uma capacidade de análise do presente muito mais profunda em comparação a Götz; enquanto este “apenas” lamentava-se – apesar de jamais resignadamente – e buscava *evitar* ou *dirimir* os efeitos em seu modo de viver; aquele tentava, em certo sentido, *conformar-se*. O leitor da obra sabe, todavia, da congênita impossibilidade disso: Weislingen acabou por *despersonalizar-se*. Para não adiantar demais o argumento, retorno a um ponto instigante: do fato de os cavaleiros não aceitarem a universalidade característica do Estado – para falar em termos hegelianos –, preferindo voltarem-se sempre aos seus sentidos de justiça, não se segue que eles não possuíam um “código de conduta” muito estrito e firmemente constituído – como bem lembra Felipe Vale da Silva.¹²⁹ Hegel exprime, sob um prisma teórico, o que pode vir a simbolizar tal “código”:

[...] exigimos para a livre configuração da individualidade os estados opostos, nos quais a validade do ético reside unicamente nos indivíduos que, a partir de sua vontade particular e da grandeza e eficiência eminente de seus caracteres, se colocam no topo da efetividade, no seio da qual vivem. O justo permanece sendo então sua mais pessoal resolução, e quando prejudicam o em si e para si ético por meio de sua ação, não há nenhum poder detentor de força que pede contas a eles e os pune, e sim uma justiça de uma necessidade interna que se individualiza de modo vivo em caracteres particulares, em contingências e circunstâncias externas e assim por diante... (HEGEL, 2015, pp. 193-4).

¹²⁹ O termo é dele e são algumas as passagens em que aponta para a força do código e suas características. Cf. SILVA, 2016, pp. 100, 108, 112 e, sobretudo, 114.

Encontra-se nessa citação, além do mais, a base do direito a guerras privadas, o já explicado *Faustrecht*. Fenômeno que, apesar das contradições, representa inevitavelmente um campo mais livre de atuação, no qual, insistirá Hegel, não existe a “punição”, mas a “vingança” (HEGEL, 2015, p. 194).

O objetivo de trazer esses fragmentos de Hegel é duplo. Por um lado, eles mostram uma vez mais o quanto a figuração dramática de *Götz* vincula-se à história de modo *particular*, uma vez que propriamente alemão, e *geral*, uma vez que anuncia o início da imposição da racionalidade de Estado moderna. Por outro – e talvez mais importante para o trabalho –, eles escancaram como de fato há um entrelaçamento significativo entre a questão do Estado – e, por consequência, do direito, ou vice-versa – e a figuração dramática. Ressalto: todas essas passagens fazem parte do *Curso de Estética* de Hegel. O ponto principal me parece, assim, a peculiaridade do modo de se analisar o aparecimento do direito e das instituições em um objeto artístico. Em um determinado momento, Lukács faz a ressalva de que, no drama histórico, as “coisas” e “instituições” “são consideradas apenas de modo indireto, na medida em que esse papel mediador se faz imprescindível para a compreensão das relações humanas” (LUKÁCS, 2011, p. 150). No caso do drama de Goethe, como se pode perceber, as “instituições” são *decisivas* para entender tais relações. Creio ser possível, agora, partir para uma análise específica sobre a aparição dessas instituições, do direito e do estado, as quais se encontram, por vezes, atreladas a questões éticas e de justiça.

As instituições, o direito e o estado entram em cena

“Declarado fora da lei!”¹³⁰. Essa a novidade narrada por um inconformado Götz a Sickingen, seu cunhado e amigo cavaleiro. O “édito” imperial que o pôs à margem da legalidade, entretanto, não foi motivo de surpresa. Com efeito, há tempos as ações de Götz incomodavam o Império, que buscava, desde a Dieta Imperial de 1495, garantir a chamada Paz Perpétua (*Ewiger Landfriede*, ver p. 28). O acontecimento tomado como a gota d’água foi o saque feito por Götz, Selbitz e Georg aos mercadores de Nürnberg. Essa cena se passa, como é comum no drama goethiano, por trás das cortinas, sendo somente suas consequências retratadas. Os mesmos mercadores interrompem, logo na sequência, uma conversa – da qual

¹³⁰ Cf. GOETHE, 2020. Ato 3, Cena 1, p. 80.

somente ouvimos um curto eco¹³¹ – entre Weislingen e o Imperador. O pedido deles era por auxílio, algo que o próprio Weislingen se encarrega, mas não sem deixar de aproveitar a oportunidade para enfatizar ao Imperador o grande incômodo infligido pelos cavaleiros em “toda a Alemanha”. Como ele põe, “há muitos nobres e cidadãos livres ansiosos por tranquilidade”. E não se referia, com isso, somente às constantes guerras privadas perpetuadas pelos cavaleiros, mas ao fato de ser “o espírito deles que atíça as multidões rebeladas”¹³². Weislingen prenuncia, aqui, o grande acontecimento do quinto ato, a revolta dos camponeses – liderada, por um curto momento, é verdade, pelo próprio Götz. Ora, já na primeira cena da peça Goethe mostra ao leitor a admiração dos camponeses por Götz. De acordo com Felipe Vale da Silva, a posição ocupada pelo herói trazia, de certo modo, um ar de resistência política¹³³: Götz importunava os mesmos príncipes que, na palavra do camponês Sievers, “nos esfolam vivos”¹³⁴.

Escutando as alegações de Weislingen, o Imperador, mesmo reticente – tendo em vista seu apreço por Götz e Selbitz –, opta por agir: “Eles terão de ser presos, e então deverão renunciar a suas guerras pessoais”¹³⁵. Como consequência, Götz se torna um foragido, e as cenas subsequentes passam a retratar a árdua tentativa da Corte Executora Imperial de capturá-lo. Antes de passar para o momento derradeiro da prisão e da ida à corte, é frutífero analisar a cena imediatamente anterior ao saque mencionado.

Götz e Selbitz estavam em um casamento de camponeses que selava, em termos alegres e amigáveis, uma longa disputa legal entre o “noivo” e o “pai da noiva”. Essa curta cena, apesar de sua irrelevância para o desenrolar da história, possui peculiar significado para este trabalho. O tema principal da conversa retratada entre os personagens foi o processo legal em questão, e os comentários feitos – sempre bastante descontentes – são notáveis por dois motivos distintos; por um lado, estabelecem uma crítica à falta de eficácia processual do período, nomeadamente ligada à falta de celeridade, e à persistente corrupção por parte daqueles que implementavam as leis e julgavam os processos; por outro, demonstram a

¹³¹ Nele, o Imperador reclamava, bastante frustrado, da divisão do Império. Ressurge, mesmo que de relance, o problema já perquirido da fragmentação territorial alemã: “E tudo porque nenhum príncipe em todo império se julga pequeno o suficiente para se importar com suas próprias ideias extravagantes do que com minhas ponderações”. Cf. GOETHE, 2020. Ato 3, cena 1, p. 75.

¹³² Ibid. Ato 3, cena 1, p. 77.

¹³³ Cf. SILVA, 2016, p. 102.

¹³⁴ Cf. GOETHE, 2020. Ato 1, cena 1, p. 6.

¹³⁵ Ibid. Ato 3, cena 1, p. 78.

influência dos anos de estudante de direito de Goethe, uma vez que, como visto no primeiro capítulo, ambos os problemas dispostos em cena são longamente analisados por ele em sua autobiografia. Não custar lembrar: em seus anos de estágio em Wetzlar, Goethe se encontrava particularmente desestimulado com o direito: os casos de contravenções entre os operadores do direito não paravam de surgir, a pilha de processos sem julgamentos não parava de se avolumar. São especialmente elucidativas, nesse sentido, as menções feitas ao “assessor Sapupi”, figura meramente citada na obra. Nas declarações do “noivo” e do “pai da noiva”, dava-se a entender que ele não apenas demorava na execução de suas tarefas, mas usurpava muitos florins no decorrer do processo.¹³⁶ Há uma clara alusão ao que hoje seria visto como enriquecimento ilícito, e esse comportamento é tomado pelos personagens como algo recorrente no processo legal: “Venha o que vier, não me meto mais com a lei enquanto estiver vivo!”¹³⁷. E o mais fascinante é o fato de Sapupi, conforme esclarece a própria edição brasileira da peça, fazer uma alusão, em forma de anagrama, a Papius, “que por sua vez se refere a um tal de von Papen, colega de trabalho de Goethe em Wetzlar. Von Papen foi afastado de seu cargo oficial logo em seguida, em 1774, por mal exercício da função (apud GOETHE, 2020, p. 71). O impacto da experiência de Goethe enquanto estagiário em Wetzlar ressoa aqui de tal forma que até as já explicadas visitas imperiais são sugeridas como forma de investigar as contravenções. Estava em curso, durante os anos de estudante de Goethe, a inspeção organizada pelo Imperador José II, iniciada em 1767; tarefa de considerável peso histórico, pois, como já dito, tratava-se de algo que, à época, não era realizado há 166 anos. Interessante notar, além do mais, que a sugestão de levar à próxima visita imperial as irregularidades de Sapupi veio do próprio Götz, detalhe sutil capaz de demonstrar a confiança do personagem na figura do imperador, apesar dos pesares.

Cabe retomar, neste momento, o fio da prisão de Götz. Após longa batalha, o herói e seus fiéis companheiros Georg e Lerse acabam perdendo; Götz é levado a um Conselho e lá lhe concedem a oportunidade de se libertar “do édito da ilegalidade” desde que, mediante um juramento, se abstinhasse das guerras privadas e aceitasse alguns “artigos”¹³⁸. O desenrolar do diálogo é ilustrativo para a demarcação das forças em conflito, pois põe em cena um possível

¹³⁶ Segundo Christa Fell, tanto a insistência de Goethe na questão de “legal malpractice” e de “social injustices perpetrated by privileged few on the lower classes” denotam semelhanças entre o pensamento de Goethe e do jurista e historiador Justus Möser (FELL, 1979, p. 100). Haverá, em breve, oportunidade para novas referências às ideias de Möser, figura bastante elogiada por Goethe em *Poesia e Verdade*. Cf. GOETHE, 2017a, pp. 713-716.

¹³⁷ Cf. GOETHE, 2020. Ato 2, cena 2, p. 71.

¹³⁸ Ibid. Ato 4, cena 1, p. 115

debate sobre legalidade e legitimidade.¹³⁹ Convém, portanto, reconstruir algumas das observações postas por Horst Lange acerca do desenvolvimento histórico-jurídico latente na própria peça.

Já se sabe, mas não custa rememorar: a partir de 1495, qualquer tipo de guerra privada já era terminantemente considerada ilegal. Desse modo, não haveria a menor discussão acerca da ilegalidade da conduta de Götz, e os conselheiros imperiais estariam dotados de razão em chamá-lo de rebelde. Lange atenta, no entanto, para como a resposta de Götz à acusação demonstra como seu ponto de vista partia de um outro lugar de percepção histórica, não trazendo sequer um argumento de legalidade, mas de legitimidade:

Mas se Götz realmente acredita no que diz logo depois, nomeadamente, de que ele está “envolvido em uma guerra legítima”, parece que, já que ele está à par da nova lei [...], simplesmente não aceita a sua legitimidade. Pois nos termos da antiga ordem legal, os quais devemos assumir servir como o ponto de vista de Götz, a palavra “sublevação” não significa uma revolta contra o governo e a ordem legal do Império, mas um ato de agressão contra a personalidade do senhor feudal. Isso explica [...] porque ele clama em sua consciência “não tenho nada que ver com o Império”, pois, ao contrário do estado moderno, o sistema feudal não conhece nenhuma obrigação com o estado como tal; reconhece somente a obrigação com o senhor feudal¹⁴⁰ (LANGE, 2011, p. 10).

Ecoam, no final da citação, as palavras de Hegel acerca da distinção característica da nova forma legal em comparação com a antiga. Em suma, não há a submissão do particular ao universal, “o justo e o ético, quando os executam, aparecem como modo de pensar individual” (HEGEL, 2015, p. 195); não faz sentido algo como responder perante o Estado, pois o que se está fazendo seria somente um engajamento em defesa de “sua existência e com a conservação do que lhe pertence e é devido” (Ibid., p. 1994). Veja-se a fala incrédula de Götz: “Nem fui afastado em função de lucros exorbitantes, nem por sequestrar terras e gente pequena inofensiva. Foi por libertar meu pajem e salvar minha própria pele – estão vendo alguma injustiça aí?”¹⁴¹. Ele faz menção, inclusive, ao motivo da nova contenda com o Bispo

¹³⁹ O argumento que glosarei, ainda que atravessado por considerações minhas, é de Horst Lange e está presente em seu artigo *Wolves, Sheep, and the Shepherd: Legality, Legitimacy, and Hobbesian Political Theory in Goethe's Götz von Berlichingen*. Cf. LANGE, 2011, pp. 9-16.

¹⁴⁰ “But if Götz really believes what he says shortly thereafter, namely, that he is “in einer ehrlichen Fehd begriffen”, it appears that, since he is aware of the new law [...], he simply does not accept its legitimacy. For in the terms of the old legal order, which we have to assume serves as Götz frame of reference, the word “rebellion” does not mean a revolt against the government or the legal order of the Empire, but rather an act of aggression against the feudal lord personally. This explains [...] why he claims in good conscience, “das Reich geht mich nichts an,” for unlike the modern state, the feudal system knows no obligation to the state as such; it recognizes only the obligation to the feudal lord”. Usou-se, para as citações em alemão, seus correspondentes na tradução brasileira do drama.

¹⁴¹ Cf. GOETHE, 2020. Ato 4, cena 1, p. 117.

de Bamberg, detalhe que pode passar despercebido pelo leitor, visto ter sido rapidamente aludido ainda nas primeiras páginas do drama: Götz e o Bispo haviam quase acertado seus termos. Em verdade, o Bispo rendeu-se a Götz e clamou por uma trégua, que foi prontamente aceita “de boa vontade”. Como não se providenciou uma “prova formal” – afinal, Götz “é um homem de valor!”¹⁴² –, acabou traído: as forças do Bispo foram para cima de Georg, escudeiro/“pajem” do herói.

Lange é particularmente certo em sua conclusão sobre o imbróglio ocorrido no Salão do Conselho:

a disputa entre Götz e os conselheiros é uma briga sobre semântica, e as duas partes estão fadadas a não compreender uma à outra, pois, em seus diferentes pontos de referência legal, a palavra “rebelde” tem diferentes e, em última instância, incomensuráveis significados¹⁴³ (LANGE, 2011, p. 10).

Não é por acaso, portanto, que o próprio conselheiro imperial tenha a clareza de estar dialogando com um homem que não compartilhava do ponto de vista legal vigente na época: “Pois então podes esperar um destino *decidido por nosso direito*, já que não o queres receber das mãos da graça imperial [grifo meu, PC]”. Está evidente: o direito de Götz não é o da realidade, daí sua ingenuidade e seu anacronismo. No mais, é interessante perceber, ainda assim, as reverberações do passado no presente. Explico. A ação de Götz constituía, literalmente, um crime. O imperador, mesmo assim, concedeu-lhe um tratamento diferenciado, e isso definitivamente não foi sem motivo. Embora os séculos XV e XVI tenham representado o declínio da era dos cavaleiros, seu campo de influência e de atuação nos dois séculos anteriores havia sido de preponderância e sucesso. Möser chama a atenção para tal detalhe e, conforme pontua Fell, muito provavelmente esses anos de ouro figuravam, de uma forma ou de outra, no imaginário goethiano.¹⁴⁴ Enfim, para brincar com um velho conhecido do pensamento social brasileiro: permanências do arcaico no moderno.

¹⁴² Cf. GOETHE, 2020. Ato 1, cena 1, p. 4.

¹⁴³ “the dispute between Götz and the councillors is really a squabble over semantics, and the two parties are bound to misunderstand each other because in their different legal frames of reference the word *Rebell* has different and ultimately incommensurable meanings”.

¹⁴⁴ Cf. FELL, 1979 p. 99. “The “*Faustrecht*” reached its climax in the 12th and 13th centuries, to Möser a time of honour, virtue, and individual independence – characteristics which alone can make a nation great. Since the Germans in those days believed in a natural right to act in self-defence, why, Möser asks, does not everyone now have the same right to use his own fist against injustice? The knightly Götz of Goethe’s play, acting in self-defence, is still a representative of those times”.

Por esses e outros motivos, Lange nega – mesmo fazendo algumas mediações - que Götz poderia ser considerado um “infrator comum”¹⁴⁵. Além de a própria figuração goethiana impedir isso – recheada que estava de comentários valorativos da personalidade de Götz –, a justificativa das leis do Estado não poderiam fazer sentido para o herói, pois conflitavam com a crença medieval comum de que as leis “não são arbitrariamente feitas pelo homens, mas, em vez disso, dadas por Deus”¹⁴⁶ (LANGE, 2011, p. 15). Ao fim e ao cabo, como demonstra Lange, a rixa de Götz pela legalidade das guerras privadas não passaria de “uma sistemática investigação acerca do conflito entre legalidade e legitimidade”¹⁴⁷ (Ibid.).

Já tendo tratado do Götz, cabe um olhar mais detido ao papel desempenhado por Weislingen, cuja característica pode também atestar algumas continuidades do passado no presente – ao menos se a abordagem histórica na qual estou me baseando estiver correta. De acordo com Andrew Erwin, foi Möser quem começou a questionar a tese do *Raubritter*¹⁴⁸; em sua perspectiva, as guerras privadas constituiriam, na verdade, uma “sofisticada e efetiva instituição cultural para a resolução de disputas entre a cavalaria” (ERWIN, 2013, p. 188). Levando em conta o exposto ao longo da monografia, poder-se-ia pensar ser esta uma nova influência de Möser no pensamento goethiano. O próprio Erwin reconhece como muito provavelmente os escritos de Möser sobre essa temática tiveram impacto no Goethe dos anos de Estrasburgo. Sua posição, no entanto, é de que, em se tratando especificamente do *Götz von Berlichingen*, Goethe possuiria uma perspectiva histórica um tanto distinta:

O que Goethe parece ter compreendido é que as disputas iniciais da Idade Moderna estavam intrinsecamente ligadas a um processo político complexo que momentaneamente juntou os interesses de um grupo de elite de cavaleiros com os dos príncipes alemães expansionistas. Em vez de interpretar as disputas nos termos culturais idealizados de Möser, Goethe tentou entender seu significado político na construção do estado moderno¹⁴⁹ (Ibid.).

¹⁴⁵ “common lawbreaker”.

¹⁴⁶ A fala de Götz ao conselheiro salta aos olhos nesse sentido: “Você poderia agradecer a Deus e se fazer de imponente na frente de todo mundo caso tivesse praticado uma única ação nobre em sua vida – uma como aquela pela qual estou preso”. Cf. GOETHE, 2020, p. 117.

¹⁴⁷ “are not arbitrarily made by men, but rather, they are God-given” e “a systematic probing of the conflict between legality and legitimacy”.

¹⁴⁸ De maneira muito resumida, seria a perspectiva de que os cavaleiros seriam bandidos inescrupulosos, e que as guerras privadas não passariam de “robbery under another name” (ERWIN, 2013, p. 188). O autor também afirma ser essa a visão oficial da historiografia do século XIX.

¹⁴⁹ “What Goethe seems to have grasped is that the early modern feud was intricately bound up in a complex political process that momentarily brought together the interests of an elite group of knights with those of territorializing German princes. Instead of interpreting the feud in Möser’s idealized cultural terms,⁴² Goethe tried to understand its political significance in early modern state building”.

Seguindo sua argumentação, houve nesse contexto de transição uma importante participação da pequena nobreza – representada na peça, naturalmente, pelos cavaleiros vinculados a Weislingen – no processo de garantia da soberania territorial dos príncipes. A imbricada relação de Weislingen com o Bispo de Bamberg se daria precisamente nesse sentido; Weislingen cumpriria funções “militares, diplomáticas e judiciais” (ERWIN, 2013, p. 182) decisivas para o fortalecimento da capacidade defensiva do território, abrindo, além disso, portas para relações geopolíticas caras a Bamberg.

Conforme a interessante interpretação historiográfica de Erwin, estariam presentes no drama “três estágios de modernização sociopolítica”, que representariam, respectivamente, “uma transição do feudalismo militar para o feudalismo territorial e, por último, para a soberania de estado” (Ibid., p. 192). Götz, como se pode imaginar, simbolizaria o primeiro, cuja superação histórica viria personificada no próprio Weislingen. Este, no entanto, por ocupar um papel intermediário na história, isto é, constitutivo de um momento de transição, não conseguiu acompanhar de maneira integral a trilha que rumava para o futuro. De acordo com Erwin, “o papel pessoal desempenhado por Weislingen no processo histórico é trágico, contudo, porque ele envolve a destruição das relações pessoais sobre as quais a sua identidade foi construída” (Ibid.). Em suma, mesmo tendo uma função bastante peculiar, Weislingen não deixa de ser, em sua essência, um cavaleiro. Toda sua subjetividade, por mais que ele resista e busque se transformar, apoia-se em uma base cada vez mais insustentável. Já surge, aqui, o tema da próxima seção.

Para se pensar a *desintegração* e a *dissolução* do indivíduo

Götz relata, em diálogo com Sickingen, uma situação na qual ofereceu seus serviços a um palatino. Para sua surpresa, apresentaram-lhe um “documento” que delimitava como ele deveria atuar e se portar. A resposta de Götz ao episódio é simbólica: “Atirei o papel de volta aos magistrados, e contei-lhes que não poderia agir de acordo com aquilo. Sabe-se lá o que poderia acontecer e que não constava no papel; eu precisava usar meus próprios olhos e julgar o que seria melhor fazer”¹⁵⁰. E não podia ser diferente. Já foi visto: para Götz, a sua retidão moral e o seu senso de justiça, além de não poderem ser limitados pela *forma* – cuja fixidez não dá conta à multiplicidade da vida –, deveriam ser o suficientes para firmar qualquer tipo de acordo. Uma previsão legal para a qual deveria prestar conta constituiria, nos termos de

¹⁵⁰ Cf. GOETHE, 2020. Ato 3, cena 1, p. 82.

Felipe Vale da Silva, “um empecilho para a ação autodeterminada e convicta” (SILVA, 2016, p. 112). Todas as decisões do herói foram rigorosamente pautadas tendo em vista essa perspectiva; suas ações, nesse sentido, eram bastante coerentes. Era esse o modo por qual administrava as suas posses – como afirmam Martin e Erika Swales¹⁵¹ – e a maneira pela qual estabelecia uma relação de confiança com as figuras que o cercavam – mesmo quando se tratava de um inimigo seu, como foi com o caso do Bispo de Bamberg. Em suma, era tal campo de atuação independente que lhe conferia o direito de bradar a Weislingen – para ele, um submisso à vida cortesã e *artificial* – que estava decidido a morrer antes de ter de agradecer a alguém pelo ar que respira.¹⁵² Götz era, sob essa perspectiva, um homem *natural*.¹⁵³

Natural e *inteiro*, pelo menos pretensamente. Pois, seguindo o argumento de Fischer-Lichte, sua postura em vida demonstrava a impossibilidade de divisão entre o “espiritual-moral” e o “físico” (FISCHER-LICHTE, 2002, p. 172). A conversa no início da peça entre Götz e Lutero é emblemática nesse sentido¹⁵⁴; este, limitado pelo campo de atuação próprio da posição religiosa que ocupava, não podia desfrutar de prazeres naturais como comer e beber. Sua natureza era, portanto, cindida. Deve-se atentar aqui, no entanto, para o próprio título do drama: trata-se de *Götz von Berlichingen da mão de ferro*.¹⁵⁵ Apesar do longo enaltecimento feito por Lutero, Götz já demonstra estar perdendo a luta contra as forças adversárias desde o princípio. O fato de ter uma mão de ferro no lugar da mão direita – a mesma que, como também enfatiza Fischer-Lichte¹⁵⁶, sela o aperto de mão do acordo – é indicativo da dificuldade de Götz em persistir com sua forma de vida e uma metáfora da própria desintegração desta. Explico.

O ponto da autora é claro: Götz é um indivíduo mutilado em um mundo que não é mais seu. Como já foi visto, isso não decorre de uma culpa específica dele, mas da substituição de uma forma social histórica por outra. Aqui, a questão do contrato é novamente instrutiva. Com o decorrer do drama – e do tempo – a situação de Götz torna-se mais e mais complicada e problemática, algo percebido por ele com clareza no final da obra: “Procura

¹⁵¹ Cf. SWALES, 2002, p. 100.

¹⁵² Cf. GOETHE, 2020. Ato 1, cena 3, p. 31.

¹⁵³ O caráter natural de Götz era uma das qualidades que despertava a admiração *Stürmer und Dränger*.

¹⁵⁴ Cf. GOETHE, 2020. Ato 1, cena 1 pp. 9-15.

¹⁵⁵ O artigo de Ilse Appelbaum Graham é inteiramente dedicado à questão simbólica da mão. Cf. APPELBAUM GRAHAM, 1962.

¹⁵⁶ Cf. FISCHER-LICHTE, 2002, p. 173.

pelo Götz? Há muito que ele se foi! Aos poucos fui destituído de tudo que era meu – minha mão, minhas propriedades, minha liberdade, minha reputação!”¹⁵⁷. Götz já traz, antes mesmo da cena dessa fala - em que se encontra preso –, um agir completamente descaracterizado no momento de firmar o acordo de aliança com os camponeses; ao que o camponês Kohl clama “Dê-me tua mão!”, Götz responde: “Mas prometa me enviar o contrato que fizeste comigo por escrito para todas as suas tropas, e punir severamente aqueles que o infringirem”¹⁵⁸. Os camponeses – retratados problemáticamente por Goethe como meros bárbaros – obviamente não enviam e imediatamente fazem troça (“É vergonhoso se submeter a um contrato.”). É decisivo compreender, nesse ponto, o peso do próprio herói, outrora tão relutante ao contrato, ter ele mesmo o proposto. Se no terceiro ato ele ainda tem força para narrar um caso no qual não tolerou a ideia de assinar um contrato (atirando-o de volta ao magistrado), no quinto ato, ápice de seu deslocamento histórico, não só *nega dar a mão para o acordo*, como *demandam um contrato por escrito*. Deve-se ressaltar que o drama é aberto com a alegação de que Götz não havia sequer feito um acordo formalizado com o Bispo de Bamberg, um de seus desafetos. Naquele momento Götz era descrito pelo camponês como “um homem de valor”; no final, era um homem “destituído de tudo”, inclusive de sua reputação. A questão do contrato é um poderoso artifício poético de Goethe não apenas para mostrar a condição do herói, mas para simbolizar aquilo que Montez colocou como “a substituição completa, orgânica e de acordo com leis, de uma época histórica particular por outra” (MONTEZ, 2010, p. 201). No momento da aliança com os camponeses, quando Götz emprega os verbos “infringir” e “punir”, já está fazendo uso de uma gramática moderna, que não lhe é própria.

Hegel ilustra muito bem essa querela tanto na *Estética* quanto na *Filosofia do Direito*. Naquela, distingue claramente *punição* de *vingança*, como indicado anteriormente: “A punição legal faz valer o direito universalmente estabelecido contra o crime”. A vingança, por sua vez, “repousa sobre a *subjetividade* daqueles que se encarregam do ato cometido” (HEGEL, 2015, p. 194). É óbvio que a relação entre os camponeses e Götz não está sendo mediada pela universalidade do Estado, mas o simples fato de Götz propor o contrato decorre de uma contaminação por parte do tempo histórico. É o próprio Götz quem denuncia seu anacronismo, o que fica duplamente claro quando se leva a sério a ideia de infração (ou violação) do contrato em sua forma moderna. Hegel uma vez mais. Em sua *Filosofia do Direito*, especificamente na nota do §93, o filósofo alerta para o seguinte: “Violar um contrato

¹⁵⁷ GOETHE, 2020. Ato 5, cena 2, p. 156.

¹⁵⁸ Ibid. Ato 5, cena 1, p. 137.

não cumprindo o que se estipulou, ou faltar aos deveres jurídicos para com a família e o Estado, por meio de uma ação ou de uma omissão, constitui uma primeira violência ou pelo menos um abuso de força” (HEGEL, 2010, p. 118). Constatação, para alguém de nosso tempo, aparentemente bastante trivial. O interessante, porém, é a qualificação dessa violação como *primeira* violência (ou coação). Disso se segue que, nos termos do Estado Moderno, uma coação é suprassumida por uma *segunda*, e precisamente por isso ela se torna jurídica. É uma coação que anula a outra coação, ou uma *violência* que anula a outra *violência*: desse modo, “a coação [...] se destrói no seu conceito”. Hegel afirma ser isso algo necessário, isto é, não apenas determinado por uma condição: a *segunda* coação – digamos, a punição pela violação do contrato – é um suprassumir da *primeira* – a própria violação do contrato. Trata-se, em resumo, de algo característico do Estado Moderno, e Götz, inconscientemente, cai na isca – ao menos quando se leva em conta a figura do contrato na lógica interna que este assume na peça. Em um drama, todas as ações dão-se de modo concentrado. Os personagens, as coisas e as instituições aparecem na medida em que são necessárias, isto é, eles têm seu motivo-de-ser dentro da figuração poética. Götz possui, de fato, um “código de conduta” que lhe permite agir contra quem não cumpriu com um acordo anteriormente estabelecido, mas quando se trata da infração de um contrato – com todo o peso que este carrega no drama – tem-se algo distinto de um acordo selado por um aperto de mão.

É nesse sentido que Fischer-Lichte vai no ponto com sua menção à mão direita como aquela do acordo: “A perda da mão direita [...] sinaliza, portanto, o início de um desenvolvimento em cujo fim a personalidade inteira, autodeterminada e livre atuante *deixou de existir* [grifo meu, PC]”¹⁵⁹ (FISCHER-LICHTE, 2002, p. 173). Götz estava incompleto desde o início, mas ainda possuía bravura de espírito. Atropelado por tantas adversidades, seu corpo e seu ser foram perdendo sua forma e seu conteúdo. Em uma palavra, Götz *desintegrou-se*. E Goethe simboliza esse fim de existência de forma sutil porém poderosa: o filho de Götz – talvez a maior expressão do legado de uma pessoa – em nada remete ao pai.¹⁶⁰ O herói chega a dizer em solilóquio: “Ele está sendo educado tão bem que não conhece seu pai”¹⁶¹.

¹⁵⁹ “The missing right hand [...] signals, therefore, the beginning of a development at whose end the whole, self-determining, freely acting personality has ceased to exist”.

¹⁶⁰ Martin e Erika Swales dão particular atenção à figura de Karl e seu simbolismo. Cf. SWALES, 2002, pp. 101-2.

¹⁶¹ GOETHE, 2020. Ato 1, cena 2, p. 25.

Feita uma avaliação mais detida no Götz, passo novamente a Weislingen. Apesar de ter desenvolvido sua análise do *Götz von Berlichingen* sobretudo a partir de dualismos – através dos pares natureza/artificialidade, liberdade/constrangimento, por exemplo – Felipe Vale da Silva reconhece com perspicácia o papel intermediário de Weislingen. Em suas palavras, “Ela é a personagem que melhor exemplifica o conflito entre as duas ordens expostas acima [Götz e os cavaleiros livres/Bispo e a aristocracia, PC], já que o carrega dentro de si” (SILVA, 2016, p. 109). Ressoa na passagem, mesmo que sob uma perspectiva distinta, o argumento historiográfico de Erwin. E de fato esse lugar um tanto volátil de Weislingen pode ser percebido ao longo de toda a obra. Ora, ele inicialmente trai Götz, logo em seguida se reconcilia com ele e com seu modo-de-ser cavaleiro, pede a mão de Maria – a irmã do herói – para imediatamente depois trair novamente Götz, casar-se com Adelheid e reatar com o Bispo de Bamberg e com o modo de vida da corte. Tudo isso nos dois primeiros atos. Como enfatiza Silva, “poucas vezes na ficção de Goethe um personagem central é tão fortemente determinado pelo meio social quanto esta” (Ibid.).

Apesar de Weislingen ser recorrentemente seduzido pelas cortes, é inegável como sua permanência lá lhe é sumamente custosa. Tanto na conversa de reconciliação com Götz, quanto ao longo de passagens na metade e no final do drama, Weislingen não apenas questiona suas escolhas como também chega a não se reconhecer mais em si mesmo. Algumas passagens são notáveis:

Não quero mais ver Bamberg; quero romper todas as relações vergonhosas que me mantém abaixo de mim mesmo. Meu coração se expande; aqui não preciso exercer um esforço desmedido por uma grandeza a mim negada.¹⁶²

Estou tão perturbado com o que sou, que mal me importa o que pensam de mim.¹⁶³

Nós, humanos, não temos controle sobre nós próprios. Maus espíritos nos cercam e moldam nossas ações a partir de sua vontade infernal, levando-nos à perdição.¹⁶⁴

De acordo com Fischer-Lichte, haveria uma espécie de resignação em Weislingen, caracterizada por uma desistência de “si mesmo e seu direito de livre desenvolvimento” (FISCHER-LICHTE, 2002, p. 174). Tal interpretação, entretanto, não me parece suficiente para descrever toda a tragicidade particular do personagem. Os conceitos de desnaturação e despersonalização empregados por Silva, por sua vez, tratam com justeza as peculiaridades que perpassam a individualidade de Weislingen, visto que localizam nele o conflito entre

¹⁶² GOETHE, 2020. Ato 1, cena 4, p. 44.

¹⁶³ Ibid. Ato 2, cena 2, p. 60.

¹⁶⁴ Ibid. Ato 5, cena 2, p. 150.

perceber a necessidade de tomar parte em determinadas contendas para não perder o bonde da história e a consciência de que isso “não era a vida mais adequada e autêntica para si” (SILVA, 2016, p. 108).

Embora tenha tratado, até aqui, as tragédias e contradições de Götz e Weislingen um de cada vez, buscando demonstrar a especificidade histórica e a peculiaridade de seus desenvolvimentos, não se deve em momento algum perder de vista que seus destinos são, em última instância, o mesmo, pois ambos representam uma e a mesma classe – ainda que *cum grano salis*, sobretudo se levadas a rigor as colocações de Erwin. Nesse sentido, parece-me surpreendentemente esclarecedora algumas considerações feitas pelo jovem Roberto Schwarz em um ensaio dedicado a Lessing. Em *Emília Galotti e o nascimento do realismo*, Schwarz caminha por algumas das principais obras de Lessing e não deixa de dar certa consideração a *Minna von Barnhelm*. Não há espaço no trabalho para contextualizar e relatar o enredo dessa comédia.¹⁶⁵ Basta, para o objetivo específico e limitado de agora, observar este trecho descontando algumas das especificidades da obra:

Tellheim [...] vê *desaparecer* o seu lugar, e a *consciência que tem disso* é o seu *encasulamento*. Caso queira ceder, Tellheim encontrará um lugar, – mas não será mais von Tellheim, estaria aburguesado; caso finque o pé no que é direito [...], será levado à fome por sua situação. Nos dois casos, o mundo não tem mais lugar para ele. [...] A síntese de honra e bem-estar, que baseia a personalidade de Tellheim, e que ele considera natural, foi decomposta na sociedade à sua volta. Preso aos seus princípios, o oficial considera os dois momentos como um só; a sua imagem de mundo não coincide mais com a realidade – embora contenha elementos dela. Este encasulamento não é a negação abstrata da humanidade como tal [...], mas a contradição de uma sociedade *determinada*. [...] A mudança e a comparação das formas sociais está na raiz do encasulamento de Tellheim, de sua maneira de agir e perceber, assim como da concepção dramática que o criou (SCHWARZ, 1981, p. 116).

O encasulamento, isto é, uma espécie de ensimesmamento característico de uma restrita participação na sociedade – posicionamento bastante comum na classe média da época de Goethe, diga-se –, definitivamente não era o caso de Götz ou de Weislingen. Ambos são homens bastante ativos na vida social de seu tempo, apesar de atravessados por contradições e angústias da cabeça aos pés. Subtraída essa característica divergente, todas as demais apresentam uma relação maior ou menor com os dois cavaleiros. Fazendo uma analogia rápida; a opção de “ceder” e se despersonalizar (“não será mais von Tellheim”) pode

¹⁶⁵ Ênfase, no entanto, que uma análise mais profunda exigiria algo do tipo, pois somente assim seria possível fazer as devidas mediações e contrapontos. Para um olhar mais detido em *Minna von Barnhelm*, recomendo especialmente o ensaio homônimo de Lukács e alguns trechos do escrito *Uma Questão de Tacto*, de Arantes. Cf. LUKÁCS, 1968, pp. 27-49 e ARANTES, 1996, pp. 183-192.

perfeitamente ser associada a Weislingen; a de “fincar o pé” e sofrer as consequências de maneira mais direta (“passar fome”) liga-se a Götz. No caso de Tellheim, todas as possíveis maneiras de lidar com a realidade eram danosas, pois a base social que garantia sua coesão de personalidade transformou-se, foi “decomposta”. O fenômeno do encasulamento, portanto, não é mera disposição subjetiva de sua individualidade, mas algo diretamente associado às contradições objetivas de uma “sociedade determinada”. Em resumo, “é social a sua crise pessoal”, como aponta Schwarz logo em sequência. Tendo isso em vista, não é algo estranho pensar que algumas interpretações do *Götz von Berlichingen* vejam Götz e Weislingen como dois lados de uma mesma pessoa – como Boyle, por exemplo.¹⁶⁶ Sim, eles têm suas idiossincrasias e disposições de personalidade em alguns sentidos bastante distintas, mas a crise pessoal de ambos é também absolutamente social. Ambos percebem que “a sua imagem de mundo não coincide mais com a realidade – ainda que contenha elementos dela”. Weislingen, como já analisado, enxerga o real com mais clareza do que Götz e, precisamente por isso, tem um sofrimento individual todo próprio.¹⁶⁷ Fundamental destacar, no mais, como “a mudança e a comparação das formas sociais” também são decisivas para Tellheim, estando “na raiz” de todas as contradições – uma ressalva bem próxima do que foi delineado na seção sobre o drama histórico.

As reflexões schwarzianas não param por aí e seguem trazendo questões de impressionante proximidade. Peço licença para uma última passagem:

Para provar a sua qualidade pessoal, Tellheim renuncia a tudo que seja comprável; a sua atitude é anacrônica e não tem viabilidade. Ainda assim, e por isso mesmo, Tellheim é querido. [...] A posição anacrônica de Tellheim [...] não deve ser vista como fantasia absurda, pois é tomada em meio de um conflito real e presente. Qual o sentido, então, de anacrônico? O termo aponta, aqui, uma nova concepção do presente: mediação de passado e futuro, tal que os aspectos superados (anacrônicos) de um conflito, tanto como os ascendentes, se revelam por uma ordem *imane*nte de razão, pela lógica da situação. O anacronismo do comportamento de Tellheim não é dado pela cultura geral do leitor, que sabe da vitória do burguês sobre o aristocrata; define-se no interior do drama, através do papel dissolvente do dinheiro (SCHWARZ, 1981, p. 117).

A leitura das primeiras linhas traz à mente sobretudo Götz, por óbvio. Ele é a representação maior do anacronismo na obra, mas Weislingen também não fica muito para trás. Como revela Schwarz, os aspectos ascendentes e superados revelam-se em uma ordem

¹⁶⁶ “Götz and Weislingen are in a sense different aspects of the same person, representing different possible reactions to the same threat to the way of life in which they were both brought up: Götz resists that threat and Weislingen collaborates with it”. Cf. BOYLE, 1999, p. 118.

¹⁶⁷ Para Felipe Vale da Silva, é Weislingen quem “vivencia uma experiência verdadeiramente trágica”. Cf. SILVA, 2016, p. 111.

própria, “pela lógica da situação”. No caso de Tellheim, afirma Schwarz, seu anacronismo não advém da “cultura do leitor”, isto é, não é proveniente de seu conhecimento histórico. O anacronismo se dá a partir de algo apresentado na lógica interna do drama: ele aparece “através do papel dissolvente do dinheiro”. *O anacronismo de Götz e Weislingen, por sua vez, advém do papel dissolvente do direito*. Na lógica interna do drama goethiano, são as consequências do movimento de conformação do Estado Moderno, da substituição do tradicional direito germânico pelo direito romano, que modificam a base social sobre a qual Götz e Weislingen se movimentavam. Goethe não põe por acaso um diálogo nostálgico entre Götz e Weislingen logo no início do drama. O primeiro relembra com alegria da juventude, o segundo buscava resistir ao efeito das lembranças: “como aguentávamos boa e má fortuna juntos, e como eu cria que assim continuaríamos para sempre...!”¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Cf. GOETHE, 2020. Ato 1, cena 2, p. 27.

CONCLUSÃO

O jovem Goethe, embora tenha renegado por um tempo a trajetória escolhida por seu pai, não deixou de fazer uso do direito como uma fonte de material artístico para a composição daquela que veio a ser sua primeira obra publicada. Sua tendência ao universal e seu interesse pelas mais variadas áreas do conhecimento já eram características notórias desde sua mais tenra idade, mas isso não impediu – e nem mesmo poderia impedir – que fosse marcado pelo particular ambiente intelectual, cultural e profissional de seus anos como estudante de direito. Viu-se em alguns momentos desta pesquisa o quão importante foram as passagens por Estrasburgo e Wetzlar. O poeta aproveitou os ambientes histórico-culturais e físicos desses lugares e estabeleceu conexões profícuas com personalidades da época. Desse modo, não só determinações cruciais do momento histórico vivido foram por ele apreendidas, mas traços da experiência subjetiva também foram levados em consideração e colocados em destaque. O movimento literário *Sturm und Drang*, cujo marco inicial é tido no *Götz von Berlichingen*, refletiu profundamente a emergência de uma nova subjetividade burguesa; e Goethe, enquanto o “meteoro literário” que foi (GOETHE, 2017a, p. 713), reproduziu com eloquência e vivacidade essas novas aspirações. O *Götz* realmente foi interpretado pelos jovens poetas colegas de Goethe como um exemplo de homem livre, independente e natural, sendo capaz de enfeixar as qualidades em que essa nova geração acreditava e, sobretudo, almejava, porém tudo isso foi retratado pelo jovem Goethe a partir das experiências de sua vida. A vontade e a capacidade de atuação do personagem principal, que se empenhava em agir por conta própria, corroborava e simbolizava os desejos da classe burguesa, e as críticas aos príncipes e à futilidade das cortes retratavam os seus valores. O particular caráter de sua formação deve aqui ser ressaltado. Nosso autor realmente foi um representante do *Sturm und Drang*, mas sempre teve aspectos muito próprios, interesses peculiares e, por vezes, divergentes dos compartilhados por seus colegas. Sua atração pela história alemã medieval – compartilhada e amplamente inculcada por Herder, é verdade – constitui um de seus traços distintivos. Não há dúvida de que seu retorno a esse período tem várias inspirações e motivos, mas um que não pode ser negligenciado, por exemplo, trata-se justamente da experiência vivida na Universidade de Estrasburgo.

Nesse sentido, algo concluído na pesquisa e que se buscou demonstrar – embora de modo implícito – foi o profundo vínculo de Goethe com a *vida*. Sua obra autobiográfica *Poesia e Verdade*, certamente a mais estudada nesta monografia, traz isso em dois sentidos

especiais. Por um lado, Goethe manifesta estar sempre bem-disposto a estabelecer relações com as personalidades de seu tempo e seus feitos. Por outro – e profundamente ligado ao primeiro –, mostra-se sumamente interessado na história, tema que não aparece como algo distante e frio, mas como uma força viva presente e constitutiva dos objetos, das pessoas, das instituições e dele mesmo. Não podia ser diferente, portanto, o trato dado ao próprio direito. É desse modo que Goethe investiga a Suprema Corte Imperial e o momento de sua criação, conferindo atenção às potências sociais então em campo e dando-lhes vida na criação artística do *Götz von Berlichingen*. Ao dedicar tamanha atenção à história e ao ter feito a escolha da forma literária do drama histórico, Goethe demonstra ter compreendido o quanto *o passado é a pré-história do seu presente*, para falar em termos lukácsianos. A colocação pode parecer redundante; e ela de certo modo é uma obviedade. Mas é somente quando levada a sério que se pode verdadeiramente extrair suas consequências. No caso do direito, pôde-se concluir que Goethe percebeu como as mazelas sentidas por ele vinculavam-se ao desenvolvimento histórico desse objeto. Se ele sentia a defasagem do sistema judiciário alemão de seu tempo, seguramente essa característica tinha relação e poderia ser explicada pela história. Mas, por ter seu ser tão fortemente atravessado pela necessidade do fazer artístico – atributo que chega a ter, principalmente na juventude, um caráter terapêutico – e pela já mencionada subjetividade burguesa emergente, lhe é imperativo figurar essas questões de maneira poética. Tal empreitada envolve a construção de personagens capazes de jogar o jogo da vida e representar as forças sociais em disputa naquele tempo. O retorno de Goethe aos séculos XV e XVI, portanto, é uma tentativa de compreender o seu contexto e evidenciar seus interesses, aspirações e angústias. É um mecanismo poderoso de crítica precisamente por ser tão rico em historicidade e poeticidade, dois traços necessariamente complementares no caso do drama histórico, como se pôde perceber.

O grande aprendizado adquirido com a pesquisa empreendida é o vínculo entre direito e história. Outra coisa aparentemente trivial, mas que, nesse caso, surge a partir de uma perspectiva não muito comum. Engels, em uma carta famosa no meio dos estudos estéticos marxistas, afirma ter aprendido muito mais da sociedade francesa com Balzac do que com inúmeros livros de história e de economia. Essa constatação traz a dupla implicação de que não só a literatura é capaz de, por meio de uma ampla figuração da realidade, efetivamente ensinar a história e a sociedade, mas de fazê-lo de um modo especial e, por vezes, mais significativo do que a teoria. Quando Goethe figura o impacto de uma reforma jurídica na

individualidade e na personalidade dos personagens, dá a verdadeira dimensão histórica dessa mudança, pois revela tanto uma experiência subjetiva *real* de um tempo histórico, quanto suas consequências no imaginário e na conformação do presente. Como a história é para Goethe algo vivo e dinâmico, o direito lhe é parte constitutiva e também pode aparecer como um de seus fatores impulsionadores. A complexa configuração de Götz e Weislingen é essencial por esse motivo. Pode-se ler em um livro da história da Alemanha que no final do século XV houve uma importante transformação jurídica. A informação está correta e precisa, mas é na poesia de Goethe que ela ganha plenamente *vida*, isto é, é por meio da arte que verdadeiramente aparece como algo *nosso*, como algo humanamente relevante. E, nessa perspectiva, diz muito mais ao leitor. Compreender essa peculiaridade da arte me fez sentir a necessidade de abordar o drama histórico enquanto forma, pois somente delineando suas nuances restaria um pouco mais claro o modo de figuração do fenômeno jurídico no *Götz von Berlichingen*.

Além do mais, como Goethe era um homem de seu tempo e, pelo que já se sabe, tinha incômodo com a condição do direito alemão, não se furtou de fazer críticas específicas ao seu modo de funcionamento, suas aporias e contradições. As críticas à falta de celeridade processual – relacionada à falta de pessoal –, às problemáticas contravenções decorrentes de conflito de interesses no mundo jurídico etc. ressoam na contemporaneidade e são consideráveis para o estudo do direito hoje. Desse modo, o *Götz von Berlichingen* é também significativo para o direito em um sentido mais direto. Em verdade, com esta pesquisa foi possível desvendar, em parte, como o jovem Goethe percebia o direito, quais eram suas posições e até mesmo como desenvolveu alguns de seus trabalhos acadêmicos no ramo, permitindo ver suas relações com algumas das disciplinas em seu curso. Detalhes que no mínimo despertam o interesse ou a curiosidade de um estudante de direito da atualidade.

Desde os estudos preliminares para este trabalho, a posição de Goethe na *intelligentsia* alemã de classe média chamou a minha atenção. Exatamente pelo lugar incomum que veio a ocupar, a saber, as variadas e relevantes funções na Corte de Weimar, dimensionar as possíveis distinções dos posicionamentos de Goethe – sejam os estético-literários, sejam os políticos e sociais – pareceu-me pertinente. Uma das constatações que busquei colocar no trabalho foi a importância de entender alguns dos traços constitutivos dessa *intelligentsia* para assimilar o *particular* de Goethe. Ou seja, tal como dito na introdução, o poeta possuía marcas

intrínsecas e sintomáticas da condição alemã e do lugar da classe média, mas, como procurei deixar claro, estava perpassado por circunstâncias singulares determinantes para o *seu* modo de interpretar a sociedade e criar artisticamente. O específico e o interessante do *Götz von Berlichingen* têm parcialmente sua explicação aí.

A vida e a obra de Goethe são sempre uma bússola significativa para a compreensão da realidade. O tema fundamental do *Götz von Berlichingen*, bem como de tantas outras obras do poeta, é aquele anunciado em seu ensaio *No dia de Shakespeare*: o “segredo ponto (que ainda nenhum filósofo descobriu e definiu) em que aquilo que é mais próprio do nosso Eu, a postulada liberdade de nossa vontade, se encontra com o processo necessário do todo” (apud BARRENTO, 1989, p. 149). É, no fundo, uma das grandes questões de todos os indivíduos, apareça ela conscientemente ou não. Penso ser o estudo de Goethe contributivo, dentre os vários motivos que ainda poderiam ser elencados, sobretudo por esse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPELBAUM GRAHAM, Ilse. “Götz von Berlichingen's right hand“ in **German life and letters**, Volume 16. Oxford, 1962.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Ressentimento da dialética**: dialética e experiência intelectual em Hegel: antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BARRENTO, João. **Literatura Alemã. Textos e Contextos (1700-1900)**. Volume I, O Século XVIII. Tradução de João Barrento. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- BEUTIN, Wolfgang; et al. **A History of German Literature**. From the beginnings to the present day. Tradução de Clara Krojzl. 4ª Edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005.
- BOYLE, Nicholas. **Goethe: The Poet and the Age. Volume I, The Poetry of Desire (1479-1790)**. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- BRUFORD, W. H. **Germany in the Eighteenth Century**: the social background of the literary revival. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- BENJAMIN, Walter. **Ensaios reunidos**: escritos sobre Goethe. Tradução de Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2018.
- CONRADY, Karl Otto. **Goethe: Leben und Werk**. Band 1, Hälfte des Leben. Frankfurt: Athenäum, 1984.
- DAVIES, Steffan. Goethe, Theatre and Politics: Götz Von Berlichingen from 1771 to 1804. **Publications of the English Goethe Society**. Vol. 70, n. 1, 2000.
- ECKERMANN, Johann Peter. **Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida**. Tradução de Mário Luiz Frungillo. 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- ENGELS, Friedrich. **A revolução antes da revolução**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. “German Socialism in Verse and Prose. Karl Grün, Über Göthe vom menschlichen Standpunkte. Darmstadt” in **Marx and Engels Collected Works**. Volume 6. Tradução de Christopher Upward. New York: International Publishers, 1976.
- ERWIN, Andrew F. “Goethe’s Historical Particularism and the “Right Hand” of History: Early Modern State Building, Nobility, and the Feud in Götz von Berlichingen” in **Goethe Yearbook**, Volume 20, 2013
- FELL, Christa. Justus Möser's Social Ideas as Mirrored in Goethe's Götz von Berlichingen. **The Germanic Review: Literature, Culture, Theory**, vol. 54, 1979.

- FISCHER-LICHTE, Erika. **History of European Drama and Theatre**. Tradução de Jo Riley. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002.
- GESTRICH, Andreas. “Da paz de Vestefália ao Congresso de Viena (1648 – 1814)” in DIRLMEIER, Ulf et al. **História Alemã: do século VI aos nossos dias**. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2015.
- GOETHE, Johann Wolfgang. **De minha vida: Poesia e Verdade**. Tradução de Mauricio Mendonça Cardozo. 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2017a.
- _____. **Escritos sobre arte**. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Associação Editorial Humanitas e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- _____. **Götz von Berlichingen da mão de ferro**. Tradução de Felipe Vale da Silva. 1ª Edição. São Paulo: Aetia Editorial, 2020.
- _____. **Fausto: uma tragédia – Primeira parte**. Tradução de Jenny Klabin Segall. 6ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2016.
- _____. **Fausto: uma tragédia – Segunda parte**. Tradução de Jenny Klabin Segall. 5ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2017b.
- _____. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. Tradução de Nicolino Simone Neto. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. **Os sofrimentos do jovem Werther**. Tradução de Marcelo Backes. 1ª Edição: Porto Alegre. L&PM, 2001.
- HEGEL, G. W. F. **Cursos de Estética I**. Tradução de Marco Aurélio Werle. 2ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- _____. **Linhas fundamentais da filosofia do direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio**. Tradução de Paulo Meneses. 1ª Edição: São Leopoldo. Ed. Unisinos, 2010.
- HINRICHS, Ernst. “Da Reforma à Paz de Vestefália (finais do século XV a 1648)” in DIRLMEIER, Ulf et al. **História Alemã: do século VI aos nossos dias**. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2015.
- LANGE, Horst. “Wolves, Sheep, and the Shepherd: Legality, Legitimacy, and Hobbesian Political Theory in Goethe's Götz von Berlichingen” in **Goethe Yearbook**, Volume 10, 2001.
- LESAFFER, Randall. **European legal history: a cultural and political perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Tradução de Anderson Gonçalves. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. “Estudios sobre el Fausto”, in **Realistas Alemanes del Siglo XIX**. Tradução de Jacobo Muñoz. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1970.

_____. **Goethe e seu tempo**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **Goethe y su época**. Tradução de Manuel Sacristán. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1968b.

_____. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **O romance histórico**. Tradução de Rubens Enderle. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Destruição da Razão**. Tradução de Bernardo Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. 1ª Edição: São Paulo Instituto Lukács, 2020.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 3ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTEZ, Luiz Barros. Literatura e vida: lembrando um Goethe um tanto esquecido. **Terceira Margem**. v. 10. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/15079/9967>. Acesso em: 21/01/2022.

_____. “Sob a ética do olhar, do tempo e da escrita. Goethe e a história” in CATARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira; MELLO, Celina Maria Moreira de. (Org). **Cenas da Literatura Moderna**. Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2010.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: uma biografia. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Goethe: Life as a work of art**. Tradução de David Dollenmayer. New York. Liveright Publishing Corporation, 2017.

SAINÉ, Thomas P. “The world Goethe lived in: German and Europe, 1750-1830” in SHARPE, Lesley (ed.). **A Cambridge Companion to Goethe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SCHULZE, Hagen. **Germany: a new history**. Tradução de Deborah Lucas Schneider. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

SCHWARZ, Roberto. **A Sereia e o desconfiado**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Felipe Vale da. **A ficção histórica de Goethe: Do Sturm und Drang à Revolução Francesa**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-17032017-103011/publico/2016_FelipeValeDaSilva_VOrig.pdf. Acesso em: 12/05/2021.

SHECAIRA, Fábio Perin. A importância da literatura para juristas (sem exageros). **Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 4, n. 2, julho-dezembro, 2018. Disponível em: <http://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/423>. Acesso em: 30/08/2021.

SWALES, Martin; SWALES, Erika. **Reading Goethe: A Critical Introduction to the Literary Work**. Rochester: Camden House, 2002.

VEDDA, Miguel. **Leer a Goethe**. Buenos Aires: Quadrata, 2015.

WILSON, W. Daniel. “Goethe and the political world” in SHARPE, Lesley (ed.). **A Cambridge Companion to Goethe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. “The Political Context of Weimar Classicism”. **Camden House History of German Literature Volume 7 The Literature of Weimar Classicism**. New York: Camden House, 2005.

_____. “Young Goethe’s Political Fantasies” in HILL, David (ed.). **The Camden House History of German Literature. Volume 6: Literature of the Sturm und Drang**. New York: Camden House, 2003.